

Camila Araujo Braga

**A experiência de conflitos com a lei na adolescência: ato infracional, reinserção social e
projeto de vida**

Uberlândia

2018

Camila Araujo Braga

A experiência de conflitos com a lei na adolescência: ato infracional, reinserção social e projeto de vida

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Tatiana Benevides Magalhães
Braga

Uberlândia

2018

Camila Araujo Braga

A experiência de conflitos com a lei na adolescência: ato infracional, reinserção social e projeto de vida

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Tatiana Benevides Magalhães Braga

Banca Examinadora

Uberlândia, 07 de Dezembro de 2018

Prof. Dra. Tatiana Benevides Magalhães Braga

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Núbia Silvia Guimarães

ESEBA/Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG

Prof. Dra. Viviane Prado Buiatti

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG

Uberlândia

2018

Resumo

Historicamente, representações sociais do ato infracional enfatizaram a personalidade do autor, obliterando o papel das condições sociais, das instituições ligadas à punição e da categorização social da noção de criminalidade, bem como enfatizando o caráter punitivo e o controle estatal sobre populações pobres em detrimento da garantia de direitos. Nesse panorama, o presente trabalho, intenta compreender a experiência de um jovem que conseguiu sair do ciclo de reprodução da violência, rompendo com o envolvimento em situações de conflito com a lei. No primeiro momento foi realizada uma articulação entre a análise documental do Código de Menores e a revisão de literatura científica sobre o tema, visando compreender sobre o modo como o Estado vem responsabilizando o “menor” autor de ato infracional no Brasil. Em seguida, foi realizado um estudo de caso por meio de entrevistas semiestruturadas com o participante. A análise de dados foi realizada com base na proposta da hermenêutica fenomenológica. A análise do depoimento aponta importantes aspectos a serem considerados tanto na prevenção de entrada na criminalidade por crianças e adolescentes, quanto na ressocialização, entre eles a naturalização da violência no cotidiano escolar; o fenômeno da humilhação social enquanto dispositivo fragilizador do papel educacional e protetivo da família; o conceito de "respeito" pela criminalidade enquanto protetivo da humilhação social e elemento de identificação de grupo nas escolas populares; a condição paradoxal da internação como percepção de risco, mas ausente de possibilidades ressocializantes. Foi possível perceber a descrição de uma paisagem social que direciona adolescentes fortemente para a violência, e que a construção de um caminho alternativo é precária e demasiadamente dependente de ações individuais na enorme lacuna deixada pelas políticas de Estado.

Palavras-chave: adolescência; crime; violência.

Abstract

Historically, social representations of the infraction has emphasized the author's personality, obliterating the function of social conditions, institutions related to punishment, and social categorization of the idea of criminality, as well as emphasizing punitive feature and state control over poor populations to the prejudice of right's warrant. In this perspective, this work purpose to perceive the experience of a person who has managed to leave the cycle of violence reproduction, breaching with the involvement in situations of conflict with the law. In the first moment, an articulation between the documentary analysis of the "Código de menores" and the review of scientific literature on the subject was carried out, aiming to understand how the State has been treating and charging the "minor" author of an infraction in Brazil. Then, a case study was conducted through semi-structured interviews with the participant. Testimony analysis was performed based on the proposal of phenomenological hermeneutics. The analysis of the testimony points out important aspects to be considered both in the prevention of entry into criminality by children and adolescents, as well as in resocialization, among them the naturalization of violence in daily school life; the phenomenon of social humiliation as a weakening of the educational and protective function of the family; the concept of "respect" for criminality as a protector from social humiliation and an element of group recognition in popular schools; the paradoxical condition of deprivation of freedom as a perception of risk, but absent of resocializing possibilities. It was possible to perceive the description of a social perspective that directs adolescents strongly towards violence, and that the construction of an alternative path is precarious and too dependent on individual actions in the enormous gap left by State policies.

Keywords: adolescence; crime; violence.

Sumário

1- Introdução.....	1
2- Método.....	14
3- Resultados e Discussão	
3.1- A experiência do crime e da violência naturalizada no cotidiano da socialização escolar.....	19
3.2- O fenômeno da humilhação social enquanto dispositivo fragilizador do papel educacional e protetivo da família.....	23
3.3- O conceito de "respeito" pela criminalidade enquanto protetivo da humilhação social e elemento de identificação de grupo nas escolas populares.....	30
3.4- Privação de liberdade, naturalização da violência e percepção de risco.....	37
3.5- A condição paradoxal da internação: percepção de risco e ausência de possibilidades ressocializantes.....	44
4- Considerações finais.....	50
5- Referências.....	52
5- Apêndice: Depoimento.....	56

1- Introdução

O cometimento de ato infracional praticado por crianças e adolescentes no Brasil e suas medidas de responsabilização e ressocialização são temas de discussões que problematizam a reincidência da criminalidade pelos jovens. Ao abordar o tratamento do conflito com a lei por crianças e adolescentes, é necessário atentar para diversas dimensões. Entre elas, encontram-se concepções sobre a infância presentes em culturas e momentos históricos diversos, que consideram de diferentes modos o grau de responsabilização passível de ser atribuído à criança. Por outro lado, é preciso refletir sobre as representações sociais construídas para compreender o próprio ato infracional enquanto fenômeno, em suas relações com o autor, as condições sociais de sua construção, as instituições ligadas à sua repressão e punição, etc.

A História brasileira, marcada por profundas desigualdades econômicas e de representatividade política entre os grupos sociais, além de uma tradição autoritária no que tange à relação entre os cidadãos e o Estado, tendeu tanto a individualizar situações de violência, culpabilizando unicamente os envolvidos e desconsiderando seus condicionantes socialmente construídos, quanto a silenciar crianças e adolescentes em suas vivências e participações sociais singulares. Tendo em vista que é relativamente recente a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei 8.069/1990), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente pioneiramente, além dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devido à sua condição de pessoas em desenvolvimento, faz-se necessário resgatar o processo histórico de abordagem de crianças e adolescentes autoras de ato infracional no Brasil.

Em 1902 foi legalmente autorizada a criação do Instituto disciplinar, que acolhia os “criminosos menores de idade”, unindo-os aos abandonados e vulneráveis até os 21 anos de

idade, e lá se promovia o trabalho agrícola e instrução militar, não enfatizando a escolarização (Santos, 2002, citado por Tejedadas, 2005). A ausência de distinção entre ato infracional e simples abandono, nivelando crianças e adolescentes com experiências singulares e necessidades específicas, bem como a despreocupação com escolarização e a criação de estratégias para a melhoria das condições de vida, apontam para uma repressão/exclusão da criança pobre, mais do que para a tentativa de reinserção social. A situação de tais instituições pode ser aproximada, em seu aspecto de higienismo social, àquela descrita por Foucault (1975) em relação aos Hospitais Gerais do século XVII, onde se abrigavam os loucos, criminosos, portadores de doenças sexualmente transmissíveis, inválidos, idosos pobres e todos aqueles que “dão mostras de alteração” da razão, da moral e da adaptação em sociedade. Segundo o autor, essas instituições não visavam o cuidado, mas a segregação dos considerados degenerados sociais. Do mesmo modo, o trabalho forçado, presente em ambas as instituições a despeito de seu caráter assistencialista, ligava-se à associação entre trabalho e saúde típica do capitalismo, simultaneamente funcionando como instrumento de controle dos corpos e de geração de lucro que permitisse a autossuficiência institucional. Com a constituição do mundo burguês, em que a ociosidade é percebida como pecado social, a incapacidade de produção ou circulação de riquezas (seja pelo limite físico, pobreza, doença mental, etc.) é objeto tanto de exclusão quanto de ajustamento.

O posicionamento de não questionamento do trabalho infantil e despreocupação quanto à escolarização nos institutos disciplinares do início do século XX pode ser relacionado, entre outros fatores, à hegemonia do público de baixa renda entre crianças e adolescentes institucionalizados. A relação entre criança e escola, estabelecida na Europa a partir do século XIII (Ariès, 1981) é fortemente ligada à preparação de mão de obra para o capitalismo mercantil, e posteriormente industrial, gerando a reprodução de riquezas na

família. Embora possamos observar um hiato entre a disseminação da escolarização na Europa e no Brasil advindo da condição colonial brasileira, o tratamento preconceituoso da pobreza num país escravocrata até o final do século XIX trouxe uma herança importante de exclusão escolar: uma profunda discriminação do acesso à escola entre classes abastadas e economicamente desfavorecidas, presente também na constituição de outras instituições voltadas à infância, tais como os institutos disciplinares.

A abordagem individualizante, discriminatória e socialmente descomprometida da assistência à infância no Brasil se sedimenta com a elaboração do Código de Menores, em 1927 e reformulado em 1979, que vigorou até a promulgação do ECA em 1990. O Código de Menores consiste na primeira legislação para a proteção de crianças e adolescentes, abrangendo os menores abandonados e os “delinquentes” e os submetendo a medidas de assistência. Contudo, a criança ainda não era considerada como um cidadão de direitos, mas como propriedade dos pais e alvo de vigilância do Estado, sendo as crianças abandonadas tidas como em perigo ou perigosas.

O código regulamentava práticas voltadas à guarda, às crianças abandonadas (infantes expostos), ao acolhimento institucional, à regulamentação do trabalho, às medidas decorrentes de ato infracional (menores delinquentes), etc. (Decreto 17.943-A/1927). O código instaura as primeiras medidas protetivas brasileiras, como evitar a prisão de crianças infratoras junto a adultos, guarda temporária de crianças até dois anos por nutriz mediante salário, substituição de guarda na ausência de pais ou responsáveis da família de origem, suspensão por dois anos ou retirada definitiva da guarda mediante negligência, maus-tratos, condenação a infração da lei ou não provimento de alimentação das crianças pelos tutores.

No entanto, tais medidas possuem caráter frequentemente ambíguo, abrindo lacunas que permitiam a violação de direitos. Assim, proibia o trabalho de menores de 12 anos e

regulamentava-o para maiores dessa faixa etária, porém não garantia a escolarização infantil. No âmbito infracional, embora proibisse o processo penal de menores de 14 anos que cometessem ato infracional, substituindo-o por encaminhamento para escolas de reforma, o código elabora categorizações morais que viabilizam o tratamento de adolescentes como criminosos adultos, como a de “menor perigoso”, condenável à prisão comum (Art.71) e a “condição de abandono” (Art. 69) que estendia o período de institucionalização, ambas incidindo principalmente sobre crianças pobres.

O código apresenta, ainda, diversos dispositivos que desconsideram os direitos e a vontade da criança, como a entrega anônima de crianças em instituições. Um exemplo da fragilidade da garantia de direitos encontra-se na descrição de critérios que determinavam a criança como menor abandonado, suscetível de institucionalização: não ter meios de subsistência devido à incapacidade ou ausência dos pais (desconhecimento, morte, prisão, enfermidade, etc.), presença de tutores que “se entregassem a prática de atos contrários a moral e os bons costumes”, crianças em estado de “vadiagem, mendicidade ou libertinagem”, frequência a lugares de “moralidade duvidosa” ou “companhia de gente viciosa ou de má vida” (Art. 26). Em todas essas descrições, encontra-se o julgamento moral da pobreza ou da manifestação infantil: caracterizava-se como criança “vadia” aquela que se encontrava nas ruas sem ocupação, que se recusasse a receber instrução, a trabalhar ou que deixasse o domicílio dos pais/tutores (Art. 28), e “habitualmente vadias” aquelas apreendidas mais de duas vezes, que portanto deveriam ser internadas até a maioridade em escola de preservação (Art. 61).

Se, por um lado, o Código de Menores teve importância pelo pioneirismo na proteção dos menores de idade, se atentando para questões de maus-tratos, trabalho infantil, e processo especial para cometimento de crime por crianças, percebe-se também que não havia o

planejamento e a organização de dispositivos de inclusão efetiva, sendo o encaminhamento de crianças vulneráveis para instituições a medida estatal hegemônica e frequentemente única. A ausência de políticas não voltadas à institucionalização acabava por marcar imprimir um cunho disciplinar e punitivo à ação do Estado, simultaneamente promovendo a desconstrução do senso de identidade civil própria das instituições totais (Goffman, 2017) e a exclusão social de espaços de inserção garantidores de cidadania a longo prazo. A prática tendia a desde cedo “higienizar” as cidades das classes mais pobres, seja por vulnerabilidade ou abandono, seja pelo cometimento de crimes (as chamadas crianças em situação irregular).

Tal natureza de “irregularidade” ajudou a legitimar a diferenciação entre os termos “menor” e “criança” que está diretamente relacionada à classe social, fazendo com que a condenação recaia na personificação do “menor”, dotada de uma natureza anti social e de periculosidade justificadas como anormalidades físicas ou causas individualistas, e não no ato infracional cometido. A associação entre “menoridade”, “situação irregular” e “família desestruturada” baseava-se no modelo familiar burguês, levando à patologização e marginalização das famílias pobres (Arantes, 2004). Na década de 1930, o recém criado Laboratório de Biologia Infantil do Juízo de Menores buscava relações de caráter médico e antropológico entre substratos orgânicos, psiquismo e atos infracionais cometidos, justificando individualmente o crime. (Tejadas, 2005).

Em 1942 foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça, para ministrar o tratamento com os “menores”. Tratava-se de um serviço fundamentado em uma perspectiva correcional repressiva semelhante ao sistema prisional, porém para menores de idade. Nessa época houve a construção de diversos internatos, reformatórios e casas de correção para jovens infratores, patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem profissional para os abandonados. (Tejadas, 2005).

Ao final da década de 1960, devido a críticas, o SAM passa a ser substituído pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor, sendo gerenciada e executada pelas FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) de forma centralizada e verticalizada, onde as diretrizes de órgão nacional cabiam para os estaduais. Tanto essa legislação quanto o código de menores tinham o foco em crianças e adolescentes em “situação irregular” (majoritariamente pobres), sendo assim, o abandonado, o carente e o infrator eram tratados da mesma maneira. Essas crianças eram colocadas em internatos, patronatos e instituições de reclusão, em regiões afastadas do centro da cidade, onde iriam ser reeducadas, reformadas para voltar a conviver em sociedade, pois, se entendia que a família era incapaz de exercer essa função. (Tejadas, 2005)

Até o final da década de 1980 não havia muita distinção entre “menores infratores” e os carentes abandonados, fazendo com que os últimos pudessem ser colocados juntos com os primeiros, em privação de liberdade, dependendo do seu comportamento. Também não havia garantia mínima de direitos, sendo retratadas muitas denúncias de maus-tratos nesse período. Após diversos movimentos criticando o paradigma dessas crianças em “situação irregular” e buscando fortalecimento de alternativas comunitárias de atendimento, consolidou-se o artigo 227 da constituição, assegurando às crianças e adolescentes os direitos dos adultos e proteção especial, dada a sua condição peculiar de desenvolvimento (Tejadas, 2005).

A reformulação do código de menores, em 1979, trouxe alguns avanços, como a inclusão de estudos de caso e avaliação por equipe técnica para a aplicação da lei e de legislação específica que regulamentava detalhadamente o trabalho do menor, bem como a retirada da “roda de expostos” para abandono legal de crianças. No entanto, o novo código manteve majoritariamente uma estrutura bastante semelhante à anterior, com caráter vigilante e assistencialista: já nas disposições preliminares, o código divide a aplicação de medidas

preventivas, abrangendo todas as crianças e adolescentes, e a aplicação de medidas de vigilância para menores “em situação irregular”, definidos, em grande parte, a partir de condições socioeconômicas. Embora a legislação tenha mantido grande parte da estrutura de criminalização da pobreza, o próprio reconhecimento da necessidade de alteração legislativa representou a primeira conquista dos movimentos sociais democratizantes que crescem ao final da ditadura militar, abrindo espaço político para reformulações mais amplas.

Na vanguarda dessas mudanças, diversos elementos contribuíram para a reorientação do tratamento à infância no Brasil: o contexto da luta pela redemocratização e a formulação de propostas para uma constituinte promoviam um ambiente de reivindicação de direitos em diversos campos sociais; denúncias de violência e tortura a adolescentes na Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) questionavam a estrutura de atendimento; no cenário internacional, ações da ONU e de outros dispositivos internacionais vieram a dialogar com a situação brasileira. Surgiram diversos movimentos sociais e ações ligadas à questão da infância e da adolescência, tais como: educadores de rua (1978), a celebração do ano internacional da criança pela UNICEF (1979), a entidade Movimento em Defesa do Menor (1979), a criação da Pastoral da Criança em substituição à pastoral do menor (1982), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Justiça Juvenil (Regras de Beijing), o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (1985), a Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, um dos mais importantes tratados de direitos humanos, ratificado por todos os países membros da ONU exceto Estados Unidos e Somália (1989). (Lessa, 2011).

A articulação entre várias entidades de expressão na área da infância e adolescência levou à criação da Comissão Nacional Criança Constituinte (1986), do Fórum Nacional de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

(FNDC) (1988) e da Frente Parlamentar pelos Direitos da Infância e Juventude, que elaboraram os primeiros princípios que redundariam no ECA e se empenharam na sua aprovação. A promulgação da Constituição de 1988 foi marcada pela participação e reivindicação de diversos movimentos sociais para ampliação de direitos nos campos da saúde, educação, previdência, assistência social, etc. Isso permitiu não apenas a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (revogando o código de menores), mas a promulgação de outras leis que aufeririam maior integralidade na garantia de direitos e no cuidado à infância, como a lei de criação do Sistema Único de Saúde (SUS) a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ou seja, passa a ser priorizada a implementação de políticas públicas universais, descentralizadas e voltadas à participação popular, com enfoque emancipatório, ao invés de um serviço basicamente “correcional repressivo” e assistencialista (Tejadas, 2005).

Entre as decorrências das alterações legais, foi extinta a FUNABEM e criada a Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (FCBIA) para coordenar, normatizar e formular as políticas, executadas pelos estados e municípios a partir da estratégia de descentralização do ECA. Porém não vigorou por muito tempo, A FCBIA foi extinta em 1995, passando a ser de responsabilidade estatal todas as funções de coordenação e execução das políticas públicas de medidas socioeducativas (Faleiros, 1995).

Com a implementação do Estatuto, menores de 18 anos que cometessem crime ou contravenção penal tornaram-se inimputáveis, mas devem ser responsabilizados por meio de medidas socioeducativas julgadas por vara especializada, de acordo com a gravidade do ato. As medidas socioeducativas podem ser: advertência (admoestação realizada pelo juiz); obrigação de reparar o dano (destinado a atos com danos patrimoniais, deve ser feita a restituição do bem ou compensação do prejuízo); prestação de serviços à comunidade (deve

ser feito trabalho gratuito em entidades assistenciais, hospitais, escolas, etc., por um período de até no máximo 6 meses); liberdade assistida (acompanhamento, apoio e supervisão do jovem para orientá-lo e sua família em programas de assistência social, profissionalização, verificação da frequência escolar e elaboração de relatório à autoridade judiciária); semiliberdade (privação de liberdade parcial, onde o jovem pode deixar a instituição para realizar atividades de escolarização e profissionalização); e internação (privação de liberdade em instituição apropriada) (Castro, 2006).

É importante ressaltar que, de acordo com o ECA, a medida de internação é cumprida em unidade exclusiva para adolescentes e deve ocorrer apenas em casos excepcionais, de grave ameaça ou violência à pessoa, não devendo ultrapassar três anos. Assim, um primeiro marco na garantia de direitos é a diferenciação entre abrigos, voltados a crianças e adolescentes em condição de tutela pelo Estado, e instituições de acolhimento a autores de ato infracional. Nestas últimas, há ainda rigorosa separação por critérios de gênero, idade, físicos e pela gravidade do ato. Um segundo marco é a ênfase na escolarização, já que em todas as instituições voltadas à infância e adolescência é obrigatória a frequência escolar e recorrente a realização de outras atividades pedagógicas e profissionalizantes. A internação também poderá ser feita provisoriamente durante o processo de apuração do ato infracional, quando as autoridades tiverem indícios da autoria do ato infracional e necessidade de privação de liberdade, e esse período não poderá exceder quarenta e cinco dias (Castro, 2006).

Embora as implementações do SUS e do ECA tragam importantes diretrizes voltadas à garantia de direitos, à redução das desigualdades sociais e à consideração de fatores de vulnerabilidade social, tais referências se assentam sobre uma herança histórica profundamente marcada pelo autoritarismo e pela exclusão social das famílias pobres. Assim, diversas práticas nas instituições e nas políticas públicas, longe de corresponderem a tais

ideais, ainda se baseiam predominantemente na criminalização da população mais pobre. Em um estudo realizado com adolescentes infratores no Rio de Janeiro, Oliveira e Assis (1999) revelam importante papel da herança histórica e da ineficiência das políticas públicas:

A exclusão e a desigualdade social ficaram flagrantes em toda a vida destes jovens. Estes provêm de famílias pobres que habitam nas áreas mais carentes da cidade. Muitos dos jovens vivem em comunidades com frequentes episódios de violência, geralmente oriundos de conflitos entre o tráfico de drogas e a polícia. A cultura do crime e da rua está presente na facilidade do acesso às armas e a galeras ou bandos. (p. 842)

Priuli e Moraes (2007) em um estudo com internos em São José do Rio Preto, também constataram que o adolescente demanda ações de caráter preventivo, pois além de autor, é vítima da violência, como demonstra um perfil sociodemográfico de

17 anos, ensino fundamental incompleto, evadido da escola, sem trabalho e residente na região norte, de menor poder socioeconômico. Detectou-se realidade precária de familiares com baixo nível de renda, escolaridade, profissão e abuso de álcool, contribuindo para transformar os adolescentes em vítimas. (p. 1185)

De acordo com Tejedadas (2005) a “reincidência constitui-se em uma caixa de ressonância das políticas públicas, uma vez que remete a lacunas e limites do Sistema Protetivo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente” (p. 14). Assim, a autora afirma que o jovem que se torna visível nas manchetes de jornais por praticar um assalto, antes disso foi invisível para diversos segmentos – inalcançado pelas políticas. Malvasi (2011) afirma que, no Brasil, não se ouve falar em socioeducação que não seja para pobres. Eles costumam

viver em territórios estigmatizados: zonas urbanas de baixa renda, desprovidas de dispositivos públicos e com muita presença policial.

Da mesma forma, as medidas socioeducativas determinadas para esses jovens atualmente também estão distantes do proposto pelo ECA. O critério de excepcionalidade para a medida de internação, não é respeitado, correspondendo a 24.628 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), sendo que desses, 22% estão em internação provisória (Brasil, 2017). É importante destacar que internação provisória não é medida socioeducativa e não possui sentença de privação de liberdade, mas, mesmo assim, esses adolescentes têm seu acesso à educação interrompido, não retomada, numa reiteração punitiva sem o devido processo legal (Brasil, 2017).

Além disso, segundo o ECA, a medida de internação deveria ser determinada somente em casos de grave ameaça à pessoa, tais como homicídio, latrocínio ou sequestro. Segundo dados de 2014 da SINASE (BRASIL, 2017) e de 2012 do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2012), apenas 15,06% dos crimes cometidos por jovens são de grave ameaça à pessoa. No entanto, a maioria das medidas de privação de liberdade não se enquadra nessa situação: 52% dos casos se referem a roubo (ato infracional contra o patrimônio e não contra a pessoa) e 26% são relativos a tráfico, enquanto 24,7% são efetivamente casos de grave ameaça à pessoa (BRASIL, 2012). Os dados mostram, inclusive, que a porcentagem de crimes contra o patrimônio e tráfico punidas com privação de liberdade é maior do que a proporção desse tipo de crime na média nacional: 44% (11.632) do total de atos infracionais em 2014 foram classificados como análogo a roubo e 24% (6.350) foram registrados como análogo ao tráfico de drogas. Tais dados nos fazem questionar qual o critério utilizado para a definição de grave ameaça à pessoa (Brasil, 2017): embora a média de privação de liberdade em casos de

ameaça à pessoa seja maior do que a média de cometimento desses crimes, também os crimes contra o patrimônio e o tráfico são mais tratados do que a média com medida de privação de liberdade, o que não se enquadra nos critérios do ECA.

O objetivo das medidas socioeducativas em promover uma ressocialização também não está sendo alcançado de modo satisfatório, sendo registrados em média 54% de processos reincidentes (Brasil, 2012) e no ano de 2016 dobrou a quantidade de adolescentes cumprindo medida socioeducativa em relação ao ano anterior (Fariello, 2016). Além disso, quase 75% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação são usuários de drogas (Brasil, 2012), não havendo nenhum programa ou projeto de atendimento a essa demanda associada ao cumprimento de medidas socioeducativas, tampouco a discussão de uma política nacional para tratamento de dependência química em crianças e adolescentes.

Nas instituições de internação, há falta de qualificação de pessoal e de recursos destinados à política, bem como falhas na política de escolarização, visto que a maioria dos jovens internados já passaram por outras medidas e ainda se encontram atrasados no ensino formal e não alfabetizados. Souza e Costa (2012). Na passagem da medida de internação para o meio aberto, há ambiguidade no discurso institucional, que diz reorganizar a vida escolar, familiar e comunitária dos jovens quando essa passagem é marcada por constante ameaça policial e privação de acesso a lugares públicos (Malvasi, 2011).

Além disso, os programas socioeducativos raramente levam em consideração o sofrimento e rebeldia dos jovens diante de um conflito que é social, tendendo a um tratamento pontual, individualizante e disciplinar do ato infracional ainda nos dias de hoje. Malvasi (2011) afirma que:

O ato infracional na adolescência é visto como resultado de uma característica individual do sujeito, que deve ser assistido pela saúde, punido pela justiça e

transformado pela educação. Os “delinquentes” são vistos como resultantes de famílias “desestruturadas”, com distúrbios de desenvolvimento e que, em razão desses problemas individuais, agridem a sociedade (p. 161)

É próprio da herança histórica brasileira e do percurso institucional dos dispositivos atuais objetificar e nomear o autor de ato infracional como socialmente perigoso e intratável. Essa concepção é baseada em pressupostos teóricos e ideológicos médicos, segundo os quais comportamentos de transgressões ou crimes passam a ser sinais de patologias da personalidade, desconsiderando o contexto em que esses diagnósticos são realizados (Rosa & Vincentin, 2010). Além disso, a associação entre diagnósticos e laudos de periculosidade transforma uma noção que é jurídica (relativa à determinação de medidas de responsabilização do ato) em noção clínica, fazendo com que se deixe de julgar o cometimento do ato, para julgar a subjetividade individual do adolescente.

Em um estudo feito com adolescentes em conflito com a lei no Canadá, Gallo (2008) observou que apesar de a execução de medidas alternativas para com crianças e adolescentes no país serem semelhantes com as realizadas no Brasil, lá os índices de violência são muito menores, evidenciando que há uma série de fatores sociopolíticos, educacionais e culturais envolvidos, como a maior frequência escolar, participação das escolas na promoção do cumprimento da lei e acompanhamento psicossocial e educacional com os jovens e suas famílias antes e depois da medida socioeducativa determinada judicialmente.

Em tal panorama, observa-se como importante fator de ineficácia do objetivo ressocializante e preventivo de reincidências proposto pelas medidas socioeducativas a desconsideração das experiências vivenciadas pelos jovens autores de ato infracional. Aun, Morato, Noguchi e Nunes (2006) apontam dois fenômenos comuns na vida desses adolescentes anteriormente ao cometimento do ato infracional. Primeiramente, a ambiguidade

entre a inserção em uma cultura do consumo, ditando o bem-estar a partir da posse material, e a exclusão econômica e social, concretizada na escassez de renda e oportunidades, em más condições habitacionais, sanitárias, educacionais e limitação aos direitos de cidadania. Assim, esses jovens são levados a conviver constantemente com um ideal de bem-estar que não podem alcançar. Os “atos de delinquência” visando obtenção de dinheiro ilegal (roubo, furto, tráfico) ou o uso de narcóticos e entorpecentes poderiam ter como elemento a busca por responder a esse conflito, como uma possibilidade de saída para obtenção de prazer e de uma visão idealizada de si. O segundo fenômeno é a vinculação a uma organização criminosa como meio precário de acesso a pertencimento, inclusão, ascensão e reconhecimento entre pares, mas que por outro lado exige uma lealdade rígida que dificulta a possibilidade de saída, implicando colocar em risco a própria vida e a de familiares (Aun, et al. 2006).

No paradoxo entre diretrizes do ECA – que prezam pelo desenvolvimento saudável da criança e adolescente, portadoras de direitos especiais, e pelo tratamento especial no cometimento de ato infracional visando a ressocialização e emancipação – e uma realidade histórica e política marcada pela exclusão, pela violência social e pela culpabilização individual, as medidas socioeducativas encontram diversas dificuldades de efetivação. Nesse contexto, como se apresenta a experiência de adolescentes que desejam não estar mais em conflito com a lei? Este estudo busca compreender, a partir de uma abordagem fenomenológica, o trajeto percorrido por um adolescente que cometeu ato infracional e não se encontra mais em conflito com a lei, e como ele se percebe e dá sentido para essa experiência.

2- Método

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual busca-se compreender o fenômeno no contexto em que ocorre e do qual faz parte, numa perspectiva integrada, dividida em dois momentos. Primeiramente, foi realizado um estudo teórico, compreendendo:

- a) Análise documental dos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e de outros materiais estatais sobre o tema, articulados à legislação.
- b) Diálogo com uma revisão da literatura científica sobre o tema da responsabilização do menor autor de ato infracional no Brasil. A pesquisa de literatura científica utilizou busca em bases de dados (Pepsic, Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca de teses e dissertações da USP, Biblioteca da UFU) com as seguintes palavras chaves: ato infracional; adolescência; menor infrator. Foram selecionados materiais voltados à análise da responsabilização de adolescentes autores de ato infracional pelo Estado, bem como à caracterização da realidade social, cultural e material no contexto das práticas ligadas ao ato infracional e sua penalização.

O estudo teórico articulou a literatura científica à legislação e seu processo de transformações históricas, selecionando trechos e elementos de cada material a fim de compor um panorama hermenêutico na perspectiva da hermenêutica fenomenológica.

Num segundo momento, foi realizado um estudo de caso, no qual foi eleito como fonte de dados entrevistas semiestruturadas. A entrevista foi proposta por uma das pesquisadoras a um jovem já conhecido por ela, que cometeu ato infracional durante a adolescência, e que tem reconstruído sua inserção social, buscando não estar mais em conflito com a lei.

O jovem, de nome fictício André, tem 26 anos e vive em uma cidade do interior de Minas Gerais com aproximadamente 580 mil habitantes. Morava em um bairro de classe média baixa com a sua família durante a adolescência e esteve envolvido em contexto de ato infracional, no qual foi julgado por um assalto a mão armada. Sofreu medida socioeducativa de internação preventiva por 43 dias, foi determinada a privação de liberdade efetiva, mas se mudou de cidade e se distanciou do crime até completar 21 anos. Atualmente não se envolve mais com o crime, tem seu próprio negócio e está cursando Direito na Universidade.

A pesquisadora entrou em contato com o participante e explicou detalhadamente sobre a pesquisa e seus objetivos uma vez por telefone, depois pessoalmente. A anuência foi formalizada pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do participante.

As entrevistas objetivaram o contato direto e uma narrativa autoral da experiência de pessoa que cometeu ato infracional durante a adolescência e busca não estar em conflito com a lei. Foram realizadas em ambiente sigiloso, com duração de até uma hora, e gravadas para que a pesquisadora possa transcrever o conteúdo inteiramente, com a permissão dos participantes, preservando-se sua identidade por meio de nomes fictícios. As entrevistas tiveram caráter semiestruturado, baseadas em roteiro previamente formulado. Considera-se a entrevista como processo dialógico de interação entre entrevistador e entrevistado, que guia a captação de dados mediada pelo roteiro de entrevista (Haguette, 2010). Assim, tal roteiro servira como norteador para circunscrever os principais temas a abordar, porém as perguntas possuíam caráter aberto, permitindo que o entrevistado fale livremente e possibilitando explorar eventuais fatores não previstos citados pelo participante. A partir da leitura da entrevista inicial, foi realizada nova entrevista, visando completar os dados e autenticá-los (Critelli, 1996).

Os dados foram analisados via hermenêutica fenomenológica, tomando o real enquanto movimento em acontecimento, jogo de velamento e desvelamento nas relações entre sujeito e mundo, em detrimento de classificações previamente formuladas (Godoy, 1995) ou definições universais, essencialistas, objetificadoras de realidades processuais e multiplicidades compreensivas (Critelli, 1996). Foram então privilegiadas descrições fenomênicas, entrecruzando ângulos possíveis entre conhecedores da realidade investigada: a multidimensionalidade “qualitativamente singular” do fenômeno, “como interpretação única do que se apresentou” entre pesquisador e interlocutores, desvelando uma *franja do real* (Cabral e Moratto, 2013, p. 174).

Assim, a pesquisa focou relações entre estrutura legal, literatura científica, relatos do participante e a perspectiva analítica do pesquisador, visando uma fusão de horizontes (Gadamer, 2008). A legislação foi analisada por sua importância na construção das diretrizes que institucionalizaram práticas de lida com o ato infracional de crianças e adolescentes no Brasil, ainda presentes na cultura. Destacou-se trechos expressivos do direcionamento social das práticas (condutas punitivas, ressocializadoras, etc.), bem como alterações legais que marcam seu processo histórico de construção. A análise da literatura científica permitiu conhecer o panorama de experiência social em que a abordagem de crianças e adolescentes vem ocorrendo: determinações sócio-históricas, elementos correlacionados de singularização, discursos correntes, significações sedimentadas sobre o tema. Os laços entre diretrizes legais, políticas governamentais e pesquisas sobre o tema delinearão um panorama hermenêutico a partir do qual as experiências do participante são contextualizadas.

O sentido do ser é velado/desvelado pela linguagem – gesto e fala, simultaneamente manifestação e criação. Por meio dela, o ser das coisas pode expressar-se, revelando-se na medida em que é visto e ouvido por outros, num processo de *testemunho*, que lhe confere

consolidação, pois a pessoa com quem se fala não é mero receptor, mas coelaborador. Assim, após a transcrição das entrevistas, foi realizada uma leitura completa do relato, buscando compreender a trajetória existencial do participante, bem como o sentido da experiência vivida, expressando seu testemunho (Critelli, 1996). Segundo Critelli (1996):

Há uma simultaneidade entre o desvelamento/revelação de algo e de nós como compreensores. Cada vez que algo é trazido à luz (compreendido) por alguém, este alguém nasce junto (outra vez) com aquilo que compreendeu. Aquilo que é compreendido (desvelado/revelado) por alguém nunca é, assim, compreendido como coisa em si, mas é sua existência mesma que ganha outra iluminação através desta compreensão (p. 79).

Em segunda leitura, buscou-se identificar trechos significativos e temas centrais que emergem da descrição geral do fenômeno, dialogando com análises mais amplas do contexto social do ato infracional por adolescentes no Brasil, a fim de construir um processo de *autenticação* das experiências (Critelli, 1996). A partir disso, compreende-se a trama de relações e significações na qual as experiências do participante estavam imersas: condições materiais de vida, discursos e significações sociais que permeavam seu espaço vivencial. A entrevista e reentrevista foram integradas num único depoimento e elaborou-se uma análise crítica, destacando-se relações entre a experiência pessoal e a rede de relações concretas e simbólicas que a contextualizam, ou seja, o contexto mais amplo de sua constituição. Foram discutidos os temas mais significativos surgidos no conjunto das narrativas, de modo a compor um panorama experiencial das questões envolvidas na situação infracional e na possibilidade de superação de sua reprodução.

3- Resultados e Discussão

3.1- A experiência do crime e da violência naturalizada no cotidiano da socialização escolar:

O primeiro aspecto que se destaca no depoimento estudado é a importância do espaço escolar para o contato com o crime na vivência do entrevistado. Tal contato acontece de maneira relativamente precoce: André menciona o furto como elemento cotidiano das relações escolares já desde a primeira série, inicialmente atingindo objetos escolares, agravando-se para objetos pessoais de valor, intensificando-se com a chegada da adolescência e presente em todas as escolas públicas frequentadas por ele, a despeito, inclusive, de mudanças de cidade. Também se destaca que o grau de urbanização não foi fator significativo para o contato com o roubo na escola: tanto na cidade natal, de aproximadamente 600 mil habitantes, quanto na pequena cidade do interior, de apenas 12 mil habitantes, onde morou por volta dos 11 anos, houve o mesmo contato cotidiano com o roubo de materiais escolares, indicando uma vivência comum no cotidiano das escolas públicas e corroborando o que aponta Leme (2009). De acordo com a autora, a partir de 1990 foi constatado o aumento de violência interpessoal entre estudantes, sendo mais explícita e agressiva nas escolas públicas, assim como, houve uma disseminação maior dessas práticas para cidades de médio porte. Mesmo havendo variações no nível de violência e tipos de furto entre as escolas – em algumas percebia-se o furto de materiais escolares, enquanto outras já o roubo de celulares e outros objetos pessoais – a prática do furto é retratada de maneira naturalizada, assim como a ausência de figuras de autoridade no ambiente escolar, fazendo com que os adolescentes vítimas de tais situações não tivessem garantias de recursos protetivos.

Foi muito natural, cheguei lá e já nos primeiros dias todo mundo ficava pegando, a grande parte da galera ficava pegando material e algumas semanas depois roubaram

os meus também aí eu já sabia que todo mundo roubava. Não era muito escondido também. (...) Era normal. Era tipo, lá na sala todo mundo já meio que era acostumado com isso e acho que a gente não tinha nem muito a quem recorrer. Sempre, os professores de escola pública, eu tive a noção de que eles são muito distantes dos alunos, a gente não tem muito a quem reclamar. (...) Eu acho que desde sempre, desde que eu me lembro todo mundo rouba na escola. Não, eu vou falar das escolas públicas né, (...) então desde a primeira série, que eu me lembre, tinha gente roubando caneta, essas coisas. Aí depois foi piorando né, quando eu tava na oitava já roubavam era celulares, né, mas na época de moleque era caneta, lapiseira, lápis, essas coisas.

Tal questão, longe de representar uma exceção, é paradigmática de uma problemática que cada vez mais se aproxima das instituições escolares brasileiras: publicação de Abramovay & Rua (2003) com dados de treze capitais brasileiras e do distrito federal afirma que os roubos e furtos no ambiente escolar são tratados como naturais nos relatos, os informantes minimizam a gravidade de pequenos furtos como algo natural, e em alguns casos desconsideram sua natureza socialmente danosa, tomando-os como características da idade.

André comenta ainda a frequência de brigas com agressões físicas nas escolas, destacando que os alunos que mais se envolviam com violência eram também os mais temidos e acabavam por submeter outros à sua vontade.

Todo mundo já sabia que era ladrão, todo mundo já sabia que ficava envolvido com o crime e eles meio que eram os "fodões" da escola, eles meio que dominavam a escola. Ah, não sei se mais considerados, acho que eles eram mais temidos, querendo ou não, eles eram mais temidos na escola, justamente por isso, porque, além da questão das

brigas, sempre teve essa questão de tipo, um certo bullying dessa galera pro resto da galera mesmo, porque todo mundo ficava com medo de enfrentar eles ou de falar alguma coisa e aí acabava que eles faziam o que queriam na escola.

Abramovay e Rua (2003) também afirmam que as brigas na escola são percebidas como acontecimentos corriqueiros, comumente utilizadas como recurso para a resolução de conflitos, indicando a banalização da violência, podendo ou não ter consequências mais graves. Segundo as autoras, em algumas situações, a violência física é utilizada como recurso para defesa pessoal ou proteção de amigos, enquanto na escola tem funcionado “a lei do silêncio”, na qual, alunos fingem que nada acontece, diretores e professores ignoram, até mesmo por medo, fazendo com que a escola se torne um lugar desprotegido.

Mattos e Coelho (2011) abordaram a relação entre essa violência escolar e o crime, já que em sua análise de uma escola carioca comumente acontecia a formação de grupos em que os mais fracos se submetiam à proteção de um mais forte com reconhecimento não só da turma como também da professora e da direção da escola enquanto líder, sugerindo uma reprodução das gangues das favelas e do crime organizado. Tal elemento é significativo de um aspecto demarcado no relato: a estreita conexão entre a naturalização da violência e o ingresso em atos infracionais, como o roubo e o tráfico, já que estes passam a ser percebidos de maneira minimizada.

Schilling (2012) discorre sobre as diversas possibilidades de compreensão da violência nas escolas, assumindo diferentes lugares de agressores e vítimas e suas três possíveis dimensões. A *violência contra a escola* refere-se às depredações de seu espaço físico e funciona como uma “reação” a uma instituição que se ausenta no compromisso a que se propõe de igualdade de oportunidades e acaba servindo como uma espécie de “depósito de crianças”, para tirá-las da rua. A autora considera ainda violência contra a escola as falhas

governamentais e de administração pública, como desvio de verbas, baixos salários e péssimas condições de trabalho para os professores. A *violência da escola*, refere-se àquela em que a instituição reproduz a sociedade, reificando desigualdades, preconceitos sociais e indiferença, numa dinâmica de vitimização e agressão entre professores e alunos: professores sentem-se vítimas de alunos agressivos e alunos sentem-se vítimas da discriminação dos professores. Por último, a *violência na escola* entrelaça-se às categorias anteriores e a outras violências vivenciadas em contextos familiares, urbanos, econômicos e sociais. Tal confluência gera a violência entre grupos de alunos ou de alunos contra professores, como furtos, roubos, agressões, ameaças e brigas. Nesse sentido, o contexto dos roubos relatados pelo depoente abrange tanto a *violência na escola* quanto a *violência da escola* – expressa no descaso quanto à situação do roubo, que constituiu um importante elemento para sua continuidade e naturalização.

(...) lá na sala todo mundo já meio que era acostumado com isso [roubo de materiais] e acho que a gente não tinha nem muito a quem recorrer. (...) os professores de escola pública (...) são muito distantes dos alunos (...) E acho que nessa época eu meio que queria ser aceito, eu não queria ficar sendo um cara estranho porque eu já tinha vindo de outra cidade e então eu já não conhecia quase ninguém ali. (...) eu fazia bullying com os outros, outras pessoas faziam bullying comigo. (...) Não me lembro de alguém reclamar na escola, uma vez uma menina reclamou (...) mas aí ela foi na casa do menino reclamar, não na escola. Resolveu, ele devolveu. Acho que os professores e a direção (...) Era muito difícil eles não saberem, era muito escancarado, a escola era muito bagunçada, acho que os professores mesmo não estavam nem aí e eu nem via o povo da direção (...) os pais também estavam mais preocupados com outras coisas do que os filhos

ficarem sem caneta, ninguém dava muita bola (...) eu não lembro se algum pai ficou mais grilado (...) talvez se reclamasse com professor ou direção, no máximo eles falariam com o aluno, né, pra ele devolver (...) Mas acho que não adiantaria, só ia devolver na hora mesmo.

Tosi (2017) ao pensar a questão da violência nas escolas à luz das ideias de Hannah Arendt, compreende que a violência se instala nas escolas justamente porque o poder e a autoridade estão sendo perdidos. A autoridade para Arendt (2014) tem um sentido diverso de autoritarismo, a autoridade precisa ser assentada no respeito e reconhecida como legítima tanto pela figura de autoridade quanto por quem obedece, enquanto o autoritarismo não é naturalmente legitimado por quem obedece, mas é imposto a partir da violência.

Portanto, para Tosi (2017), as escolas com excesso de burocratização, falta de compromisso com o conhecimento, banalização de hierarquias apropriadas à liderança, despreparo da formação educacional, exclusão de classes, perde a legitimação de seu poder e permite que a violência se instale, assim, a lei perde sentido. No entanto, não se trata de culpabilizar as escolas em si pela falta de autoridade, mas compreender a perda da autoridade como um produto de dimensões que são políticas e sociais, desde investimentos públicos para a qualificação da educação em sua estrutura, planejamento e profissionais, até questões que permeiam a desigualdade econômica e social das pessoas que estão inseridas nas escolas públicas. Além disso, percebe-se a naturalização de um modo de se relacionar predominantemente violento entre os alunos de escola pública.

3.2- O fenômeno da humilhação social enquanto dispositivo fragilizador do papel educacional e protetivo da família

Outro elemento importante da narrativa é a ausência da interferência da família nesse processo de inserção no crime, assim como a dificuldade em assumir uma postura de autoridade. Tal fenômeno não aparece claramente na compreensão do depoente, mas é sutilmente observado nos elementos concernentes à e justificadores da ausência de atitudes interventivas da família. Em diversos momentos da narrativa, a falta de aproximação da família com André articula-se à ausência de uma apropriação do direito à fala de seus responsáveis, no sentido de dialogar com as suas vivências, perceber as mudanças no seu cotidiano, suas inseguranças no ambiente escolar e na vida, compreender as mudanças de seu comportamento e orientar na relação com o mundo. Um elemento significativo para essa ausência de referência na família são os aspectos de silenciamento e humilhação social vividos por seus integrantes e relatados por André, que os percebia mas não tinha clareza de seu sentido social:

A família da minha mãe é muito tranquila no lugar que eles estão, tipo, eles não gostam de falar mal de ninguém, eles não almejam muita coisa, eles...não sei, eles preferem tratar todo mundo com educação, mesmo quando a pessoa trata eles com certo desprezo. Isso tudo naquela época pra mim era muito difícil de associar, sabe? Não que eles fossem perfeitos, porque eles brigavam entre si e tudo mais, mas só que, eu sentia eles meio que...nessa época, pra mim, essas eram qualidades de pessoas meio que fracas.

Para Arendt, a autoridade, que consiste no elemento-chave para a capacidade de orientar terceiros, relaciona-se diretamente à capacidade de elaborar, nomear e apropriar-se das experiências. Na relação entre pais e filhos, a capacidade dos pais de se orientarem pelo mundo, em comparação aos filhos neles recém-chegados, constitui elemento de autoridade. No entanto, as experiências de humilhação e silenciamento social, ao destituírem qualquer

valor e dignidade humana da experiência do humilhado, podem ser limitadoras da apropriação das experiências que permitiria a relação de autoridade.

Mesmo no momento em que a família já está ciente do envolvimento de André com o crime, no processo de julgamento, não há aproximação entre ele e a família, que só consegue intervir retirando-o do bairro e da cidade como medida protetiva.

Não tinha ninguém da minha família que eu compartilhava as coisas (...) eu nunca conversei muito com ninguém sobre nada disso. Mas eu lembro que eu me sentia meio mal quando eu fazia essas coisas. Mas eu acho que ninguém nunca percebeu, porque ninguém nunca conversou comigo sobre isso não. (...) O povo de lá de casa ficou meio que com medo da galera que eu tava envolvido e tudo mais e aí me fizeram ir pra casa de um tio meu, fizeram eu ir pra Cidade C. pra eu ficar mais distante desses conhecidos meus. Mas, conversar sobre isso mesmo, a gente não conversou muito assim não.

A falta de autoridade da mãe é percebida quando tenta intervir nos momentos que percebe comportamentos inadequados e prejudiciais de André (como quando começa a ficar muito tempo nas ruas, durante a madrugada, sem pedir permissão), e não é respeitada, até “desistir” de tentar. Nesses momentos, ela não só perde a autoridade, como parece haver uma inversão desses papéis, quando André relata ser muito agressivo com ela e ela sentir medo até mesmo de uma agressão física.

Muitas vezes minha mãe foi me buscar na rua. Mas, até o momento eu brigava tanto com a minha mãe, que minha mãe meio que, não quis mais ir atrás, né? Não sei se ficou com medo de eu brigar com ela, ou algo do gênero. Porque minha mãe também tinha muito medo de eu me afastar dela.

Ou seja, percebe-se faltar o reconhecimento pelo filho da legitimidade da mãe como alguém mais experiente, capaz de orientar suas escolhas, de orientar sobre o que considera certo ou errado, na relação com o mundo e perspectiva de futuro. Ela não aparece como alguém forte o suficiente para ele se assegurar, respeitar e obedecer. Sua família ainda é descrita como sem ambição, sem ganância, muito simples e como pessoas que assumem uma postura passiva diante do “desprezo” de outros.

A minha família não é uma galera que tem muita ambição, não é uma galera que busca muito as coisas, a família da minha mãe, que eu sou mais próximo. E naquela época eu tinha muito essa ganância de ser alguém na vida. Então, a minha família tava ali pro que eu precisasse, só que, ao mesmo tempo, eu ficava evitando de contar meus problemas pra eles, porque eles eram pessoas muito simples, e eu sentia que eles não me ajudariam, que eles não poderiam me ajudar de todo jeito, saca? Então, eles estavam ali mais como um suporte, mas eles...eu nunca senti que eles tinham capacidade de me ajudar a fazer as coisas. Eu acho que, muito isso, eu sempre considerei eles pessoas muito simples, muito desprovidas de qualquer ganância.

A partir dessa fala, o entrevistado busca encontrar um sentido para a percepção que tem de sua família, que segundo suas próprias palavras “*é muito difícil de associar*”. Tal dificuldade de compreensão do significado da postura assumida pela família e descrita por André quando descreve que tratam as pessoas bem mesmo quando são menosprezados e remete tal postura não à ordem da bondade mas à ordem da passividade vagamente descrita como “*ausência de ambição*” remete a um elemento significativo do processo de humilhação social: seu caráter enigmático. Como aponta Gonçalves Filho (2010) a humilhação social reproduz preconceitos que, sendo naturalizados, são também de difícil identificação, apresentando-se ao humilhado como um golpe pelas costas, expresso na pergunta “porque fui

tratado assim?”, mas também enigmática para o soberbo, que muitas vezes na minimização social do caráter segregatório de seus atos não os reconhece enquanto preconceituosos. Gonçalves Filho (1998) compreende a humilhação social como uma modalidade de angústia longamente sofrida desde gerações anteriores como efeito da desigualdade social, um fenômeno psicológico e político que exclui uma classe do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. A pessoa humilhada parece perder o sentimento de dignidade, a espontaneidade, tornando a submissão automática e “emudecida”. Mas esse sentimento não é imaginativo, ele parte de uma situação real, por uma longa história de rebaixamento que atravessa a classe e a família, mas torna-se internalizada também pelo humilhado, que atravessa uma situação de impedimento para a sua humanidade, reconhecível nele mesmo (corpo, gestos, imaginação e voz).

Um terceiro elemento constituinte tanto humilhação da família quanto da ausência de referências do entrevistado é o desenraizamento, que se percebe momentos de instabilidade de emprego da mãe, mudanças de cidade e ausência de perspectiva de futuro. Bosi (2012), afirma que os deslocamentos constantes da vida moderna não permitem um enraizamento em dado espaço ou comunidade, apropriando-se de conceitos de Simone Weil, entende-se enraizamento como quando o ser humano tem uma participação coletiva, com valores no passado (memória) e perspectivas de futuro, assim, o desenraizamento torna-se uma condição desagregadora da memória.

Assim, a descrição de André sobre a insegurança da mãe e a “*falta de ambição*” da família encontra respostas indiretas, comunicando-se quando conhecemos sua herança de humilhação social de classe e de gênero: André relata que ela trabalhou desde os 7 anos colhendo algodão, a família tem história migrante, mudando-se constantemente devido a problemas financeiros e estruturais, a casa em que moravam na cidade que André nasceu,

morava também toda a sua família extensa (12 pessoas), e sua mãe viveu um relacionamento abusivo com o pai, no qual era constantemente diminuída, humilhada e violentada.

Nesse contexto, pode-se compreender que essas experiências de humilhação social e gênero vivenciadas pela mãe foram impeditivas de atuar e ser reconhecida enquanto autoridade para o filho. Os humilhados são destituídos de autoridade, pois, para se ter autoridade é preciso aparecer: ter acesso ao espaço público no qual somos vistos e ouvidos pelos outros que conferem legitimidade a nossos atos, nossos discursos e nossa biografia (Arendt, 2016), sendo o rebaixamento provocado na humilhação social impeditivo dessa aparição. Assim, a mãe, aparentemente a principal responsável pela educação de André, que tem internalizada uma série de vivências de humilhação social, foi sendo “emudecida” e não encontrou condições de aparecer, compartilhar e elaborar essas vivências conscientemente, de compreender suas dimensões econômicas e sociais, a angústia provocada por essas violências, o sentimento de impotência e de submissão. Dessa forma, foi sendo também impedida de ser uma autoridade legitimada e potente para orientar o filho em elaborações para as quais ela mesma não encontrou sentido, André não a vê como autoridade, enquanto ela também se percebe destituída de poder.

Também nesse sentido compreendemos que o questionamento de André sobre o lugar de humilhação social cuja herança familiar ele recusa ao sonhar “*ser alguém na vida*” o leva a u isolamento também confusamente descrito. Ao recusar o lugar humilhado, porém não encontrar espaço de palavra entre outras pessoas sem acesso que enfrentassem claramente a mesma problemática, André percebe-se numa situação de isolamento própria dos processos de exclusão social, que significativamente ele consegue reconhecer quando encontra espaço de aparição e palavra, ao ter um momento de reflexão com seu relato diante da entrevistadora:

“Parando pra pensar, eu sempre me senti muito carente de ter pessoas mais próximas de mim, de ter alguém que eu poderia contar e de querer ser alguém.”

Outro elemento significativo que contribui para a falta de autoridade da família é a falta de referências sobre o universo de socialização da escola e seus dispositivos. Quando André apresenta as problemáticas vividas na escola, a família aconselha a buscar as figuras tradicionalmente tidas como autoridades escolares - diretoria e professores - , mas que na realidade de violência dada pelo abandono da escola, não operam efetivamente:

Eu cheguei em casa e eu ainda era muito novo no bairro S, eu não conhecia ninguém, nem tinha a proximidade com nenhum dos professores ou diretores. Então eu cheguei em casa e meio que tava desesperado, porque eu achei que a professora ia ficar nervosa comigo porque eu tava sem livro né, meio bobo, e aí eu contei, contei pra minha irmã, pra minha mãe. Minha mãe falou que eu tinha que conversar com a diretora. Ou perguntaram se eu queria que elas fossem lá e tal conversar com a diretora. Mas pra mim conversar com a diretora não ia resolver.

Na ausência de qualquer outro recurso a não ser os elementos oficialmente legitimados porém sem nenhuma efetividade prática no cenário de descaso percebido entre os atores escolares, é novamente nos recursos que obedecem a lógica do crime que o problema se resolve:

E aí, nessa época eu ainda não sabia que meu ex cunhado era mala, né? Ele tá preso aliás hoje, de novo (...) Então, contei pra minha mãe e minha irmã e minha irmã contou pro meu ex cunhado, que morava com a gente também nessa época, e aí ele foi lá conversar com o cara, mas eu fiquei mais desesperado ainda porque pensei, "aí o cara vai ficar grilado comigo" e tal né, esse cara que roubou o livro, aí vai virar uma confusão, melhor não fazer isso não, e fiquei com medo, né, do meu cunhado ir lá

conversar com ele. Mas, aí acabou que meu cunhado foi lá, conversou com o cara e ele devolveu o livro depois.

3.3- O conceito de "respeito" pela criminalidade enquanto protetivo da humilhação social e elemento de identificação de grupo nas escolas populares

Frequentemente, André afirma ter se aproximado do crime e de atitudes violentas para conseguir respeito. Qual o sentido presente na ideia de respeito relatada? Primeiramente, parece estar associado a uma alternativa que encontra para se proteger das violências e da vulnerabilidade em que foi se percebendo: sofreu bullying, não tinha amigos dentro ou fora da escola, quando começava a criar laços de amizade precisava mudar de escola e até de cidade, é vítima das práticas de furto. Assim, percebe-se deslocado e desprotegido, sem apoio da escola, da família ou de qualquer figura de autoridade que pudesse orientá-lo nessas situações.

A noção de imposição pela violência como garantia de um respeito protetivo é descrita por André ao comentar a situação da recuperação que o então cunhado realiza de seu livro de matemática. André ressalta haver encontrado um modo de lidar com o mundo na atitude do cunhado, se impondo diante da pessoa que furtou e orientando André a não ter medo de fazer o mesmo nessas situações.

Ai mesmo assim eu fiquei meio com medo, mas isso assim me deu mais tipo ânimo de fazer as pessoas meio que me respeitarem eu acho, sabe? Porque eu não queria ficar passando por essas coisas (...) Eu já era mais agressivo né, tipo assim, eu fazia brincadeiras principalmente com outros meninos da sala pra meio que demonstrar que eles não podiam fazer nada conta mim, eu gostava meio que de oprimir eles de algumas formas, empurrar, ofender eles ou alguma coisa assim, meio que fingindo

que era brincadeira mas ofendendo eles e eu sabia que eles não podiam fazer nada, porque eles ficavam com medo de mim.

Num contexto em que a violência se apresenta como elemento potencialmente invasivo de maneira constante, a imposição por meio da ameaça institui uma lógica em que a própria ameaça de violência se apresenta como único elemento protetivo da violência. Tal lógica assenta-se no reconhecimento de que aqueles que assumem um caráter ameaçador se encontram em menor probabilidade de sofrer violência ou em condições de reagir à violência sofrida de modo a recuperar direitos. Parece haver aí uma identificação, não só com o cunhado, mas também com os próprios adolescentes da escola, e posteriormente, fora do ambiente escolar, que eram temidos pelos outros ao assumir a postura agressiva, o estereótipo do “*mala*” e o envolvimento com o crime. André vê aí não só uma possibilidade real de se proteger, mas também a chance de enfrentar a condição de isolamento, inserir-se em um grupo e ser reconhecido, mesmo que pelo medo.

Eles já eram conhecidos porque... não, primeiro porque eles já andavam com a roupa do hip hop mesmo, né? (...) mas essa galera já andava muito com a roupa do hip hop mesmo, bonézão e tal e até os professores meio que tratavam eles como criminosos... não sei se bem como criminosos, mas como meninos problema sabe? Então, todo mundo já falava que eles eram "mala", porque eles andavam todo mundo junto depois das aulas também e viviam na rua, tipo, antigamente, naquela época, você só saía se sua mãe deixasse, era muito difícil, e eles viviam na rua, essas coisas. Tinham uns que roubavam né, tinham uns que eram conhecidos por roubar já...roubava...pelo menos eles falavam, né? Roubavam celular lá dentro e tal...mas eles eram mais conhecidos pelas brigas mesmo, eles brigavam muito né. Todo mundo já sabia que era ladrão, todo mundo já sabia que ficava envolvido com o crime e eles meio que eram os

"fodões" da escola, eles meio que dominavam a escola. (...) Creio que tem mais a ver com como eles se impunham, porque de concreto mesmo a gente não ficava sabendo de muita coisa, porque era muito moleque né?

André apresenta um código visual como elemento significativo de identificação dos alunos temidos no ambiente escolar: características comportamentais e símbolos do que ele denomina “estilo do hip hop” e depois “mala”. Tal caracterização pode ser entendida como um estereótipo, um elemento de referência de identidade social composto por signos que trazem informação social, cuja presença tem apenas uma função informativa superficial, em detrimento de atributos individuais. No estereótipo informado por André, marcado pelas roupas, pelo boné, pela postura intimidadora, encontramos um posicionamento paradoxal. O caráter estigmatizante do “mala” advém de sua contraposição com as referências sociais mais amplas, em que encontramos relação entre estereótipos ligados ao crime e aquilo que Goffman denomina estigmas ligados às “culpas de caráter”, com ideologias explicativas de sua inferioridade e periculosidade. Por outro lado, o estereótipo do “mala” é descrito como admirável e almejado em sua possibilidade de alcance de um lugar social para além da humilhação, remetendo a um fenômeno comum em regiões mais periféricas e escolas públicas. Goffman (1988) observa que a possibilidade de estigmatização advém do caráter que dada representação possui no contexto das relações e dos diferentes grupos nos quais o indivíduo circula e mantém relações, pois o estigma consiste numa relação entre atributo e estereótipo, resultando em hábitos de julgamento ou generalizações que dependem das referências do meio social (Goffman, 1988). Nesse contexto, inserir-se no grupo próximo requer enfrentar estigmatização na sociedade mais ampla, todavia a alternativa de não adesão ao estereótipo não oferece necessariamente inserção nessa mesma sociedade, requerendo o enfrentamento das situações de humilhação social.

A percepção, ainda que vaga, de que a obediência a regras que colocariam André na condição de trabalho subalterno e humilhação de classe não garantiria reconhecimento e pertencimento social ou, em outras palavras, aparição, leva a um desprezo por essa escolha que pode ser constatado quando André se refere a tal como “atitude de pessoas fracas”. O depoente percebe em algum nível a impotência da família advinda da humilhação social, gerando uma indignação e recusa em reproduzir esse lugar de submissão, desmerecimento e falta de perspectiva de ascensão social, que, no entanto, não encontra alternativa viável em caminhos como o estudo e o trabalho, distantes num ambiente de descaso escolar, mas a saída do lugar de oprimido para o lugar de opressor. Ele fala com admiração sobre colegas que as outras pessoas temiam, parece encontrar nessas pessoas uma possibilidade contrária à que via em sua família, de maior liberdade, superação do medo e da dependência. Essas pessoas não procuravam se esconder, se minimizar e “abaixar a voz”: tinham visibilidade, impunham sua vontade, mostravam sua raiva. Suas práticas eram contadas como algo admirável: *“sempre falavam das coisas, dos meus feitos...é quase como aqueles feitos de antigamente que você contava dos heróis, saca? De Hércules, essas paradas...”*

Se unir a pessoas que questionavam o lugar humilhado e se tornar uma delas, ainda que às custas de violência e de um lugar social também estigmatizado e potencialmente prejudicial em outros contextos, foi uma possibilidade vista e almejada por André para mudar sua realidade. Tentativa de rebelar-se contra a humilhação que, há gerações, vinha tomando conta da sua família, uma maneira de recusar o lugar de oprimido, numa lógica de que melhor seria ser quem agride do que quem é agredido.

Pra te falar a verdade eu acho que ninguém gosta de ficar como oprimido, ninguém gosta de ser, de fazer parte das pessoas fracas, e quando você começa a ver como exemplo esses caras que todo mundo meio que teme e que todo mundo fala, que

recebe muita atenção, que é o que sempre todo mundo comenta quando chega, ou alguma coisa assim, meio que te chama atenção né, meio que te dá vontade de também fazer parte daquilo. (...) Pra mim isso na época era uma forma de conseguir respeito saca? E conseguir ser notado e conseguir que as pessoas gostassem de mim ou alguma coisa assim, ou até tipo pelo menos as pessoas não ficarem mexendo comigo.

Todavia, a possibilidade de poder e admiração encontrada é permeada dos efeitos de suas ações predominantemente violentas. Conquista-se a admiração de potenciais violadores de quem se ganhou pertencimento, mas não de quem teme ser suas vítimas nem da própria família. Dessa forma, André se vê com sentimentos paradoxais: o reconhecimento de ser alguém “forte” é permeado pela angústia de prejudicar e amedrontar outras pessoas.

Mas eu lembro que eu me sentia meio mal quando eu fazia essas coisas. Mas eu acho que ninguém nunca percebeu, porque ninguém nunca conversou comigo sobre isso não. Mas, era um negócio que eu lembro que não me fazia muito bem, mas eu não sei porque que eu fazia, né, pra falar a verdade (...) Na verdade... Eu quis fazer, mas no meio do negócio mais ou menos eu já meio que não tava com muita vontade. Já vi que aquilo ali não era muito bacana, tinha outros rolês que eu podia fazer que não precisava ser aquilo. Mas, aí a gente já tava no negócio né, e pra mim ia ser... tava na cabeça de fazer as coisas mais tranquilo possível, assim, tentar não fazer muita merda, só isso (...) eu não tava pensando em muita coisa porque a adrenalina era muito alta, só pensava que podia dar errado a qualquer momento podia dar errado, e eu também não queria machucar ninguém.

A busca por pertencimento e “respeito” articula-se ao que Hannah Arendt () denomina poder: o surgimento de novos rumos coletivos pela articulação dos grupos sociais. Poder, no

sentido arendtiano, refere-se a possibilidade: aquilo que ainda não tem lugar, mas pode vir a ter quando os homens se organizam na construção do mundo comum. O poder depende do espaço político de aparição, de reconhecimento da legitimidade de outrem, constantemente descrito como elemento ausente na narrativa de André ao abordar a questão do respeito na escola pública que, em vez de apresentar-se como algo intrínseco às relações como caberia em ambientes nos quais a aparição está garantida, passa a necessitar ser conquistado pela violência. Nesse sentido, há uma ambiguidade naquilo que é descrito como respeito, pois

Poder e violência são opostos, onde um domina absolutamente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz a desaparecimento do poder. A violência pode destruir o poder, ela é absolutamente incapaz de criá-lo. (Arendt, 2018, p. 44)

A autora ainda ressalta que reagimos com ódio quando nosso senso de justiça é ofendido e quando há razão para acreditar que essas condições poderiam ser mudadas, mas não são. Nessas ocasiões, é tentador recorrer à violência, devido à sua imediaticidade e prontidão, ou seja, em alguns casos, a violência parece o único modo de reequilibrar as balanças da justiça, sendo suas consequências a longo prazo mais dificilmente percebidas.

De acordo com Wieviorka (1997) o indivíduo pode se tornar violento por querer ser reconhecido como sujeito, construir a própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva sem estar totalmente subordinado a ela. A violência nesse sentido está relacionada ao desejo de aceder os frutos da modernidade, referindo condutas informadas pela raiva de não ser reconhecido, pelo sentimento de uma injustiça vivida, pela interdição de o indivíduo tornar-se sujeito. Ela traz a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz pelo ator que não pode existir enquanto tal, é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e

prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e discriminação racial. O desemprego e a pobreza não se traduzem imediatamente ou diretamente em violências sociais, mas sobretudo alimentam frustrações delas geradoras.

Porto (2000) discute que a violência de jovens das camadas médias poderia ser pensada como uma manifestação das situações de inclusão e exclusão vivenciadas por eles. Manifestam uma exclusão de processos identitários, os grupos ou gangues parecem construir um individualismo que atua através do grupo, assim, esses indivíduos carentes de pontos fixos de referência expressam uma exclusão que não é social, mas existencial. Não existem objetivos e estratégias a atingir, pois não lutam contra um sistema, mas tentam afirmar a força como recusa à negação do sujeito, podendo se transformar em autodestruição a necessidade de inclusão, levando à exclusão expressa em comportamentos de automarginalização.

André foi se inserindo no crime e naturalizando as práticas de roubo e posturas agressivas. Ele passa a apropriar-se da violência na relação com o mundo em todos os aspectos, até mesmo na relação com a família, e só constata isso quando percebe que a própria mãe se sente ameaçada por ele.

(...) de toda forma tinha sempre um pouquinho de adrenalina, mas depois que você se habitua na questão do furto... depois que você faz umas 3, 4 vezes fica muito mais tranquilo pra você fazer. Você raciocina mais sobre o que vai fazer e já perde um pouco do medo, mas só um pouco (...) Só que eu brigava muito com ela [mãe] também, coisas que eu era muito idiota, né. Falava alto com ela, falava que ela não tinha que ficar preocupando comigo, que ela não tinha que ficar indo atrás de mim, que ela não tinha que ficar falando na minha cabeça, essas coisas. Coisas meio que... meio não, muito pesadas. Hoje em dia, eu, se eu pudesse, essa era uma das poucas coisas que eu não faria, sabe? (...) Porque era uma coisa que não precisava, eu acho

que eu descontava muito a raiva de algumas coisas nela, talvez por ela estar ali mais próxima, né? Não sei. (...) Eu era sempre muito extremo. Ou eu tratava ela muito mal, ou eu tratava ela com muito amor, porque sempre eu amei muito a minha mãe, só que eu era muito deturpado nisso. (...) Mas, eu tratava ela muito assim, quando ela vinha falar comigo eu brigava muito com ela. Teve até uma vez que eu fiquei muito mal, que ela falou pra mim que tava até com medo de um dia eu bater nela, que eu falei assim "nossa, mãe, ta doida? eu jamais vou bater na senhora", e ela falou assim, "mas, do jeito que você tá me tratando...", foi uma das coisas que... eu fiquei tipo assim, "nossa cara, eu preciso tratar minha mãe melhor, né?". Mas eu vivi muito ainda nesse dualismo, de ser muito grilado e de ser muito amoroso (...) muito tempo, né?

3.4- Privação de liberdade, naturalização da violência e percepção de risco

Ao falar sobre a situação do assalto em que foi julgado, é possível notar a dificuldade que ele tinha em perceber a possibilidade real de punição. A ausência de cerceamento institucional da violência – a começar por autoridades escolares e familiares – é tanto um elemento contributivo para a naturalização da violência, quanto um elemento distanciador da percepção de limites e consequências sociais e institucionais da violência praticada. Sem nenhum freio, a violência se repete, legitima, institucionaliza e naturaliza. Se nunca foi freada, não há porque acreditar que será, e o mergulho na violência foi se aprofundando sem ser possível para André perceber em que ponto estava.

Aí, um dia, a gente falou de fazer isso e foi e fez, acho que não teve muita conversa não, não lembro como foi. A gente só...alguém deu a ideia e a gente foi lá e fez. Não teve muito planejamento, a gente pegou, saiu e falou, "vamo assaltar um negócio ali" e foi. Foi no mesmo dia. (...) nem sei nem o que passou na cabeça do cara, mas ele

deu acho que pra um tio dele ainda, ou um conhecido dele, o chip [roubado], pro cara usar e a polícia acabou ligando no chip e acabou chegando nesse cara e depois já chegou nesse menino e esse menino levou o policial lá em casa. Entregou todo mundo.

A inserção no crime e nas práticas de violência aconteceram tão rapidamente, sem reflexão e sem limites que se nota no relato a falta de compreensão da diferença entre “desobedecer” os pais ao fazer algo inadequado e cometer um crime, colocando pessoas em risco. Essa indiferenciação se evidencia quando André compara o crime cometido a uma desobediência, identificando a diferença não no caráter do ato, mas na consequência passageira na educação familiar em contraposição à coerção definitiva da privação de liberdade, enquanto punição efetiva pelo Estado.

Não adianta você chorar pra sua mãe, porque você não tem chance de sair dali. Não é igual quando você faz uma merda, sua mãe te põe de castigo, aí você pega e chora e fala "nossa mãe, desculpa e tal nunca mais vou fazer isso, eu prometo" que sua mãe vai lá e te tira do castigo. Não. Lá você pode chorar no pavilhão lá, o tanto que você quiser, que ninguém vai te tirar de lá daquela cela, você não tem opção, você tem que ficar preso. Não tem juiz no mundo que vai te tirar de lá porque você vai falar que tá arrependido, saca? O arrependimento só não basta.

É na experiência de internação, durante 43 dias, que André percebe efetivamente os riscos da violência, relatando os perigos vivenciados no contato com outros internos, a violência sofrida pela instituição, a angústia vinda da privação de liberdade e perda da subjetividade.

Sobre a violência institucional no processo de destituição da identidade civil e mortificação do eu promovido pelas instituições totais, André descreve diversas experiências. Segundo Goffman (2017) as instituições totais, tais como manicômios, conventos, presídios,

colégios internos, asilos, campos de concentração, entre outros, têm como característica o confinamento e perda ou restrição severa do contato com a sociedade civil. A inserção em uma instituição total conta com mecanismos de perda ritual da identidade civil para levar o interno a assumir a identidade institucional a ele atribuída. Tal processo se pauta em mecanismos de controle das ações e da rotina dos internos, em que o novato é despido de suas disposições sociais estáveis do mundo: objetos de seu uso pessoal e que o caracterizam criando um “estojo de identidade”, pequenas ações e hábitos que são regulados pela instituição, ausência de acesso a objetos de uso corriqueiro que passam a necessitar de permissão, violação de territórios de privacidade.

O caráter de violência institucional advindo com a destituição das referências civis numa instituição total (Goffman, 2017) ocorre já no primeiro dia, quando André tem seus direitos violados ao passar a noite numa cela sem banheiro e sem a possibilidade transitar para um, precisando fazer suas necessidades lá mesmo.

Primeira noite eu estava em uma cela que não tinha nem banheiro, então não tinha nem como mijar e não tinha nem como ir no chuveiro nem nada disso. Eu mijei lá no canto lá e foda-se, eles falou que eu não podia não. Mas, que, na real, eles não podem fazer isso, a gente tem que ir pra uma cela normal, só que como eu cheguei de noite, eles me colocaram nessa cela.

O controle das pequenas ações pela equipe de funcionários, com atividades em horários estabelecidos, impostas de cima, na qual nota-se já a perda da autonomia para decidir sobre as suas vontades, horários e necessidades é também logo percebida por André, juntamente como a perda do acesso a pequenas comodidades materiais, como uma cama macia ou o silêncio da noite. Assim, os territórios do eu são violados e a fronteira entre ele e o

ambiente é invadida, tanto por imposições espaciais, relações objetais, contato mútuo e exposição entre os internados, quanto por exposição contaminadora.

Mas na primeira semana que você não pode tomar um banho na hora que você quer ou poder tomar um banho quente, porque lá era só banho gelado, lá você só comia na hora que te davam comida e você não tem a quem recorrer. (...) é uma coisa que dá pra você contar com palavras, mas não dá pra você sentir até que seja feito, não tem como. Tipo, a primeira noite, as primeiras noites, você não dorme, não tem como. É um negócio muito que, que você tem que passar pra você saber, mas dá pra você imaginar. Por exemplo, imagina você não poder tomar um banho hora que você quer, não poder abrir a geladeira, você não poder sair e olhar a rua, olhar pra cima, se quiser. Então tipo, no começo, primeiro que você está num lugar que você não tem como fazer nada, se você quiser. (...) E depois, nos primeiros dias, você fica sem saber o que você faz, porque você está dentro de um cubículo mesmo e você sai só uma hora por dia pra poder pisar na grama lá. Então você fica meio que sem saber o que fazer, não tem relógio, não tem televisão, não tem nada, é só você, uma cama, um banheiro e um cobertor. Então o tempo não passa, não sei cara, é muito complicado... os primeiros dias realmente são muito um choque, um sofrimento foda.

Na vida em liberdade, nossas ações são definidas por critérios pessoais que consideram um leque de possibilidades, levando ao que Goffman (2017) denomina “economia pessoal de ação”. Na internação, os menores segmentos de atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora, violentando a autonomia do ato num processo que Goffman (2017) denomina “perturbação da economia”. Coloca-se não apenas o indivíduo num papel submisso e infantilizador como sob o risco de sofrer violações: ser negado, ignorado, levar muito tempo para responder a solicitação, sofrer caçoadas, etc.

(Goffman, 2017). Assim, a perturbação da economia compreende o risco constante de uso abusivo, humilhante, violento ou negligente da equipe dirigente, sujeitando os internos a rebaixamentos, degradações e profanações que Goffman denomina “mortificação do eu”. A equipe dirigente pode incluir, inclusive, ameaças e “testes de obediência”, desafiando-o a se revoltar ou obedecer permanentemente.

Ah tinha funcionário ruim que tipo, não tava nem aí realmente pra se as pessoas estavam correndo perigo de vida, ou se você estava passando mal lá dentro da cadeia nem nada disso. Que sabia que tinha...porque lá tem muito cara que tem treta com outros cara, né? Então eles não podem ficar na mesma cela. E tinha muito funcionário que sabia e não tava nem aí, colocavam eles juntos pra brigar, ligava meio que o foda-se mesmo (...) colocava lá, porque tem muito agente que já pensa que é bandido sabe? Que tem que se foder e se virar sozinho. São muitos poucos que ajudam mesmo, de agente, são muito poucos que ajudam mesmo, que tem um pouco de compaixão (...) Ele já começou a falar "não, não, nessa cela eu não entro e tal", aí o agente meio que falou tipo assim, "Você tem que entrar, você não tem escolha", e ele ficou falando que não podia e tal e o cara não tava nem aí, tava foda-se, falou assim, "não, você tem que entrar", e colocou ele lá, mesmo sabendo que ia dar merda. Aí, poucos minutos depois eles bateram pra caramba nele lá e aí o agente teve que vir e mudar ele de cela, poucas horas depois dele ter apanhado.

E teve uma vez que eu cortei meu pé lá, que eu tive até que dar ponto, acho que dei 7 pontos. Eu cortei por baixo do meu pé... tinha um lá que era...não pior...mas era o que menos ligava pras pessoas, então, eu cortei o pé esse dia, e eles demoraram muito pra me levar...Mas tipo assim, lá eu não sei, deve ser alguma coisa administrativa também, mas lá se você passar mal de noite ou qualquer coisa assim eles não te dão

remédio, não te levam pra enfermaria, você só pode reclamar de dia. Só que ai me levaram lá, descobri que o enfermeiro tava lá, o enfermeiro olhou pro meu pé e disse “não, aqui você tem que levar pra o pronto socorro” e o cara falou assim “não, não tem como você fazer um trem ai pra deixar pra amanhã pelo menos?” e ele falou “não, não tem como, isso aqui tá muito feio”. Ai o cara falou assim “nó vou ter que levar agora?” mas beleza, ai deu uma enfaixada no meu pé e me levou (...) E nisso esses agentes sempre falavam alguma merda, alguma coisa idiota, mas não me provocando diretamente mas sempre meio que, como se pessoas que estavam presas fossem muito inferiores mesmo, ai tipo depois de dar os pontos no meu pé, eles pegaram me colocaram la na viatura de novo pra me levar embora e me deixaram esperando ainda la na porta do hospital enquanto eles iam fumar um cigarro, tipo eu fiquei la parado la dentro do carro umas meia hora ainda sozinho, 40 minutos lá. E acho que isso foi mais assim, o que eu passe que me deixou mais grilado com eles.

Dentro da instituição prisional existem rivalidades entre os internados por motivos pessoais, antes e fora da internação e também por motivos de grupos (bairros) que já são rivais, dessa forma, André conta o constante medo que sentia de, sem querer, acabar sendo envolvido nesses conflitos e não conta de ninguém que tenha se aproximado e confiado para lidar com o período de confinamento. No entanto, ao relatar a situação em que precisou de atendimento médico urgente, os outros internados colaboraram para chamar a atenção dos agentes e socorrê-lo, caracterizando um senso de identidade entre os institucionalizados que Goffman (2017) identifica no “mundo do internado”: a criação de redes de comunicação e solução de problemas para criar alternativas frente a perturbação institucional da economia pessoal.

Eles me levaram pra enfermaria só porque todo mundo começou a fazer barulho no pavilhão, nisso eu já tava gritando, eles aí chegaram e tipo tava escorrendo muito sangue porque eu tinha pisado num pedaço de cerâmica do vaso, então tava saindo muito sangue, muito sangue. E aí a galera começou a fazer barulho, aí eles vieram me tiraram da cela e me levou pra enfermaria. Querendo ou não, a raiva que às vezes um tinha do outro era superada pela raiva que todo mundo tinha dos agentes e do sistema, por assim dizer. Mas só que isso não fazia todo mundo virar amiguinho, a gente só meio que...se unia em prol de um objetivo mesmo.

Podemos comparar essa situação com o fenômeno que Goffman (2017) chamou de “gozação coletiva”, um ajustamento que reflete um tipo de confraternização e rejeição da equipe dirigente. Apesar de estar se referindo principalmente a vaias, sabotagens, ridicularizações, também está relacionado ao agir em coletividade para protestar sobre alguma injustiça, fazer uma espécie de rebelião sem ser punido por isso individualmente.

As limitações dos internados advindas da instituição, simplesmente por controlar a vida diária de um grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos já são suficientes para que haja a mortificação do eu. Entretanto, Goffman (2017) ainda ressalta que existem outros elementos aparentemente não relacionadas ao território do eu, mas que também contribuem indiretamente para a mortificação do eu, como tensões psicológicas, perda do sono, alto nível de angústia, e até mesmo, a ausência de materiais de fantasia. André relata que a única “distração” que tinham durava uma hora por dia, podendo ser assistir televisão ou tomar banho de sol, passando o restante do dia fechado nas celas, sem fazer nenhuma atividade, esperando o tempo passar, lidando com toda a angústia de estar preso.

E aí lá é tudo querendo ou não, é tudo adolescente, então você pensa que tipo assim são pessoas que tem muita energia, geralmente adolescente tem muita energia e ficam

meio que jogadas num lugar. Principalmente no provisório a gente só tinha uma hora de banho de sol ou uma hora de televisão. Então a gente ficava preso 23 horas por dia. Sem fazer nada, o ambiente lá era muito isso. A gente praticamente ou a gente ficava zoando um ao outro o dia inteiro pra passar o tempo ou ficava caçando briga, os outros ficavam caçando briga, então era um ambiente muito sem o que fazer.

Goffman (2017) também aborda o modo como os internados em instituições totais costumam, após a libertação, ficar maravilhados com as sutilezas da liberdade, autonomia e conforto que lhe foram tiradas, que normalmente não percebemos como acontecimentos, mas como condições naturais. André demonstra essa sensação ao relatar a saída da internação, tomando-a como elemento altamente significativo de motivação para a saída do crime:

Primeiro dia que eu saí, cheguei lá em casa e tinha um banquete, cara, me esperando. Eu tinha mó medo né, como que eles iam reagir, minha família. Ai cheguei lá, tinha um banquete, porque eu falei que eu queria comer umas coisas, prepararam muita coisa. E só o fato de você estar com a sua família e de você poder tomar um banho quente, poder abrir a geladeira hora que quiser, sair pra rua hora que quiser, tipo, te dá muita motivação de não fazer merda nenhuma também, porque depois que você perde sua liberdade, você vê o tanto que ela é importante. Muito importante tipo, você poder pegar um carro e poder ir pra Cidade U. agora se quiser, você poder pegar sua moto e ir comer um McDonalds de madrugada, isso é muito foda.

3.5- A condição paradoxal da internação: percepção de risco e ausência de possibilidades ressocializantes

Antes de ser descoberto pelas autoridades sobre o assalto, André levava uma vida em que o crime aparecia como uma prática natural, sem a percepção de possibilidades coercitivas

e punitivas reais, ligada tanto à constância da violência na cultura escolar do Brasil atual quanto à falta de autoridade nos âmbitos educacionais e familiares de sua experiência. Nas escolas “*os malinhas eram visto como criminosos até pelos professores e faziam o que queriam na escola*”, quando os alunos tinham seus objetos furtados “*não tinham a quem recorrer*”. Quando André foi se inserindo no crime, não houve diálogo e nem mesmo limites coercitivos impostos pela sua família. A ausência de percepção de risco e de limites pode ser observada quando ele fala da falta de planejamento do assalto, realizado como uma prática naturalizada e livre de perigos reais, sem reflexão e sem necessidade de dinheiro ou bens materiais, mas no intuito de agregar suas histórias e o seu reconhecimento no mundo do crime.

No momento em que André é acusado e levado para a internação preventiva, sofre um “*choque de realidade*” em suas próprias palavras. A convivência com as diversas formas de violência institucional o levou a experiências de intenso sofrimento e de perda real de seus processos subjetivos entrando em contato com as consequências efetivas do Estado sobre suas infrações. A percepção de risco advém com a possibilidade de ser reinternado, já que, apesar de André ter sido internado em medida provisória, tratava-se do mesmo ambiente que estaria se fosse cumprir o julgamento. Muitas vezes as instituições totais se dizem preocupadas com a reabilitação do internado, ou seja, prepará-lo para que, quando sair de lá, tenha condições de se autorregular espontaneamente a partir dos padrões do estabelecimento, mas na realidade, é raro quando essa mudança realmente acontece, e quando acontece geralmente não é a mudança desejada pela equipe dirigente (Goffman, 2017). O medo de voltar para a instituição em caráter de cumprimento de medida foi fator crucial para ajudá-lo a reformular seu olhar sobre a violência, responsabilizar-se pelas escolhas que veio fazendo e desejar transformar seu caminho adiante.

Mas assim que chegou essa sentença me deu muito o desespero de ficar lá, pensei "43 dias já foi muito foda, imagina ficar lá um ano e dois meses? eu não dou conta" Aí foi quando eu resolvi ir embora, eu tava com 16 anos já, eu tava cuidando do inventário do meu pai... Não, tava com 17 já, né? Porque foi com 16 que eu fui preso. Aí foi basicamente essa sentença e eu fiquei muito, muito louco né, porque pra mim eu ia acabar... Primeiro porque os primeiros 43 dias que eu fiquei lá eu percebi que tipo lá não era pra mim.(...) Mas, aí acabou que quando ela deu essa sentença eu larguei tudo, larguei a escola e fui embora pra outra cidade porque eu não dava conta, tava com muito medo de não sobreviver a essa experiência e aí eu fui embora pra Cidade U. (...) Porque eu tava com 17 e a única garantia que me deram, um outro advogado que eu tinha arrumado me deu, foi de que se eu ficasse até 21 anos, eles não poderiam me prender mais no [nome da internação socioeducativa] e aí eu teria chances de ficar a par com a justiça de uma outra forma. De uma forma mais tranquila, tipo cesta básica ou serviço à comunidade.

No entanto, parece que a decisão de estar no mundo de outra maneira, saindo do lugar de violência e identificação com o crime para um lugar de cidadania, foi possível sobretudo devido a alguns elementos. Primeiramente, a condição subjetiva de André, que a partir da privação de liberdade foi capaz de perceber as implicações de uma vida que teria a violência. Contribuíram também alguns aspectos de sua condição psicossocial, tais como os vínculos afetivos e o apoio de familiares que se dispuseram a modificar suas próprias vidas para investir na reinserção social de André (uma disposição que é afetiva, ativa, concreta e financeira).

Eu acho que também eu tive esse tempo, principalmente quando fui pra Cidade U. eu tive um tempo pra mim raciocinar sobre tudo que tinha acontecido. Porque, foi quando eu tive um tempo pra olhar pra mim e falar "cara, porque você fez esse tanto de coisa?" e aí eu meio que fui me conhecendo melhor um pouco, e fui vendo que não era necessário fazer essas coisas. Então acho que apoio da família é importante, acho que a gente ter um tempo pra raciocinar sobre si mesmo, uma crítica mesmo, porque é meio foda porque isso acaba acontecendo só quando o preso tem acesso a algum tipo de cultura ou algum tipo de educação né.

Finalmente, foi significativo o não cumprimento efetivo da medida socioeducativa de internação que, a despeito de ser efetivado de modo irregular, permitiu distanciamento considerável de um cotidiano de violência que implicaria a naturalização das práticas presentes no contexto prisional e do crime. Lidando constantemente com as pessoas por meio da violência, ela vai se naturalizando cada vez mais, o que dificulta, após os nove meses ou mais, ao sair de lá, lidar com o mundo externo e se inserir na sociedade de outra maneira, que não também pela violência. O próprio André aponta o risco de renaturalização intensificada da violência no ambiente de internação, ao explicar porque optou pelo não cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade:

Eu não queria porque pra você meio que sobreviver lá, mesmo lá não sendo foda igual uma cadeia de maior de idade, pra você sobreviver lá você tem que ser meio que ruim, sabe? Tem que ter seus contatos lá e fazer coisa errada e brigar e enfim... Porque é mais ou menos como funcionava na escola, por incrível que pareça. Tipo, aqueles que oprimem as outras pessoas têm mais condições de ter uma vida tranquila. Então, tipo assim, na cadeia, se você não fosse do crime, as pessoas te oprimiam

muito, te extorquiam, essas coisas, desdenhavam de você, e isso atrapalhava na sua vida lá dentro.

Nessa perspectiva, a medida socioeducativa de internação aparece, paradoxalmente, como grande mobilizador para a saída do ambiente crimina e um obstáculo na verdadeira possibilidade de reinserção social. Diferentemente da proposta contida no nome e na legislação da medida socioeducativa, em que a reinserção social ocorreria por meio de estratégias pedagógicas e psicossociais promotoras de novas alternativas aos adolescentes em situação em conflito com a lei, o único elemento que funcionou como mobilizador foi o simples medo da violência exacerbada da instituição. Por outro lado, as possibilidades referidas no projeto de reabilitação psicossocial foram encontradas na reorganização familiar e informal e na limitação jurídica: tendo já uma determinação de cumprimento de medida, André estaria em alto risco se realizasse qualquer tipo de infração penal.

O período de afastamento do André até cumprir a maioridade, também não deixou de ser experienciado como punição e privação de liberdade. André chega a dizer que talvez tenha sido pior do que cumprir a medida socioeducativa de internação, visto que essa acabaria mais rápido, enquanto o afastamento precisou durar muito mais tempo. Como já descrevemos, a internação tem uma série de aspectos que privam o indivíduo da sua liberdade e subjetividade, promovendo a mutilação do eu. Mas essa privação está relacionada com não poder decidir sobre atividades cotidianas que normalmente temos total autonomia para escolher; com privação espacial de se locomover e exercitar, com a perda de conforto, com a opressão sofrida de autoritarismos dos agentes e de outros internos, etc. Já a privação de liberdade experienciada pelo distanciamento da sua realidade anterior (amigos, família, bairro, cidade, escola, etc.) envolve outros âmbitos que estão relacionados diretamente com a cidadania, com o pertencimento a uma sociedade. Com esse isolamento de André, ele não poderia estudar em

nenhuma escola, precisou esperar anos para concluir seus estudos e finalmente realizar sua vontade de ingressar na faculdade, não podia trabalhar com carteira assinada, tirar carteira de motorista, etc. Acabava ficando a maior parte do tempo recluso em casa e constantemente com medo de ser encontrado e precisar cumprir a medida socioeducativa desde o início. Então, ele também vivenciou a angústia de estar estagnado no tempo durante 3 ou 4 anos e não poder se inserir na sociedade, ser reconhecido como alguém com um papel social, com uma profissão ou carreira.

Que acabou sendo... Não vamos falar que mais pesado, mas acabou que... Porque mais pesado, com certeza, não foi, mas teve um peso diferente porque eu tive que parar minha vida não por um ano e dois meses como talvez seria, ou até menos, se eu tivesse chance de recorrer, mas, então eu não parei minha vida só por um ano e dois meses, eu tive que parar por 3, 4 anos (...) Então eu não podia estudar, não podia trabalhar de carteira assinada, e eu praticamente não podia fazer nada, então eu meio que fui trabalhar sem ser de carteira assinada, sem nenhuma proteção por assim dizer de trabalhador nem nada nem do Estado.

Mas depois desse período “recluso”, que foi importante para amadurecer, ir elaborando as experiências que viveu e traçar objetivos futuros, foi possível terminar o ensino médio, depois encontrou novas oportunidades de trabalho e está cursando Direito na Universidade. Consegue agora perceber a dimensão de outras possibilidades de existir e de se relacionar no mundo, outras maneiras de sentir admiração genuína e respeito, sem a necessidade de violência.

Mas, também, isso...vendo hoje eu vejo que é meio que criancice da minha parte, meio imbecilidade, porque tipo tem muitas mulheres legais que dá pra você conhecer e são realmente gente fina e você não precisa fazer nada de errado que elas podem gostar

de você naturalmente e não é tão difícil assim, você só tem que ser um cara gente boa, mas na época isso me fez falta, isso meio que me deixava meio “bad”. Eu já tinha meio que ficado de boa, com relação a conhecer novas pessoas e a ser “reconhecido”, mas o bar me deu outra perspectiva, porque as pessoas começaram a meio que me conhecer nos lugares e me tratar bem só porque eu era uma pessoa legal e atendia todo mundo bem lá. Tratavas pessoas com respeito e tudo mais. Então isso também meio que me deu outra perspectiva de como conseguir o respeito das pessoas.

4- Considerações finais

A análise do depoimento aponta alguns importantes aspectos a serem considerados tanto na prevenção de entrada na criminalidade quanto na ressocialização e a proposição de medidas psicossociais ligadas a atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes. Um primeiro aspecto a destacar é a evidente relação, ao longo de toda narrativa, entre a criminalidade e o conflito com a lei vividos pelo depoente e a naturalização da violência e dessa mesma criminalidade nos meios sociais cotidianos. A naturalização do contato cada vez mais precoce de crianças e adolescentes com situações de violência tais como bullying e brigas, e com infrações como o roubo, é preocupante em muitas dimensões. A naturalização da violência escolar aproxima crianças e adolescentes da construção de relações violentas anteriormente a um processo educacional e de amadurecimento que as permitam interpretar com clareza as situações vividas e as consequências das próprias ações.

Além disso, a prática de violência confunde-se com a prática pedagógica oficial do ambiente escolar, reduzindo o investimento de crianças e adolescentes nas perspectivas de futuro apresentadas pelo estudo quando este não apenas não consegue resolver problemas

muito mais imediatos como a ameaça cotidiana de violação do corpo e do patrimônio como também não parece ser alvo de investimento dos próprios educadores.

Finalmente, a naturalização da violência banaliza as graves consequências sociais de sua prática, obscurecendo-as para adolescentes ainda em idade de construir sua interpretação do mundo, tal como se evidenciado nos dados colhidos. Nesse sentido, é patente a escassez de políticas públicas efetivas que enfrentem o atual crescimento vertiginoso da violência e da banalização de atos infracionais nas escolas. Sem a constituição de políticas públicas preventivas, tanto em nível educacional quanto em nível psicossocial, a escola se torna espaço reprodutor ou mesmo intensificador da violência social. Cabe ainda considerar que, nessas circunstâncias, a promoção de políticas educacionais consistentes, são também preventivas de violência. Junto aos alunos, o oferecimento de acesso a modos de apropriação da cultura, a espaços de fala e a um aprendizado efetivo se afigurou como lacuna a ser enfrentada. Junto aos profissionais, a própria violência sofrida pelas condições de trabalho, baixos salários, ausência de valorização do trabalho docente, superlotação de salas de aula, ausência de mecanismos de disciplina institucional e pedagógica, entre outros fatores, constitui um importante ingrediente para a reprodução da violência.

Outro aspecto relevante é o esvaziamento da utilização de medidas de ressocialização intermediárias à internação. Apesar da preocupação recente e das disposições legais para impelir as medidas socioeducativas na direção educacional, estas muitas vezes acabam por operar não apenas na ênfase histórica ao caráter punitivo em detrimento do pedagógico e psicossocial, mas também na reprodução do abandono estatal que torna as instituições de internação espaços de intensificação, por vezes extrema, da violência social. Tal abandono pode ser constatado no próprio depoimento em elementos como superlotação (ligada também à adoção menos frequente de medidas em situação de liberdade), levando por exemplo à perda

do direito a banho de sol, ausência de recursos mínimos como vaso sanitário, ausência de pessoal qualificado, entre outros. Nesse sentido, é paradoxal que o grande motivador da saída do crime foi para o depoente foi a percepção do espaço institucional da internação como um caminho sem volta rumo à constituição subjetiva da violência. Esta questão é preocupante não apenas porque tal caminho não é viável para todos, já que dependeu de uma irregularidade legal a da boa vontade e estrutura material mínima de familiares e não de uma política de Estado, mas principalmente porque aponta, em si mesma, para a falência da medida preponderantemente adotada no Brasil frente ao ato infracional de crianças e adolescentes: a institucionalização.

Nessa perspectiva, o depoimento colhido é, sobretudo, a descrição de uma paisagem social que direciona adolescentes fortemente para a violência, e que a construção de um caminho alternativo é precária e demasiadamente dependente de ações individuais na enorme lacuna deixada pelas políticas de Estado. A pesquisa aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados de narrativas de outros jovens que conseguiram sair do crime, bem como de investigações sobre experiências preventivas e ressocializadoras alternativas, a fim de conhecer melhor o problema e identificar/inventar estratégias mais sistemáticas que contribuam para a solução do problema.

5- Referências

- Abramovay, M. & Rua, M. G. (2003). *Violência nas escolas (versão resumida)*. Brasília: UNESCO Brasil.
- Arantes, E. M. M. (2004). De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância. *Mnemosine*, 1(0), 162-164.
- Arendt, H. (2016). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2014). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva
- Arendt, H. (2018). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC editora.
- Aun, H. A., Morato, H. T. P., Noguchi N. F. C. & Nunes, A. P. (2006). Transgressão e juventude encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. *Imaginário*, 12(12), 35-53.
- Bosi, E. (2012). Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano (Entrevista a Mozahir Salomão Bruck). *Dispositiva*, p. 199.
- Brasil (2012). *Panorama Nacional, a execução de medidas socioeducativas de internação*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf. Acesso em 05/12/2017.
- Brasil. (2017) Levantamento anual SINASE 2014. Brasília: Ministério dos direitos humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>. Acesso em 05/12/2017.
- Cabral, B. E. & Morato, H. T. P. (2013). A questão de pesquisa como bússola: notas sobre o processo de produção de conhecimento em uma perspectiva fenomenológica existencial. In C. L. B. T. Barreto, H. T. P. Morato e M. T. Caldas (Orgs), *Prática Psicológica na Perspectiva Fenomenológica* (pp. 155-177). Curitiba: Juruá.
- Castro, A. L. S. (2006). Ato infracional, exclusão e adolescência: Construções sociais. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
- Critelli, D. M. (1996). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC: Brasiliense.
- Decreto n. 17.943-A* (1927, 12 de outubro). Revogado pela Lei n. 6.697/1979. Consolida as leis de assistência e proteção de menores. Rio de Janeiro: Presidência da República.
- Decreto nº 17.943.-A* (1927, 12 de Outubro, revogada pela Lei nº 8.069, de 1990). Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro: Presidência da República.
- Faleiros, V. P. (1995). Infância e processo político no Brasil. In: F. Pilotti & I. Rizzini (Orgs), *A arte de governar crianças* (pp. 47-98). Rio de Janeiro: Amais
- Fariello, L. (2016). Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores. *Agência CNJ de Notícias*. 25 de novembro de 2016. Recuperado em 05 de dezembro, 2017, de <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034-traffic-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>
- Foucault, M. (1975). *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Freitas, S. M. P. (2016). A pesquisa fenomenológica em Psicologia. In M. N. Baptista & D. C. Campos (Orgs), *Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises quantitativa e qualitativa* (pp. 243-269). Rio de Janeiro: LTC.
- Gadamer H. G. (2008). Verdade e método I. Petrópolis: Vozes.
- Gallo, A. E. (2008). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 327-334.

- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo: Revista Administração de empresas, 35(2), 57-63.
- Goffman, E. (2017). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Goffman, E. (1988). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LCT.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- Haguette, T. M. F. (2010). A Entrevista. In T. M. F. Haguette (Org), *Metodologias qualitativas na sociologia* (pp. 81-86). Petrópolis: Vozes.
- Lei n. 6.697 (1979, 10 de outubro). Revogado pela Lei n. 8.069/1990). Institui o Código de Menores. Brasília: Presidência da República.
- Lei n. 8.069 (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.
- Leme, M. I. S. (2009). A gestão da violência escolar. *Diálogo Educacional*, 9 (28), 542-555.
- Lessa, C. (2011). A articulação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente na forma de rede. In C. Martinho & C. Felix (Orgs), *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade* (pp. 87-105). Barueri: Instituto C&A.
- Malvasi, P. (2011). Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 156-170 .
- Mattos, C. L. G. & Coelho, M. I. M. (2011). Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas por no Núcleo de Etnografia em Educação entre 1992 e 2007. In C. L. G. Mattos & P. A. Castro (Orgs.), *Etnografia e educação: conceitos e usos* (pp. 195-219). Campina Grande: eduepb.
- Medrado, B., Spink, M. J. e Mélo, R. P. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas. In M. J. Spink, J. Brigadão, V. Nascimento e M. Cordeiro (Org.), *A produção de informação na pesquisa social* (pp. 273-294). Rio de Janeiro: Centro Edelstein.
- Oliveira, M. B., & Assis, S. G.. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4), 831-844.
- Porto, M. S. (2000). A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Tempo Social*, 12(1), 187-200.
- Priuli, R. M. A. & Moraes, M. S. (2007). Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192
- Rosa, M. D. , & Vicentin, M. C. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 107-124.

- Schilling, F. (2012). *Direitos, violência, justiça: reflexões*. Tese livre-docência, Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza, L. A. & Costa, L. F. (2012). Aspectos institucionais na execução de medida socioeducativa de internação. *Psicologia Política*, 12 (24), 231-245.
- Tejadas, S. S. (2005). *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Tosi, L. J. T. (2017). A banalização da violência e o pensamento de Hannah Arendt: um debate ou um combate? *Revista LEVS/UNESP*, Edição 19, 131-159.
- Wierviorcka, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, 9(1), 5-41.

6- Apêndice – Depoimento de André

Eu comecei a entrar em contato com o crime com uns 13 anos, não lembro, não teve muita coisa antes. Então, acho que antes desses 13 anos, a gente também foi morar em Cidade C¹. uma época antes disso... na verdade pensando bem agora, eu tive contato com algumas pessoas que furtavam algumas coisinhas lá...

[Com quem morava] Ah, eu ia para escola e na verdade morava uma galera, né? Porque se for contar que a gente morava nos fundos da casa da minha vó, então eu morava com toda família da minha mãe, da parte da minha mãe...Então, na nossa casa mesmo, separado da minha avó, morava só 3 pessoas: eu, minha mãe e minha irmã. Mas se for levar em conta todo mundo que morava na casa da minha vó, então eram umas 12 pessoas, porque são 4 tios e tias, minha avó e meu avô, e dois primos: 11 pessoas.

Só que eu não tinha muito contato com a parte do meu pai... meu pai eu via de quinze em quinze dias, uma vez por mês. Desde meus 4 anos de idade, se eu não me engano, que eles separaram. Eu sempre me lembrei deles separados. Só que antigamente, de uns 4 até 6,7 anos eu convivia mais com meu pai, porque eu ia mais ver ele, depois eu fiquei meio com preguiça de ficar indo lá e ele também não ia muito lá em casa me ver a gente meio que se distanciou. Minha irmã na época também, quando era mais adolescente, não se dava tão bem assim como a gente se dá hoje.

Minha mãe teve com algumas coisinhas... tipo, ela teve salão de cabeleireiro e tal, mas geralmente ela ficava mais sem trabalhar, pelo que eu me lembre. Meu pai sempre pagou pensão, porque meu pai tinha um comércio. O meu pai que construiu o cômodo pra ela trabalhar, de roupa na verdade, aí depois ela montou o salão, ela já teve loja de roupa também, mas eu não sei porque ela parou de trabalhar, ela sempre teve que cuidar de mim, mas eu não sei. É, minha mãe sempre trabalhou a vida inteira, só depois quando eu nasci que acho que ela ficou mais por conta de mim né, mas minha mãe sempre trabalhou, minha mãe trabalhava desde os 7 anos né, ela apanhava algodão com 7 anos de idade. Mas depois que eu nasci, além do salão de cabeleireiro, da loja de roupa no mesmo lugar, acho que ela trabalhou um tempo no bar da minha prima e da minha tia e foi pra Cidade C., e lá, durante esses anos, ela ficou lá trabalhando com o meu tio.

Meus pais pararam de ficar quando eu tinha uns 4 anos né, só que mesmo assim eles conversavam e tal. A nossa renda vinha basicamente da pensão que meu pai pagava, que era

um salário né. E que minha mãe vivia brigando com ele também né, porque direto ele vivia deixando de pagar ou pagando atrasado.

Eu tinha muito poucos amigos, na verdade. Basicamente meus amigos eram da minha família mesmo. Lá na escola sempre tinha um ou outro coleguinha, mas a gente quase não se via, nem falava muito, só na escola mesmo, até porque, eu acho que as primeiras amizades que eu tive, eles eram bem fora do padrão da minha família mesmo. Tipo, porque a gente era criado muito a não sair de casa e a não falar palavrão, essas coisas assim e os primeiros contatos que eu tive de amigos além da escola, foram uns moleques que ficavam mais na rua mesmo, mais largados da família, a família não ficava tipo tanto no pé.

Eu sempre estudei de manhã, então acordava sempre de manhã ia para a escola e eu sou das primeiras crianças a ter um videogame em casa, então não saía de casa (risos). Mas eu tinha uma vida "normalzinha", eu era "CDF" na escola até tipo uns 9, 10 anos...só que...sei lá, era meio foda porque eu também era meio esquisito, era gordinho, cabeludo e "CDF", então tipo...não que eu sofresse bullying porque eu não dava muita abertura mas eu não tinha muitos amigos. Eu estudei minha vida inteira no Bairro R porque eu morava no Bairro R, aí a gente acabou indo pra Cidade C.... Meu tio foi pra lá pra montar um bar e ele chamou minha mãe pra ir pra lá pra trabalhar com ele e pra ser sócia dele e aí eles foram, minha mãe decidiu ir. Perdi todas as pessoas que eu conhecia, que já não eram muitas e aí a gente voltou e as poucas amizades que eu tinha feito em Cidade C. eu também perdi todos os contatos de lá porque minha mãe resolveu voltar.

Quando fui pra Cidade C., ou foi na escola do bairro S? Não, não, a escola no bairro S foi depois mesmo. Foi porque, tipo assim, Lá tinha muita gente na sala que eu estudava - era uma escola estadual - já tinha muita gente que tinha cultura de tipo ficar roubando caneta e lapiseira dos outros....então se você não roubasse a caneta ou lapiseira dos outros você ficava sem caneta porque todo mundo roubava sua caneta e então tinha que ficar roubando...era bem estranho. Foi muito natural, cheguei lá e já nos primeiros dias todo mundo ficava pegando, a grande parte da galera ficava pegando material e algumas semanas depois roubaram os meus também aí eu já sabia que todo mundo roubava. Não era muito escondido também. E aí eu fiz umas amizades lá também assim. Acho que meu primeiro contato foi esse, se é que a gente pode chamar isso de contato com o crime, mas eu penso que sim porque tinha muita gente que fazia isso e que acabava fazendo muitas outras coisas erradas.

Era normal. Era tipo, lá na sala todo mundo já meio que era acostumado com isso e acho que a gente não tinha nem muito a quem recorrer. Sempre, os professores de escola pública, eu tive a noção de que eles são muito distantes dos alunos, a gente não tem muito a quem reclamar. E acho que nessa época eu meio que queria ser aceito, eu não queria ficar sendo um cara estranho porque eu já tinha vindo de outra cidade e então eu já não conhecia quase ninguém ali. Eu já tinha um cabelão gigante e era gordinho e falei assim “preciso fazer amizades aqui”. E lá tinha um rolê assim, eu fazia bullying com os outros, outras pessoas faziam bullying comigo.

Não me lembro de alguém reclamar na escola, uma vez uma menina reclamou que um amigo meu pegou uma lapiseira dela, mas aí ela foi na casa do menino reclamar, não na escola. Resolveu, ele devolveu. Acho que os professores e a direção nem ligavam muito, na real. Era muito difícil eles não saberem, era muito escancarado, a escola era muito bagunçada, acho que os professores mesmo não estavam nem aí e eu nem via o povo da direção. Em Cidade C. é uma cidade muito pequena e geralmente todo mundo sabe de tudo, mas os pais também estavam mais preocupados com outras coisas do que os filhos ficarem sem caneta, ninguém dava muita bola. Preocupados com trabalho, pagar contas, essas coisas. Mas eu não lembro se algum pai ficou mais grilado ou algo assim. Acho que talvez se reclamasse com professor ou direção, no máximo eles falariam com o aluno, né, pra ele devolver as coisas e tal. Mas acho que não adiantaria, só ia devolver na hora mesmo, que nem eu te falei eu tenho muito o sentimento de que naquela época ninguém ligava pra isso. Não sei se foi só uma observação minha né porque eu nunca tentei reclamar, mas meu sentimento era que ninguém ligava então não adiantava reclamar.

Acho que na época de Cidade C. era que eu mais sofria bullying mesmo. Eu era gordinho, cabeludo, as pessoas me zoavam. Sei lá, tacavam bolinha de papel em mim, principalmente no começo né, antes de eu conhecer todo mundo, sei lá, falavam que eu era gordo, essas coisas, nem lembro em específico. Nessa época eu não fazia tanto, eu comecei a fazer mais pra frente, quando eu já tava um pouquinho mais velho na escola e que eu comecei a virar mais malinha, que eu comecei a fazer mais bullying com os outros. Eu já era mais agressivo né, tipo assim, eu fazia brincadeiras principalmente com outros meninos da sala pra meio que demonstrar que eles não podiam fazer nada conta mim, eu gostava meio que de oprimir eles de algumas formas, empurrar, ofender eles ou alguma coisa assim, meio que fingindo que era brincadeira mas ofendendo eles e eu sabia que eles não podiam fazer nada,

porque eles ficavam com medo de mim. Nessa época que eu já comecei a fazer bullying com os outros, ninguém mais fazia comigo. A não ser na rua né, no meio da malandragem as vezes tinham algumas desavenças né, malandragem entre aspas né, nessa época todo mundo era ainda muito moleque né, que já era metidinho a malandro, tinham uns que tipo me zoavam por eu ser branco, por exemplo, porque eu era um dos poucos brancos no meio da galera que eu andava, mas não era zoando tipo "branco azedo", era tipo "como é que você quer ser mala, andar com malandro, sendo que você tem uma vida boa", essas coisas, apesar de que vida boa pra eles é ser de classe média baixa, porque na real mesmo todo mundo era mais pobre.

Acho que ficamos lá em Cidade C. um ano ou dois. Sobre o motivo da nossa volta para Cidade N, devem ter tido outros fatores, mas o que a minha mãe falou é que depois que a gente tava lá um tempo e meu ex cunhado e minha irmã foram lá visitar a gente algumas vezes, meu ex cunhado levou um amigo dele pra lá e esse amigo dele pediu pra ficar com a gente lá um tempo e aí ele ficou lá e aí tipo assim, ele acabou ficando muito folgado. Ele tinha pedido pra ficar lá um ou dois meses e acabou que ficou lá já estava fazendo uns quatro meses que estava lá e ainda pegou e levou a irmã dele pra lá, sem falar nada. Aí no dia que a irmã dele chegou lá, minha mãe ficou muito nervosa né e enfim, acho que devem ter tido outros fatores também né, mas nesse dia eu lembro que a gente chegou e conversou com o cara. Eu não né? Mas meu tio, meu ex cunhado, porque eu ainda era meio moleque ainda, e pediram pro cara mandar a irmã dele embora e dar um jeito também e tal. Mas aí minha mãe falou que queria voltar pra Cidade N, aí eu fiquei até meio grilado, porque eu já tinha perdido todas as amizades daqui pra ir pra lá, aí eu comecei a fazer amizade lá e ela quis vir pra cá, só que aí quando eu comecei a falar pra ela isso que ela tava meio que tipo atrapalhando muito a minha vida dessa forma, que estava acabando com as minhas amizades o tempo inteiro, aí ela começou a chorar e aí eu falei que tipo, fiquei arrependido né de ter falado as coisas que eu falei, tipo "não, eu to brincando, nós pode ir embora mesmo" aí a gente veio. E naquela época nem tinha whatsapp, era mais complicado manter as amizades.

Então, quando a gente voltou de Cidade C....Ah, não lembro se foi antes dos 13 anos... provavelmente... Foi acho que na sétima ou sexta série. Provavelmente na sétima porque eu ainda fui pro... porque eu ainda voltei pra escola que eu estudei quando era mais novo. Aí nessa escola do bairro S, eles tinham muito a mesma cultura de lá de Cidade C. mais tipo assim, já era um rolê mais pesado, que além de cada um roubar a caneta um do outro e outras coisas, tudo que tivesse na bolsinha da pessoa, roubava tudo que tava na bolsinha, a

pessoa ficava sem nada. Aí um dia tipo tinha uma galera que já usava drogas também e tipo tinha uma galera mais que andava mais em turminha e ficavam brigando e batendo uns nos outros lá, aí já era mais "bad" assim, só que nessa escola eu não. fiquei lá muito tempo...devo ter ficado uns 6 meses.

Eu acho que desde sempre, desde que eu me lembro todo mundo rouba na escola. Não, eu vou falar das escolas públicas né, porque eu estudei 3 anos na escola T. V., eu fiz jardim 1, jardim 2 e pré. Então, fui pra escola pública na primeira série (Escola P. M.), então desde a primeira série, que eu me lembre, tinha gente roubando caneta, essas coisas. Aí depois foi piorando né, quando eu tava na oitava já roubavam era celulares, né, mas na época de moleque era caneta, lapiseira, lápis, essas coisas.

Acho que a primeira vez foi tipo assim... Nessa escola no bairro S eu não tinha muitos amigos e lá, como estou te falando, era mais barra pesada e eu não tava acostumado a isso. Tipo eu fui ainda me achando meio foda, porque tipo assim eu já tinha tido uma experiência de ficar roubando coisinha dos outros lá em Cidade C. ai falei assim "nó vou ficar de boa aqui em Cidade N porque esses cara nem deve fazer isso e tal, o que precisar eu dou conta de fazer", ai eu cheguei lá e vi que tipo assim era ainda pior. Teve uma vez que um dos meninos, desses que andavam em turminha, pegou e roubou um livro da escola meu, um livro de matemática. Ai tipo, eu fiquei meio sem saber o que fazer...tinha um professor me cobrando o livro e tal que eu tava sem livro. E na época aquilo era muito grande, porque eu era um moleque ainda e não tinha noção das coisas, aí, eu meio que fiquei desesperado, não queria nem ir pra escola uma época.

Eu cheguei em casa e eu ainda era muito novo no bairro S, eu não conhecia ninguém, nem tinha a proximidade com nenhum dos professores ou diretores. Então eu cheguei em casa e meio que tava desesperado, porque eu achei que a professora ia ficar nervosa comigo porque eu tava sem livro né, meio bobo, e aí eu contei, contei pra minha irmã, pra minha mãe. Minha mãe falou que eu tinha que conversar com a diretora. Ou perguntaram se eu queria que elas fossem lá e tal conversar com a diretora. Mas pra mim conversar com a diretora não ia resolver. E aí, nessa época eu ainda não sabia que meu ex cunhado era mala, né? Ele tá preso aliás hoje, de novo. Ele já foi preso duas vezes. Então, contei pra minha mãe e minha irmã e minha irmã contou pro meu ex cunhado, que morava com a gente também nessa época, e aí ele foi lá conversar com o cara, mas eu fiquei mais desesperado ainda porque pensei, "aí o cara vai ficar grilado comigo" e tal né, esse cara que roubou o livro, aí vai virar uma confusão,

melhor não fazer isso não, e fiquei com medo, né, do meu cunhado ir lá conversar com ele. Mas, aí acabou que meu cunhado foi lá, conversou com o cara e ele devolveu o livro depois.

Aí meu ex cunhado, que na época era meu cunhado, foi lá e meio que brigou comigo e falou "você não precisa ficar com medo de fazer essas coisas e tal". Foi lá e pegou o livro de volta com o menino lá pra mim, meio que brigou com o menino lá e falou pro menino não ficar mexendo comigo e tal. Ai mesmo assim eu fiquei meio com medo, mas isso assim me deu mais tipo ânimo de fazer as pessoas meio que me respeitarem eu acho, sabe? Porque eu não queria ficar passando por essas coisas.

Aí eu voltei pra Escola P. M., depois desses 6 meses que passei lá. Aí acho que na Escola P. M., provavelmente no último ano do fundamental, 8º série, eu conheci as pessoas que continuaram minhas amigas até no dia que eu fui preso. Porque eu cheguei lá e apesar de lá também eles terem um pouquinho essa cultura de roubo, lá era um pouquinho mais sossegado..., mas lá já tinha realmente não só essa galera que fica andando de turminha, mas uma galera que era tipo ladrão conhecido lá e era adolescente tipo 12 ou 13 anos. Eles já eram conhecidos porque...não, primeiro porque eles já andavam com a roupa do hip hop mesmo, né? Que naquela época até então isso não era muito normal, geralmente as crianças vão pra escola com a roupa que a mãe põe nelas né? Então geralmente iam no máximo com um topetinho cheio de gel, essas coisas..., mas essa galera já andava muito com a roupa do hip hop mesmo, bonézão e tal e até os professores meio que tratavam eles como criminosos...não sei se bem como criminosos, mas como meninos problema sabe? Então, todo mundo já falava que eles eram "mala", porque eles andavam todo mundo junto depois das aulas também e viviam na rua, tipo, antigamente, naquela época, você só saía se sua mãe deixasse, era muito difícil, e eles viviam na rua, essas coisas. Tinham uns que roubavam né, tinham uns que eram conhecidos por roubar já...roubava...pelo menos eles falavam, né? Roubavam celular lá dentro e tal..., mas eles eram mais conhecidos pelas brigas mesmo, eles brigavam muito né. Então, sempre que tinha alguma confusão na porta da escola, eles sabiam que eram essas mesmas pessoas que estariam envolvidas né. Eles eram mais "malinhas" por causa disso.

Todo mundo já sabia que era ladrão, todo mundo já sabia que ficava envolvido com o crime e eles meio que eram os "fodões" da escola, eles meio que dominavam a escola. Ah, não sei se mais considerados, acho que eles eram mais temidos, querendo ou não, eles eram mais temidos na escola, justamente por isso, porque, além da questão das brigas, sempre teve essa questão de tipo, um certo bullying dessa galera pro resto da galera mesmo, porque todo

mundo ficava com medo de enfrentar eles ou de falar alguma coisa e aí acabava que eles faziam o que queriam na escola. Creio que tem mais a ver com como eles se impunham, porque de concreto mesmo a gente não ficava sabendo de muita coisa, porque era muito moleque né? A gente só ouvia sempre um monte de boato, um monte de gente falava que eles tinham brigado com tal pessoa, que aconteceu tal coisa, mas ninguém nunca via acontecendo nada disso.

Aí eu virei amigo de um menino que chamava Jorge na época, porque eu não sei... a gente acabou se aproximando, porque eu até tentava ficar um pouco no meu canto por receio também de tipo acabar arrumando treta com alguém, mas acabei virando amigo desse Jorge e esse Jorge não era bandido, mas ele tipo já fumava um cigarro já e na época a gente tinha uns 12, 13 anos e todo mundo achava ele foda. E ele tinha contato com esses caras que eram mais do crime mesmo. Aí acabou que uma coisa foi levando a outra...eu tive contato com esse Jorge aí a gente foi na casa de um outro menino que a gente chamava de Lucas e ele era de boa também aí acabou que tipo a gente começou a conviver com esse cara e ir na casa dele todo dia, a gente jogava bola na rua e tudo mais, a gente sabia que ele era mais mala e através dele eu tive contato com outros cara também aí depois eu fumei maconha a primeira vez e tudo mais.

Pra te falar a verdade eu acho que ninguém gosta de ficar como oprimido, ninguém gosta de ser, de fazer parte das pessoas fracas, e quando você começa a ver como exemplo esses caras que todo mundo meio que teme e que todo mundo fala, que recebe muita atenção, que é o que sempre todo mundo comenta quando chega, ou alguma coisa assim, meio que te chama atenção né, meio que te dá vontade de também fazer parte daquilo, então quando eu tive oportunidade, que eu virei amigo de um deles, aí eu meio que comecei a virar amigo de todo mundo.

Eu acho que eu tinha uns 13 anos, se eu não me engano, quando fumei maconha. Mas por causa disso, uma coisa foi muito levando a outra, eu conheci esses caras e aí eles já eram meio que respeitados, aí a gente continuou, foi estudar junto na Escola P. e eu acabei conhecendo mais gente e não sei, acabou que eu conheci também a primeira namorada. Eu não me lembro muito bem dos detalhes que me levaram de uma coisa pra outra. Eu já roubava caneta, essas coisas, material de escola e eu nem lembro se eu fumei maconha primeiro ou se eu roubei um celular primeiro, pra ser bem sincero...agora se confundem um pouco eu acho.

Mas foi bem natural, porque o meio que eu convivia a galera que fumava maconha comigo já roubava, então, tipo, eram poucas pessoas que não faziam isso, então era meio que natural.

Então, se for considerar que eu sempre roubei pequenas coisas, foi meio foda, mas tipo, a primeira vez que eu roubei alguma coisa mais foda, foi na Escola P. M. nessa oitava série, foi até antes de fumar maconha na verdade, mas eu já tava colando com esses "malinhas" e eu roubei um celular de alguém lá. Eu devo ter roubado uns 2 celulares lá na Escola P. M., na real. E tipo assim, no furto né, sem ninguém ver, tava meio que lá na mesa de alguém, alguma coisa assim, sem ninguém prestar atenção. Se eu não me engano a primeira vez que eu roubei um celular foi porque um conhecido meu lá, mas que eu nem gostava muito dele, que a gente já sabia que era mais mala. Ele arrumou uma dívida com um traficante lá, porque ele tinha perdido as drogas de um cara e ele tava desesperado porque ele tinha que pagar as drogas do cara, e era só um moleque, uns 13 anos como eu. Ai ele tava precisando de ajuda e ai ele falou assim "nossa eu preciso de ajuda e tal, vê se não tem nenhum celular lá moscando na sua sala e tal" ai eu meio que, tipo, acredito eu que fiz isso mais pra ser aceito mesmo e também pra tipo ser foda né, porque tipo roubar um celular na época pra mim isso era muito foda. Pra mim isso na época era uma forma de conseguir respeito saca? E conseguir ser notado e conseguir que as pessoas gostassem de mim ou alguma coisa assim, ou até tipo pelo menos as pessoas não ficarem mexendo comigo, aí foi quando eu roubei esse celular, primeiro celular que roubei. E foi...nossa! Foi muito foda...meu coração acelerou, quase morri ainda só de roubar esse celular porque eu peguei o celular na sala e ainda tive que sair da sala sem ninguém me ver, tava tendo aula...e eu joguei o celular no mato pra depois nós pegar lá, foi bem tenso. Mas depois foi tranquilo.

Então quando essa primeira vez que eu roubei, era um daqueles celulares de abrir e fechar, na época era muito foda um celular daqueles. A menina tinha deixado o celular lá embaixo da mesa... Eu peguei sem ela ver, ela tava sentada na mesa ainda e saí fora correndo da sala e fui avisar esse outro menino lá que tinha me pedido e que eu nem gostava dele... Isso é muito importante porque era uma bobagem que a gente faz, porque eu não ganhei nada roubando esse celular, roubei e dei o celular pro cara. Porque eu acho que eu não sei... Eu não precisei de dinheiro na real... Até porque eu era um moleque eu nem sei quê que eu faria com dinheiro. A gente gastava dinheiro pra comprar cachorro quente, depois jogava bola... Mas aí eu peguei esse celular, dei pra ele e aí a gente quase foi pego também, porque eu cheguei lá na sala dele e a diretora tava lá, por isso que eu saí correndo e joguei o celular no mato, a diretora

tinha visto eu chegando na janela. Aí foi isso, mas depois que tipo eu entreguei o celular pra ele, mesmo a gente não sendo amigo, ele meio que passou a me respeitar mais e algumas pessoas também... Meio que essa história foi meio que contada e algumas coisas assim. Não que eu fosse foda, mas, pelo menos, algumas pessoas já começaram a me ver meio que como um criminoso um pouquinho assim, sabe?

Eu não ganhei nada com isso, nem um real né, mas eu acho que... e eu nem gostava do menino pra te falar na real. Eu acho que eu fiz mais pra galera poder falar que eu tinha feito ou, de alguma forma, tentar ganhar o respeito também, mais consideração dessa galera. Foi mais pra ser aceito, eu nem gostava dele, a gente nem se dava muito bem assim. É eu acho que é basicamente isso...eu acho que eu queria muito ser aceito mesmo e ter mais amigos também. E aí acabou que o crime foi muito naturalmente se apresentando pra mim, porque fazia muito parte do convívio, querendo ou não, sabe? Apesar de eu não ter isso em casa, na escola eu via isso todo dia. Então, acabou que eu conheci muita gente naturalmente e eu achava muito maravilhoso aqueles caras serem respeitados e tudo mais e eu meio que queria fazer parte daquilo e ser ainda mais respeitado do que eles.

Eu acho que não só nessa época, como mais pra frente também, era mais ou menos isso, como eu te falei, eu queria ser respeitado, mas é igual uma entrevista que eu vi do Mano Brown, que eu achei muito interessante, que eu fiz uma análise da minha própria vida, fazia todo sentido o que ele falou. Porque, ele contando mais ou menos, o porquê que, na opinião dele, os meninos de São Paulo entram pra facção criminosa, que diz ele que as facções elas meio que, meio não, totalmente, elas dão ao menino, que é totalmente carente, as vezes não tem pai, não tem mãe, e carente de várias coisas, carente de dinheiro, de ter uma roupa boa, alguma coisa assim, essas facções dão um propósito pra esse cara, elas não simplesmente dão fama pra eles, elas dão um nome pra esse cara se defender e dão honra pra ele, então...e dão uma família, então a partir do momento que você tá numa facção, você tem as pessoas que você considera como irmãos, você tem um nome, que tem um valor, porque antes de entrar na facção você não é nada, antes de fazer parte desse meio, seu nome não é nada e depois você tem um nome, que se você respeita, se você não entrega ninguém, se você não pega mulher de ninguém, você já tem um nome, seu nome vai crescendo, então seu nome ganha um valor e então a partir desse momento você passa a poder ter honra e orgulho das coisas que você faz, porque até então, você é meio que um bosta, um nada. E isso que é interessante, o repórter pergunta pro Brown, "dá um status né?" e o Brown fala, "não, status é uma palavra muito

chula perto do que uma palavra como a honra pode representar, uma palavra como família pode representar". Eu acho que no final é muito isso. Parando pra pensar, eu sempre me senti muito carente de ter pessoas mais próximas de mim, de ter alguém que eu poderia contar e de querer ser alguém. Então, acho que a partir desse momento que eu vi que essas pessoas, querendo ou não, eles andavam juntos, eles se ajudavam, e eles meio que tinham um nome, eu quis fazer parte desse mundo também, e eu quis ser considerado por eles e depois, com o decorrer das coisas, foi assim que foi acontecendo.

Então eu até buscava isso, eu almejava isso, eu que buscava isso... de ser cada vez mais considerado por todos, ter cada vez mais proximidade com eles. Porque era muito isso né, eu acho que eu queria ter essa família, eu queria ter alguém com que eu pudesse contar e que todo mundo soubesse que poderia contar comigo, que eu faria qualquer coisa por eles, sabe?

Acho que minha família... eu amo minha família, minha família sempre esteve comigo pra tudo, só que, eu não sei, minha família sempre foi uma coisa que ao mesmo tempo que é próximo é meio que distante. Como eu posso explicar isso? Eu acho que, na verdade, é como se a minha família ainda fosse muito pouco. A minha família não é uma galera que tem muita ambição, não é uma galera que busca muito as coisas, a família da minha mãe, que eu sou mais próximo. E naquela época eu tinha muito essa ganância de ser alguém na vida. Então, a minha família tava ali pro que eu precisasse, só que, ao mesmo tempo, eu ficava evitando de contar meus problemas pra eles, porque eles eram pessoas muito simples, e eu sentia que eles não me ajudariam, que eles não poderiam me ajudar, de todo jeito, saca? Então, eles estavam ali mais como um suporte, mas eles...eu nunca senti que eles tinham capacidade de me ajudar a fazer as coisas. Eu acho que, muito isso, eu sempre considerei eles pessoas muito simples, muito desprovidas de qualquer ganância. A família da minha mãe é muito tranquila no lugar que eles estão, tipo, eles não gostam de falar mal de ninguém, eles não almejam muita coisa, eles...não sei, eles preferem tratar todo mundo com educação, mesmo quando a pessoa trata eles com certo desprezo. Isso tudo naquela época pra mim era muito difícil de associar, sabe? Não que eles fossem perfeitos, porque eles brigavam entre si e tudo mais, mas só que, eu sentia eles meio que...nessa época, pra mim, essas eram qualidades de pessoas meio que fracas.

Não, acredito que não, até porque, eu nunca fui muito de ficar falando isso não. Não tinha ninguém da minha família que eu compartilhava as coisas, com a minha família eu

nunca conversei muito com ninguém sobre nada disso. Mas eu lembro que eu me sentia meio mal quando eu fazia essas coisas. Mas eu acho que ninguém nunca percebeu, porque ninguém nunca conversou comigo sobre isso não. Mas, era um negócio que eu lembro que não me fazia muito bem, mas eu não sei porque que eu fazia, né, pra falar a verdade. Nessa época não tinha ninguém [que compartilhava as coisas]. O meu ex cunhado, que a gente ficou mais próximo, mesmo ele, eu não dividia muito as coisas. Apesar de eu começar a fazer outras coisas erradas com ele, as coisas que aconteciam fora da nossa esfera, de errado, eu não conversava com ele. Nunca conversei muito com ninguém.

Então, pra mim, tudo começou acho que...realmente, querendo ou não, com esses furtos de material de escola tudo foi ficando muito natural, a ponto de virar parte do cotidiano fazer isso, né. E aí, depois, eu não lembro se fumei maconha primeiro ou se roubei um celular primeiro, foi quase que mesmo na mesma época que eu comecei a colar já com esses outros caras da Escola P. M. e comecei a... eles já fumavam maconha, alguns...mas depois, quando comecei a conhecer esses caras na verdade, antes de...acho que uma das principais coisas que aconteceu, foi eu começar a sair de casa direto, porque eu não saía de casa. Eu ficava muito em casa e fazia bagunça na escola, só isso. Mas, quando eu comecei a conhecer esses caras, eles ficavam muito na rua. Então, eu falava pra minha mãe que eu já ia sair, que eu ficava com eles na rua...o que gerou muito problema, muitas vezes minha mãe foi me buscar na rua. Mas, até o momento que eu brigava tanto com a minha mãe, que minha mãe meio que, não quis mais ir atrás, né? Não sei se ficou com medo de eu brigar com ela, ou algo do gênero. Porque minha mãe também tinha muito medo de eu me afastar dela. Então, acho que uma das coisas foi essa, eu comecei a ficar muito na rua, então comecei a conhecer uma galera que ficava muito na rua.

Ah, imagino que sim [que a mãe desconfiava que ele estava envolvendo com “coisas erradas”]. Porque, eu chegava já de madrugada em casa, era menor de idade, 15, 16 anos, chegava 3, 4 h da manhã. Às vezes eu chegava com o dia amanhecendo. Então, acredito que sim, ela sabia que alguma coisa tava acontecendo. Só que eu brigava muito com ela também, coisas que eu era muito idiota, né. Falava alto com ela, falava que ela não tinha que ficar preocupando comigo, que ela não tinha que ficar indo atrás de mim, que ela não tinha que ficar falando na minha cabeça, essas coisas. Coisas meio que, meio não, muito pesadas. Hoje em dia, eu, se eu pudesse, essa era uma das poucas coisas que eu não faria, sabe? Porque, o resto das coisas tudo, apesar de ter sido bem pesado, me ajudaram a ser quem eu sou hoje, a

ter a cabeça que eu tenho e de apesar de eu não gostar de nenhuma delas, eu não faria nada diferente, mas ofender minha mãe, brigar com a minha mãe, isso eu não faria, jamais de novo. Porque era uma coisa que não precisava, eu acho que eu descontava muito a raiva de algumas coisas nela, talvez por ela estar ali mais próxima, né? Não sei. Talvez por não ter a presença do meu pai também e descontar a raiva nele, acabava que eu descontava muito nela, eu acho.

Ela até conversou comigo algumas vezes, e eu era sempre muito extremo. Ou eu tratava ela muito mal, ou eu tratava ela com muito amor, porque sempre eu amei muito a minha mãe, só que eu era muito deturpado nisso. Eu acho que até nessa época, se tivesse alguém melhor de cabeça lá em casa, talvez tinha, sei lá, procurado psicólogo pra gente, procurado alguma ajuda externa. Mas, eu tratava ela muito assim, quando ela vinha falar comigo eu brigava muito com ela. Teve até uma vez que eu fiquei muito mal, que ela falou pra mim que tava até com medo de um dia eu bater nela, que eu falei assim "nossa, mãe, tá doida? eu jamais vou bater na senhora", e ela falou assim, "mas, do jeito que você tá me tratando...", foi uma das coisas que meio que...que eu fiquei tipo assim, "nossa cara, eu preciso tratar minha mãe melhor, né?". Mas, eu vivi muito ainda nesse dualismo, de ser muito grilado e de ser muito amoroso, e isso foi muito tempo, né? Ainda é um pouco, eu acho que as vezes eu ainda trato minha mãe com muita falta de paciência e eu precisava tratar ela com mais amor, porque eu amo muito ela, né? Só que ela é a pessoa mais próxima de mim, eu não sei porque...uma coisa meio complexa.

Aí, a gente parou pra fumar maconha uma vez, a gente fumou e tal. Aí nessa época, você já vai conhecendo uma galera que faz muitas coisas, das mais variadas, você vai vendo que os que mais tem...antigamente, os que mais tinham nome eram os que brigavam mais, aí depois você vai vendo que os que mais tem nome é aqueles que fazem mais crime e tal. E aí foi meio que isso... eu comecei a furtar celular, porque era um negócio fácil, muitas vezes eu nem ganhava dinheiro, mas eu fazia só porque não era tão difícil. Ah, no começo era mais furto. Eu roubei vários celulares já na verdade, na escola. Depois na época da Escola P. também, mas não sei, já vendi drogas, já participei de um assalto a mão armada mesmo... Acho que mais isso. Mas essa época que eu comecei a ficar mais foda assim, já foi um pouquinho depois, quando eu já conhecia outras drogas também e já conhecia outras pessoas mais barra pesada.

Era, de pegar sem a pessoa ver. Era mais assim. E porque me dava status né, não bem um status, mas as pessoas que faziam parte do nosso convívio já meio que achavam

aquilo...viam aquilo como um ato de coragem. Aí, não sei...foi muito isso, a gente teve muitas brigas, brigando muito com os outros, na época o Bairro R brigava com todo mundo. A gente teve várias brigas, outras coisas que foram aumentando foi, tipo, o nosso nome, ficar brigando com todo mundo. Na escola, a gente brigava demais. Eu era um dos mais metidinhos a nervosinho, porque eu era baixinho e magrelo, mas eu era cheio de querer ficar brigando com os outros. Mas, depois com uns 14, 15 anos, que eu comecei a conviver mais com meu cunhado, que eu comecei a trabalhar com ele de borracheiro, que aí eu fui vendo outras práticas. Ele já...convivia com uma galera que cheirava cocaína, eu conheci uns outros que cheiravam cocaína também. Aí foi quando eu comecei a fazer parte desse negócio também de usar cocaína também. Nessa época era mais, eu cheirava muito cocaína, eu comecei a cheirar basicamente com uns 14, 15 anos, bem rápido, depois de um ano que eu tava fumando maconha que aí eu comecei a conhecer outras pessoas e a gente acabou começando experimentando uma ou duas vezes e cocaína era mais caro e eu não tinha muito dinheiro pra ficar gastando com isso, mas aí depois que eu comecei a trabalhar com isso também aí ficou mais acessível porque além de fazer coisas ilícitas eu comecei a vender droga e eu tive mais acesso. E aí eu meio que usava droga de graça pra ajudar ele a vender também e comecei a usar mais.

Na época que eu cheirava cocaína não tinha uma frequência, quando tinha a gente cheirava. Não sei te falar, com sinceridade, quando tinha dinheiro a gente comprava e cheirava, quando meu cunhado tinha sobrando a gente cheirava. Não, quando tinha a gente cheirava todo dia. Quando não tinha a gente ficava até meses sem cheirar, depende. Eu comecei a vender droga mais ou menos na mesma época que comecei a cheirar, basicamente foi tudo junto né, de traficar e cheirar cocaína, acho que foi tudo junto.

Nessa época que eu trabalhava com meu cunhado, foi a época que nós mais fez esse tipo de coisa...eu ganhava dinheiro além de trabalhando pra ele de dia de borracheiro, a gente ainda vivia fazendo rolo, né? Eu ajudava ele a fazer os rolos tudo dele, ajudava ele a vender droga, ajudava ele as vezes, meio que agir de 171 que a gente fala, passava a perna em algumas pessoas, por exemplo, ele passava cheque sem fundo nas pessoas, passava nota falsa, isso tudo eu ajudava ele e eu não ganhava quase nada, mas eu ganhava droga e o dinheiro que eu ganhava a gente gastava com bebida, comida, essas coisas. Pra te falar a verdade eu não tenho nem muita noção de quanto dinheiro eu ganhava, eu nunca fui muito preocupado com dinheiro. Nessa época eu tinha dinheiro pra comer e pra beber e pra usar droga, pra mim não

importava muito o resto. Pra mim era mais importante ter as histórias mesmo. Tinha uma galera que, direto a gente envolvia pra fazer uma coisa ou outra, mas era só mais eu e meu cunhado mesmo.

Meu cunhado, nessa época, apesar de ele ser... ter um certo nome no crime, porque ele sempre foi meio que nervosinho também, ele não era muito metido a cometer crime, a resolver com os outros né? Ele não tinha medo de ninguém, mas nessa época ele começou e se envolver mais com o crime também, acabou que eu comecei a conhecer outras coisas...teve uma época que ele tava envolvido com uma galera que era até do comando vermelho, depois ele conheceu uma galera que era do PCC, e aí eu comecei a conhecer essa galera também. Aí, já de cheirar cocaína, eu já comecei a ajudar ele a vender droga também, quando a gente tinha né, vender crack, essas coisas. E depois, a gente foi fazer esse assalto lá, a mão armada lá, que eu fui preso.

Eu acho que...tipo...de toda forma tinha sempre um pouquinho de adrenalina, mas depois que você se habitua na questão do furto... depois que você faz umas 3, 4 vezes fica muito mais tranquilo pra você fazer. Você raciocina mais sobre o que vai fazer e já perde um pouco do medo, mas só um pouco... De toda forma ainda fica aquele medo de ser pego, sempre dá uma adrenalina. E pra mim principalmente sempre nessa parte do furto eu sempre fiz muito mais pras pessoas saberem que – não todo mundo claro – mas as pessoas que conviviam comigo que eram mais do crime, saberem que eu tava fazendo isso, porque na verdade eu nunca ganhei dinheiro com o furto. Eu acho que eu nunca ganhei dinheiro com nada muito do crime na verdade, fazia mais pra ser notado, mesmo porque na época também que eu vendia droga. Eu usava muita droga também. Então assim, meio que balanceava e eu também nunca ganhei muito dinheiro e nunca preoquei em ganhar muito dinheiro com isso.

Ah, querendo ou não, as pessoas falavam mais de mim, né? Por exemplo, muitos conhecidos, quando a gente encontrava com outros malandros também, falavam... sempre falavam das coisas, dos meus feitos. É quase como aqueles feitos de antigamente que você contava dos heróis, saca? De Hércules, essas paradas... é mais ou menos isso, porque as histórias que os outros contam de você é o que faz o seu nome, então eram histórias que as pessoas iam contando. Por exemplo, teve uma vez que (isso eu já trabalhando com meu cunhado, a gente já tava vendendo drogas fazia um tempo) e eu ainda era magrelo e eu não sou uma pessoa muito alta e muito forte (risos), então tipo...teve uma vez que um cara que trabalhava com a gente, o R., que ele tinha problema principalmente com o crack, então ele

vivia entrando e saindo do crack e a gente fazendo de tudo pra ele não ficar no crack, porque ele era um cara que a gente gostava e tudo mais. O R., ele tinha uns 8 anos mais velho que eu, e ele sempre foi mais fortinho que eu, um pouco mais alto. Teve uma vez que...ele por exemplo, tinha medo de mim, tinham muitas pessoas que tinham medo de mim, sem eu precisar fazer muita coisa, só por essas histórias. Aí teve uma vez que o R. falou, não sei pra quem que era...eu sei que, ele falou alguma coisa dos negócios que a gente tava vendendo pra alguém que não devia, tipo pra alguém que não é usuário e nem é do tráfico, ele falou que a gente vendia droga. Nisso, meu cunhado ainda tinha a borracharia, aí ele chegou lá e assim que ele chegou lá...um pouco depois que a gente ficou sabendo disso, uma meia hora depois, ele já foi entrando e todo mundo já comentando e aí eu falei pro R. : "R. espera aí que nós vai conversar", aí ele ficou parado lá no meio da loja e eu fui lá atrás (ele me olhando), fui lá atrás, peguei um taco de...um pedaço de madeira, que na verdade era um cabo de machado que a gente tinha lá né? Mas era só o cabo, uma madeira grande, aí eu vim andando pro lado dele e ele veio falando assim "não, nem vem com graça não, que eu não tô com graça hoje não", aí eu peguei e dei só uma paulada com força na perna dele...na hora que eu dei uma paulada nele, ele nem reagiu, ele só começou a pedir desculpas já, e foi só eu e ele que tava resolvendo isso, e ficou uma bola desse tamanho assim, roxo na perna dele, fez um caroço gigante. E aí ele pediu desculpa e tudo mais, acho que mais ou menos isso...até pessoas muito mais fortes que eu, tinham muito medo de resolver qualquer coisa comigo, acho que foi a principal coisa que mudou. E os caras que eram mais considerados me tratavam com o mínimo de respeito também, tipo, brincavam comigo, riam comigo, faziam zoeiras, essas coisas.

Meu pai faleceu um pouco antes de eu ir preso, ele faleceu...eu lembro que foi assim, ele faleceu no começo do ano...ou no meio? Eu sei que ele faleceu e seis meses depois, minha avó que eu tinha sido criado junto com ela, minha vó materna faleceu. E depois que minha avó faleceu, 3 meses depois eu fui preso. Então ele faleceu acho que eu tinha uns 16 por aí ou um pouco antes disso. Não lembro agora direito, mas ele faleceu antes de eu ir preso. Aí depois que eu saí, tinha esse processo de inventário e acabou que a gente tinha...ganhou de ser inventariante, então de cuidar os bens dele...não ganhou né? o juiz determinou que minha mãe fosse inventariante porque eu ainda era menor, me representando e enquanto a esposa dele fosse só parte do processo, então alguém tinha que ir lá cuidar do bem então acabou que eu fui pra lá e comecei a trabalhar lá.

Então, pra minha sorte, ou azar, né? Porque talvez meu pai teria me ajudado mais. É...eu cometi...não sei se... é, eu cometi esse crime foi depois [que o pai faleceu], acho que foi bem depois, mesmo, uns 6 meses depois, mais ou menos isso. Foi depois que meu pai faleceu mesmo que eu comecei a fazer mais coisas erradas assim eu acho, se eu não me engano...apesar que eu fazia muito já, né? Brigava muito com ele também. Mas, depois que eu comecei a fazer mais coisas pesadas, aí depois eu peguei o cômodo de comércio dele, bem depois e aí depois eles foram me prender lá no cômodo de comércio, a polícia militar me pegou foi lá.

Pra mim, na verdade, foi bem tranquilo [falecimento do pai], pelo menos, mais problemático mesmo era a minha relação com ele. Com o falecimento dele a gente já não tava tão próximo assim. Depois de muito tempo que eu já me conformei, não culpo mais ele igual antes, antigamente eu culpava muito ele, até nessa época do falecimento eu culpava muito ele pelas coisas de ruim que aconteciam, por minha mãe ter ficado mal, por eu ter escolhido fazer essas coisas, eu depositava um pouco de culpa nele. Então, depois de muito tempo agora, que eu fui meio que liberando, sei que a culpa não é dele, fiz as pazes.

Pra te falar a verdade, eu sempre lidei com sentimento de uma forma muito diferente, né? Eu nunca fui muito de sentir com a morte de ninguém, talvez...não sei...o falecimento de alguém, como minha mãe, talvez eu sinta mais. Mas, eu sou muito de...parar, analisar a situação um segundo e falar, "bola pra frente, né? Não tem mais o que fazer, não adianta chorar, não adianta ficar aqui", tem que ser prático, então, assim que minha avó faleceu, eu acho que senti um pouco mais que a morte do meu pai, mas é isso que to te falando, eu sou muito prático, enquanto tava todo mundo lá chorando eu tava já pensando como que a gente ia levar minha avó, né? Enterrar. E seguir pra frente, né? Tava mais difícil por causa que a minha mãe tava mais triste, e lógico que eu senti muita falta da minha avó, minha avó...eu convivi muito mais com a minha avó que com meu pai né, mil vezes mais. Minha avó fazia parte do meu dia a dia. Só que, eu acho que eu nunca parei pra sentir nada disso. Então...nunca parei muito pra pensar na morte, nem pra sentir.

Quando eu fui pego, foi por...eles me acusaram de tentativa de latrocínio, porque foi o seguinte...latrocínio é roubo que tem como consequência morte, mas no meu caso foi tentativa porque ninguém morreu, mas teve grave lesão. Porque um cara que tava comigo, a gente foi praticar um assalto, eram 3 pessoas... E eu e uma outra pessoa tava com uma faca e tinha um menino com um revólver e era uma coisa mó besta, era um sacolão e nem tinha

muito dinheiro. Não, acho que assalto a mão armada, esse foi o primeiro mesmo. Não, também não. Acho que assalto, assalto mesmo não, só furto. Não me lembro agora, mas acho que não. Eu sempre fui muito só que de beber e vender droga, esse era o rolê. A gente ia pro bar, bebia, jogava sinuca e vendia droga, era isso.

Contato? [com arma de fogo] Não sei...provavelmente meu cunhado também, mesmo...tinha uns amigos dele que eram policiais, por exemplo, que ia lá. Teve uma vez que um policial amigo dele deu um...acertou uma latinha lá, pegou uma arma dele e acertou uma latinha que tava lá em cima do muro. Acho que esse foi o primeiro contato que eu comecei a ter e depois com esse revólver aí, que a gente fez o assalto lá. É acho que a primeira vez que eu peguei foi desse menino lá que tinha um 22, que foi o que a gente foi fazer o assalto, a primeira vez que eu peguei mesmo. Apesar que acho que devo ter pegado em alguma 38 antes, não sei... lá no meu cunhado, mas nada que fosse meu, que eu levei pra casa, ou que eu fiquei mais tempo. Tipo...não tem tanto segredo. Querendo ou não, um revólver é muito simples, é só apertar um gatilho e tirar o tambor pro lado, pôr as bala, não é muito difícil. Então essas armas mais fáceis eu sei, eu aprendi na mesma época lá, com os mesmos caras. Eu aprendi sozinho.

Eu não lembro... eu comecei a colar com esses caras, porque ele já tinha meio que um nome, muita gente odiava ele demais e ele já tinha sido preso por causa disso, por causa de assalto. Aí, um dia, a gente falou de fazer isso e foi e fez, acho que não teve muita conversa não, não lembro como foi. A gente só...alguém deu a ideia e a gente foi lá e fez. Não teve muito planejamento, a gente pegou, saiu e falou, "vamo assaltar um negócio ali" e foi. Foi no mesmo dia. E aí o carinha lá já tava armado, a gente pegou e já foi, pronto. Não sei, acho que muito isso de ter história mesmo, de fazer parte das coisas. Porque eu não tava mal, ninguém tava mal na verdade, ninguém precisava muito de dinheiro. Mas, a gente queria fazer as coisas e alguns queriam ter mais coisas, queriam ter mais dinheiro pra ter um carro, uma moto. Eu não, eu queria só ter as histórias mesmo, participar das coisas. Não, na verdade... Eu quis fazer, mas no meio do negócio mais ou menos eu já meio que não tava com muita vontade. Já vi que aquilo ali não era muito bacana, tinha outros rolês que eu podia fazer que não precisava ser aquilo. Mas, aí a gente já tava no negócio né, e pra mim ia ser...tava na cabeça de fazer as coisas mais tranquilo possível, assim, tentar não fazer muita merda, só isso.

Mas aí a gente entrou lá, pediu o celular de todo mundo, tinha uns 3 clientes no local, tinha a dona, que assim que viu a gente chegando já pegou o dinheiro e correu pra um

quartinho que tinha no fundo e trancou a porta. Aí eu fiquei na porta pra não deixar ninguém sair e ninguém entrar. E o menino que tava armado foi lá no quartinho tentar pegar o dinheiro da pessoa, e ela não abria a porta e ouvi só que tava rolando aquela confusão lá. Mas na hora – foi meu primeiro assalto a mão armada – eu não tava pensando em muita coisa porque a adrenalina era muito alta, só pensava que podia dar errado a qualquer momento podia dar errado, e eu também não queria machucar ninguém aí enfim assim que esses meninos voltaram de lá desse quartinho e não conseguiram abrir a porta, esse menino que tava armando já deu um tiro bem no cara que tava na minha frente, que eu tava pedindo o celular pra ele. Porque acho que ele tava grilado que a mulher não deu o dinheiro, até que ele falou assim: “nossa, eles prefere o dinheiro né, do que a vida”, aí ele pegou e deu um tiro nesse cara. No peito dele, só que não sei como ele sobreviveu, foi muita sorte... Porque o tiro foi de uma arma calibre 22 e tipo foi muito de queima a roupa, mesmo sendo um calibre forte esse 22 costuma meio que a bala entrar na corrente sanguínea e meio que acabar com a pessoa por dentro. Mas por alguma sorte esse cara não sofreu nada de grave e ele recuperou até bem rápido, tipo uns 3, 4 meses ele tava tranquilo já, não tava correndo risco nenhum e não teve nenhuma sequela nem nada disso e aí acabou que foi isso. Aí, depois disso, alguns meses passaram... Acho que até mais... E acusaram outras pessoas, até que um dia chegaram em mim e me prenderam por causa disso.

Ah acabou que um desses meninos que tava comigo, sem ser o que tava armado, o outro, pegou um celular lá no sacolão e além de vender o celular ele pegou e deu um chip q tava dentro do celular pra outra pessoa usar porque tinha muito crédito e eu nem sabia disso, desse rolê. Foi tipo... Não, nem sei nem o que passou na cabeça do cara, mas ele deu acho que pra um tio dele ainda, ou um conhecido dele, o chip, pro cara usar e a polícia acabou ligando no chip e acabou chegando nesse cara e depois já chegou nesse menino e esse menino levou o policial lá em casa. Entregou todo mundo. Eu e o outro menino. Aí cheguei lá em casa, na verdade, minha sorte foi que tipo assim, que era policial civil que tava cuidando do caso e eu já tinha tido algumas experiências com policial civil e eu sabia que eles meio que judiavam das pessoas.

Ah eu já fui parar na delegacia duas vezes, uma vez com o meu ex cunhado e eles bateram muito no meu ex cunhado e enquanto eu fiquei lá de fora e eu era menor e acho que por isso eles não queriam me agredir. Aí enfim, eles pegaram, eu já tive essa experiência, que eles levaram a gente pra lá, bateram no meu cunhado porque pegaram ele com droga e

acabaram que me levaram junto porque eu trabalhava com ele. E aí eu sabia já que polícia civil não era flor de se cheirar, e que nem outras histórias que a gente ouve. Um cara procurou meu ex cunhado pra comprar droga, 40g de crack, que é muita coisa, aí nós fez o maior corre, porque a gente nem tinha esses trem lá, fui com meu cunhado fazer os "corre", pegar esse negócio. Enfim, aí na verdade era polícia civil, aí eles entrou lá, pegou meu cunhado, levou até onde que eu tava, que eu tava na borracharia e pegou eu também lá, e pegou um outro menino que tava com nós, só que não tinha nada a ver. Aí levou todo mundo pra delegacia, aí eles queriam dinheiro do meu cunhado, aí meu cunhado falou que não tinha, querendo ou não ele não tinha mesmo. Eles queriam 5 mil do meu cunhado, meu cunhado não tinha dinheiro e aí eles falou que queria então que ele entregasse um outro cara lá, que trabalhava com nós, só que esse cara era bem mais bandido, e é bandido até hoje, só que nessa época ele tava em condicional eu acho, por isso que ele tava trabalhando de borracheiro lá também, aí eles queriam que meu cunhado entregasse ele de alguma coisa, mas meu cunhado falou que não tinha como entregar porque ele não tinha nada a ver com o que nós tava fazendo. Aí eles bateram no meu cunhado e tal, acho que só não bateram em mim e no outro menino porque a gente ainda era muito moleque, a gente tinha uns 15, 16 anos, então ia dar um BO danado, e então bateram só no meu cunhado mesmo. E da outra vez eu não lembro o que que foi que nós aprontou que foi parar na delegacia não...só que por causa desse assalto a gente foi lá algumas vezes dar depoimento e tal. Talvez tenha sido só essa vez que eu fui na delegacia, mas história de civil a gente ouve demais.

Aí minha sorte foi que assim que eu cheguei em casa, cheguei com a minha ex namorada lá e os policiais ainda não tinham chegado. Então, uma meia hora que a gente tinha chegado lá, meu tio chegou e viu que tinha um carro parado na porta com os vidros tudo fumê e tava cheio de gente no carro, ele tinha percebido mesmo com vidro fumê e viu que estavam parados lá na porta e não saíam. Aí ele pegou, ficou parado olhando o carro e um policial desceu, falou que era policial civil e estavam me esperando e tal. E aí meu tio foi me chamar e aí eu subi pra delegacia com meu cunhado e eles colheram meu depoimento, falaram que o menino estava me acusando e tal e eu falei que não sabia de nada. Falei assim: "Não, nem sei quem que é esse cara". Aí chamaram o menino colocaram ele de frente comigo e ele falava "você sabe que estava no assalto comigo e tal, você sabe o que que nós fez" e eu "não, não sei do que você tá falando". Aí enfim, falaram que eles tinham testemunha das vítimas depois desse dia, que as vítimas tinham me reconhecido, aí um advogado que eu tinha arrumado na

época também falou que era melhor eu confessar. Aí acabou que eu confessei porque ele meio que me instruiu a isso. Hoje eu vendo, principalmente estudando, que eu estudo [Direito] hoje, olhando pra trás eu vejo que eles não tinham nenhuma base pra me prender. Porque na verdade as vítimas não deram certeza de nada, porque eles falaram que tava escuro e tudo mais e já fazia muito tempo, tipo quase um ano. Então tipo eles não deram certeza de nada, só que eu entendo também a parte do meu advogado porque ele tentou agir com ética. Porque ele sabia que eu tinha feito o negócio e eu imagino que ele ia me instruir a fazer a confessar e tentar uma pena mais branda, tentar já meio que me redimir do meu erro. Então, muito tempo eu fiquei com raiva desse meu advogado, mas hoje em dia eu não tenho não, porque na verdade também se eu não tivesse passado por isso provavelmente hoje eu taria morto sem dúvida. Porque dos meninos que foram comigo nesse assalto... Um entrou pra igreja, o que me entregou, largou totalmente o crime e aí ele virou evangélico agora. O outro tá morto, morreu com um tiro de 12 na cabeça. Além de outras pessoas que eu conhecia, muita gente morreu. Então provavelmente ou eu estaria morto ou na cadeia, pior ainda... então foi válida essa experiência.

Na época, um pouco antes de ser preso, já tinha ido na delegacia, já tinham me acusado e tal... eu tive que...o povo de lá de casa ficou meio que com medo da galera que eu tava envolvido e tudo mais e aí me fizeram ir pra casa de um tio meu, fizeram eu ir pra Cidade C. pra eu ficar mais distante desses conhecidos meus. Mas, conversar sobre isso mesmo, a gente não conversou muito assim não. Até eu ir preso não, porque pouco tempo depois também a gente teve que assumir o comércio do meu pai, né, então ficou meio que deixado pra lá isso, porque aí depois...antes de eu ser preso, mas quando o povo já tinha certeza, eu já comecei a me afastar muito da galera. Então aí, depois eu comecei a ir pro cômodo de comércio do meu pai trabalhar, né, porque meu pai já tinha falecido. Tava, porque minha família já meio que, tava meio que me levando pra fora né? Como eu te falei, no começo eles nem deixaram eu ficar em casa, me levaram pra casa de um tio meu, mas depois que esse tio meu não me quis lá mais, a gente foi embora pra Cidade C. um tempo...poucos dias, tipo uma semana mais ou menos, eu fiquei lá, depois eu voltei. Então, eu tava ficando muito pouco em casa e eu já não tava mais saindo nem nada, mas também porque eu tava com muito medo de ser preso né? O tempo inteiro com medo de ser preso.

Foi, e também porque eles tavam com medo de eu ser preso, né? Até tudo ser esclarecido, apesar de tudo, eles não queriam que eu fosse preso, né? Não, a gente só foi

conversar com advogado, contar o que aconteceu e tal. Eu já tinha me demonstrado arrependido, né? Falei pra minha mãe, que eu tava arrependido e tal, e minha família não é muito de ficar julgando, então a partir do momento que eu falei que eu tava arrependido, essas coisas, eles só procuraram me ajudar.

Então, na época que eu fui preso, foi prisão preventiva, então eu não tive julgamento em liberdade, eu fiquei preso, na época eu fiquei preso 43 dias. E o máximo que um menor pode ficar detido sem julgamento é 45 dias. Então 43 dias eu já tava muito próximo de ou ir pro julgamento ou eles ter que me colocar em liberdade para ser julgado em liberdade. Só que aí o outro menor que... porque quem praticou o assalto comigo foi um menor e outro maior de idade, o menor provavelmente tinha mais ou menos minha idade e o maior tinha uns 18 anos. O maior de idade já tava lá na colônia, esperando preso. E aí prenderam o menor quando eu tava com uns 40 ou 39 dias preso já. No [nome da internação socioeducativa], só que eu fiquei no pavilhão provisório, né? O provisório é separado do internado. Mas é muita gente que fica lá, na minha época tinha 3 pavilhões só pra provisório. Então era tipo cada pavilhão com acho que 8 celas, cada cela com 3 pessoas praticamente cada, no mínimo, então 3 vezes 8, 24? 48... Tinha umas 60 pessoas lá. Só nesse provisório.

Primeiro que você chega, eu cheguei de noite, então eu tive que ficar numa cela separada porque não fazem triagem pra cela de noite, mas eu fiquei num pavilhão numa cela separada e o barulho é muito intenso até de noite e você chega, os outros presos te chamam na porta assim, cada um na sua porta, te chamam lá, te gritam no corredor e você tem que chegar com a cabeça na porta e meio que contar porque você tá ali. Ah, eles perguntavam o que que você tinha feito, qual que era seu nome, quem você conhecia que estava preso ali também. Aí, pra mim no começo foi muito isso...quando...assim que eu caí, que eu tava preso lá, eles me perguntou do assalto, perguntou da onde que eu era, perguntou quem que eu conhecia dali, eu falei que eu conhecia um cara lá. Aí, no mesmo pavilhão que eu tava tinha um outro cara do Bairro R lá, que era um tal de pé de manga, que eu nunca tinha ouvido falar, mas que me conhecia, aí isso meio que me validou, né? tipo assim, falou "ele é meio que mala mesmo..." então os caras já meio que me deixou em paz no começo. Porque se você não conhece ninguém, os caras ficam meio em dúvida né, "que que esse cara ta fazendo aqui?".

A primeira noite é muito choque, porque você não tem lugar pra correr. No primeiro dia não né, todo dia, mas a primeira semana é a mais "bad". Depois você acaba que vai ficando mais tranquilo aí as únicas coisas que pesam é você não poder ver sua família. Mas na

primeira semana que você não pode tomar um banho na hora que você quer ou poder tomar um banho quente, porque lá era só banho gelado, lá você só comia na hora que te davam comida e você não tem a quem recorrer. Não adianta você chorar pra sua mãe, porque você não tem chance de sair dali. Não é igual quando você faz uma merda, sua mãe te põe de castigo, aí você pega e chora e fala "nossa mãe, desculpa e tal nunca mais vou fazer isso, eu prometo" que sua mãe vai lá e te tira do castigo. Não. Lá você pode chorar no pavilhão lá, o tanto que você quiser, que ninguém vai te tirar de lá daquela cela, você não tem opção, você tem que ficar preso. Não tem juiz no mundo que vai te tirar de lá porque você vai falar que ta arrependido, saca? O arrependimento só não basta. Então a primeira noite, a primeira semana foi muito isso, porque tipo assim eu vivia querendo sair de lá e nossa, me dava um desespero tremendo.

Então... nossa... é muito estranho, muito estranho, tipo é uma coisa que dá pra você contar com palavras, mas não dá pra você sentir até que seja feito, não tem como. Tipo, a primeira noite, as primeiras noites, você não dorme, não tem como. É um negócio muito que, que você tem que passar pra você saber, mas dá pra você imaginar. Por exemplo, imagina você não poder tomar um banho hora que você quer, não poder abrir a geladeira, você não poder sair e olhar a rua, olhar pra cima, se quiser. Então tipo, no começo, primeiro que você está num lugar que você não tem como fazer nada, se você quiser. Não adianta você chorar e falar pra sua mãe que você tá arrependido do que você fez, que ninguém vai te tirar dali, saca? Não adianta você querer ligar pro juiz.

Era muito isso, primeiro, que você tá num lugar que você não conhece nada, na cela tem um monte de outros caras nas outras celas que você não conhece e que realmente faz muito barulho de noite, até pelo menos umas 23 h, 00 h. E os primeiros dias, de dia é muito isso, o barulho do povo fazendo barulho nas portas, aquelas portas de metal, é tudo muito diferente, cara. E as primeiras, noites, a primeira noite, principalmente você não dorme porque primeiro você tá vendo que você não tem como fugir dali se você quiser e não tem como você simplesmente arrepender, que já era, você vai ter que ficar ali. Não é uma coisa, que como eu te falei, quando você está de castigo, você fala pra sua mãe que você se arrependeu do que você fez que sua mãe vai lá te tirar do castigo. Você não tem escolha, você está num lugar que você... Primeira noite eu estava em uma cela que não tinha nem banheiro, então não tinha nem como mijar e não tinha nem como ir no chuveiro nem nada disso. Eu mijei lá no canto lá e foda-se, eles falou que eu não podia não. Mas, que, na real, eles não

podem fazer isso, a gente tem que ir pra uma cela normal, só que como eu cheguei de noite, eles me colocaram nessa cela. E depois, nos primeiros dias, você fica sem saber o que você faz, porque você está dentro de um cubículo mesmo e você sai só uma hora por dia pra poder pisar na grama lá. Então você fica meio que sem saber o que fazer, não tem relógio, não tem televisão, não tem nada, é só você, uma cama, um banheiro e um cobertor. Então o tempo não passa, não sei cara, é muito complicado...os primeiros dias realmente são muito um choque, um sofrimento foda.

No segundo dia que eu já descí pra contenção, porque na época a triagem, a primeira semana a gente ficava na contenção que era o mesmo lugar que ficavam os presos bagunceiros, não sei porque, é uma escolha administrativa deles lá. Eu descí pra contenção pra ficar com outro menino que eu tinha conhecido pra ficar na cela na primeira noite, aí foi no primeiro ou no segundo dia que tava na contenção, aí esse menino tinha uma treta antiga lá no Bairro C., tinha uma treta antiga com alguém de lá de dentro, não sei quê que era e aí os meninos já começou a falar que meio que ia pegar ele por causa disso e daquilo, não lembro se é porque ele tinha roubado droga de alguém ou alguma coisa assim ou tinha entregado alguém. E aí me deu um desespero doido porque todo mundo falou que ia lá e meio que ia pegar ele, o que era difícil porque a gente só ficava preso, só que tinha uma hora do banho de sol que todo mundo saía, e aí dava chance pra galera de lá de cima do provisório mesmo descer na hora do banho de sol, de alguma forma dominar os agentes, sei lá, na minha época era muito possível, NE, mas acho que era mais medo mesmo. Mas aí na época que começou essa treta e ele falava que ia reagir se eles fossem lá e que ia por uma coberta na porta e tal e aí já me deu um desespero, falei "nossa! se esse cara for reagir com esse tanto de cara que tá querendo vir aqui matar esse cara e ainda acha que eu tô junto com esse cara, quê que eu faço? Eu não posso brigar com esse cara aqui agora, porque vai que eu brigo com esse cara agora, que aí depois ele pensa que eu tô junto também"... E já fiquei desesperado, pensei "nossa preciso muito sair daqui, não posso ficar com esse cara"... Aí você já fica com medo de morrer ou de ter que matar alguém, fica entre a cruz e a espada. E aí eu, nossa, comecei a chamar os agente lá falando que eu queria subir e tal, falei "nossa, não quero ficar na cela com esse cara não, pelo amor de deus" Mas isso foi só minha primeira experiência de medo de morrer mesmo, lá dentro. Acabou que não aconteceu nada porque eles não conseguiu descer e a gente também não subiu, mas acabou que a gente subiu pro provisório junto porque tava preso comigo já ia fazer uma semana e a gente obrigatoriamente tinha que subir, a gente só

pode ficar na contenção uma semana de provisório antes da triagem. A gente subiu e aí ele foi pra uma cela separada da minha, uma cela que já tinha duas pessoas e acabou que esse menino foi e bateram nele pra caramba lá e falaram que ia enforcar ele e tudo mais, mas acabaram que só bateram nele mesmo e aí os agentes levou ele pra outro lugar. E nossa, minhas experiências era muito foda, mas o mais foda é que não podia correr pra lugar nenhum, tinha ninguém pra te salvar.

Depois teve uns role que tipo assim, é muito foda você dormir longe da sua família e só ver sua família uma vez por semana, é muito estranho. E você não sabe o quê que faz lá, porque lá dentro é outra lei né, tem que ir aprendendo as coisas aos poucos, não brigar com ninguém, não caçar confusão com ninguém.

E banheiro não tem porta, a privada não tem lugar pra sentar e tipo, alguns lugares que eu fiquei as privadas já estavam tudo destruídas porque os caras quebravam pra fazer faca porque cerâmica corta muito. Então você tinha que tomar cuidado porque senão você até machucava lá. Mas depois da primeira semana os dias vão passando mais tranquilo, por assim dizer, mesmo sendo muito foda. Aí você começa a ver sua família já uma vez por semana. E depois disso [da primeira semana] o que me deixava mais “bad” era isso: ver minha mãe só uma vez por semana e ver que ela tava ficando muito mal com a situação, mesmo ela tentando esconder isso. Veio minha irmã, sempre tava lá também com ela.

Ai depois disso também teve outras tretas que eu passei muito medo de morrer, mas lá é muito isso, tem que tomar muito cuidado com tudo que você faz, tudo que você fala. Qualquer hora você acha que pode morrer, porque você fica com aquela impressão que pra se defender ou você tem que matar ou tem que morrer.

Igual eu te falei, tipo assim, lá tinha muita gente que tinha briga com muita gente, então, por exemplo, o povo do Bairro C. brigava direto com o povo do Bairro M. e do Bairro D. A., então virava sempre aquela grande tensão, porque a galera meio que se dividia lá dentro. Aí, além disso, muitas vezes, dependendo do que você falasse, se falasse errado, as pessoas podiam te cobrar né, que seria por exemplo, uma das formas que a gente mais cobrava assim, era a rabada de tatu, que falava né? Que é basicamente, você enrolar a toalha e tem jeito de você por uma linha também na ponta... enfim, isso fica a marca pro resto da vida, dependendo, porque é como se fosse uma chicotada mesmo, um negócio muito forte e geralmente dá nas costas. Então, além de ter esses trem de cobrança o tempo inteiro, que as vezes o cara não pagava o outro, tipo assim, de fazer um negócio de trocar um marmite em 5

pão e 5 doce, porque lá não tinha dinheiro né? Aí se o cara as vezes não pagava os 5 pão e 5 doces, o outro tinha que cobrar e tinha as tretas das facções também, as tretas desses caras mesmo. Então, por isso que você tem esse sentimento de que toda hora alguma coisa vai acontecer.

Ah tinha funcionário ruim que tipo, não tava nem aí realmente pra se as pessoas estavam correndo perigo de vida, ou se você estava passando mal lá dentro da cadeia nem nada disso. Que sabia que tinha...porque lá tem muito cara que tem treta com outros cara, né? Então eles não podem ficar na mesma cela. E tinha muito funcionário que sabia e não tava nem aí, colocavam eles juntos pra brigar, ligava meio que o foda-se mesmo. Já tinham outros que tratavam a gente com muita educação. Quando precisava de algum tratamento médico, levava a gente, dor de cabeça, esses trem, os cara arrumava até remédio, de vez em quando. E eles conversavam com a gente, tinha uns que davam...tentavam passar algum ensinamento. Agora tinham outros que simplesmente não tava nem aí mesmo, quando mais você sofresse, pra eles era indiferente ou melhor, eu acho.

Mas acabou que eu conheci como falei, teve umas pessoas lá dentro que me ajudaram muito. Tinha uma psicóloga lá que, não to lembrando o nome dela, mas além de ela me ver muito mais do que ela precisava porque ela, como ela tava no provisório ela só tinha que ver uma vez, acabou que vi ela umas 3 vezes e ela ainda fez uma audiência com a minha mãe, minha irmã e comigo lá, uma coisa que ela nunca fez no provisório, ela falou pra mim: "nunca fiz isso no provisório, porque eu não só não preciso, como eles falam que não é aconselhável sabe", porque ela segue o tratamento com a família depois que o cara já ta internado, já tem uma sentença, que ele já meio que conformou com isso e pra trabalhar pra meio que ressocializar ele, mas ela falou que sentia que precisava fazer isso e tal e na época eu tinha muita esperança de sair dali com 45 dias, eu falava direto "nossa eu tenho muita esperança".

E eu orava muito e acabou que ela chamou minha mãe e minha irmã. Acabou que ela fez uma sessão pra minha família inteira, deu conselho pra minha mãe, deu conselho pra minha irmã, deu conselho pra mim. Falou pra minha mãe que minha irmã tava querendo muito assumir o papel de mãe e que isso era muito prejudicial pra ela, deu conselhos pra minha mãe também, pra minha mãe ficar mais calma e por incrível que pareça ela falou pra minha mãe assim que quando eu saísse elas tinham muito que se espelhar em mim ai isso meio que me deu uma "esperancinha", porque ela falou assim "não, vocês tem que aprender muito com ele, porque eu to vendo que ele já está..." não usou tipo palavra "pronto" ou

alguma coisa assim, falou tipo assim "ele já tá meio que preparado pra conseguir meio que se sair bem... meio que preparado pra enfrentar a vida" sabe? "Vocês têm que ficar mais calmas e tal e prestar mais atenção nele porque ele pode ensinar algumas coisas pra vocês". Aí me deu muita esperança e ela deu um parecer muito favorável pra juíza, porque ela também dá um parecer, falando que eu não precisava ficar lá. E tipo ela sentiu que não precisava apesar dela saber que meu crime foi muito grave, isso foi muito massa também. Mas, infelizmente não adiantou nada o parecer dela, mas pelo menos ela tentou me ajudar e ela tentou me deixar tranquilo, mas na época nada me deixava. Ela tentou me deixar tranquilo em relação a continuar lá preso, porque no fundo acho que ela já meio que sabia, pensando bem. Mas ela não acabou com a minha esperança hora nenhuma, ela sempre falava "amém, vai dar tudo certo, você vai sair com 45 dias...mas eu quero que você saiba que se você não sair a gente vai trabalhar junto aqui, o tempo que você passar aqui eu vou tá com você aqui e tal, a gente vai chamar sua mãe e sua irmã mais vezes pra gente conversar" mas na época eu não queria nem pensar nessa possibilidade.

Ah, eu me senti muito mais preparado pra encarar o mundo, pra te falar a verdade, encarar o mundo fora dali. Porque, quando a gente fez o negócio com a minha mãe e minha irmã, lá dentro da cadeia...essa pequena reuniãozinha entre nós quatro né, eu, minha mãe, minha irmã e ela. Ela ouvindo todo mundo ali, ela falou que ela sentia que eu tava muito mais preparado pra lidar com a situação ali de fora do que minha mãe e minha irmã, então...ela falou isso pra nós, falou que elas tinham que ter paciência e procurar...meio que...ter um exemplo né. Porque ela falou que minha irmã... primeiro me tratava muito como filho também, e falou também que ela precisava tratar disso, porque a gente tem que fazer parar, porque sentimento de irmão é único, mas irmão não é filho, então tinha que separar isso. E que minha mãe também estava precisando de ajuda e tudo mais. Mas, ela falou que estava confiante do jeito que eu estava, e que ela tinha meio que se espelhar em mim, só que era muito evidente também que ela não acreditava que eu ia sair de lá, porque ninguém acreditava né? Tipo, o que eu tinha feito, o normal era ficar preso no mínimo 9 meses, não tinha como eu sair no provisório, era impossível. Então, mas ela não tirou minha esperança, ela só falou tipo, ela viu que eu tava com muita esperança de sair, que eu também tava muito religioso nessa época e ela só falou assim, "não, eu tô torcendo por você e tal, mas se acontecer de você ficar eu vou tá aqui pra gente trabalhar junto e tudo mais".

Acredito que sim, cara. Principalmente, até no meio das coisas erradas, acreditavam no meu potencial pra coisas erradas. Mas, eu era muito bom aluno na escola, então tipo assim, eu pegava as coisas muito fácil, eu aprendo muito fácil as coisas. Então, eu nunca tive muito problema das pessoas acreditarem no meu potencial, só que, às vezes, isso pra mim parecia muito pouco, acho que naquele momento, foi uma das vezes que foi mais importante, que fez realmente uma diferença.

Na época eu acabei ficando muito religioso também e... mais ou menos isso, não seguia muita religião, mas é que eu lia muito a bíblia, que alguém levou a bíblia pra mim, acho que foi minha mãe e aí eu tinha muita fé em deus, nessas coisas. Por isso que eu vivo muito esse dualismo ainda, né? Eu...tem horas que eu sou muito contra a religião, hoje em dia, mas tem horas que eu penso muito que a religião realmente ajuda as pessoas, principalmente no momento que você não tem mais nada, né? E a gente só tem que saber separar as coisas boas das ruins, mas ajuda muito. Porque, no momento, você não tem a quem recorrer, você não tem a quem pedir ajuda. Aí quando você começa a ler a bíblia, que você vê várias coisas maravilhosas que eles colocam lá, de tipo que Deus fez sem precisar estar ali fisicamente, só com a fé das pessoas, elas conseguiam. Isso aí meio que te motiva a ter esperança mesmo de poder sair dali mais rápido possível, de poder ter ajuda, de poder mudar de vida, essas coisas.

E acabou que não teve, teve outros funcionários que me ajudaram em outras situações, mas também tinham muitos funcionários ruins. Tinha muito funcionário que estava muito "foda-se" tipo, sabia que ia dar merda, a gente falava tipo assim, alguns meninos falavam tipo "não me manda nessa cela com esse cara" porque sabia que ia dar merda, que ia apanhar e os agentes tava nem ai tava "foda-se", colocava lá porque tem muito agente que já pensa que é bandido sabe? Que tem que se foder e se virar sozinho. São muitos poucos que ajudam mesmo, de agente, são muito poucos que ajudam mesmo, que tem um pouco de compaixão. Mas tem algumas pessoas legais, não vou falar que são todos idiotas não.

Então, teve várias ocasiões que eles tinham muitas atitudes idiotas, igual nessa época que esse menino apanhou lá, não sei se foi ele ou outro menino que não queria ficar na cela com algumas pessoas lá porque sabia que ia dar merda, e eles colocaram assim mesmo. Mesmo ele sendo avisado, o próprio menino falando que não queria e tal e eles meio que "ah, mas não tem onde pôr". E teve uma vez que eu cortei meu pé lá, que eu tive até que dar ponto, acho que dei 7 pontos. Eu cortei por baixo do meu pé e pro meu azar de noite tinha dois agentes que eram muito de boas comigo, eles conversavam, chegavam na cela, trocavam uma

ideia. Mas pro meu azar, era rotativo né, então o dia que eu machuquei meu pé, tinha um lá que era...não pior...mas era o que menos ligava pras pessoas, então, eu cortei o pé esse dia, e eles demoraram muito pra me levar, eles me levaram pra enfermaria só porque todo mundo começou a fazer barulho no pavilhão, nisso eu já tava gritando eles, aí chegaram e tipo tava escorrendo muito sangue porque eu tinha pisado num pedaço de cerâmica do vaso, então tava saindo muito sangue, muito sangue. E aí a galera começou a fazer barulho, aí eles vieram me tiraram da cela e me levou pra enfermaria. Querendo ou não, a raiva que as vezes um tinha do outro era superada pela raiva que todo mundo tinha dos agentes e do sistema, por assim dizer. Mas só que isso não fazia todo mundo virar amiguinho, a gente só meio que...se unia em prol de um objetivo mesmo.

Ai na enfermaria, o enfermeiro que estava lá, porque eles falam que a enfermaria não funciona de noite, que é uma puta mentira, porque o enfermeiro fica lá 24 horas, mas isso eu só fui descobrir depois. Mas tipo assim, lá eu não sei, deve ser alguma coisa administrativa também, mas lá se você passar mal de noite ou qualquer coisa assim eles não te dão remédio, não te levam pra enfermaria, você só pode reclamar de dia. Só que aí me levaram lá, descobri que o enfermeiro tava lá, o enfermeiro olhou pro meu pé e disse “não, aqui você tem que levar pra o pronto socorro” e o cara falou assim “não, não tem como você fazer um trem aí pra deixar pra amanhã pelo menos?” e ele falou “não, não tem como, isso aqui tá muito feio”. Aí o cara falou assim “nó vou ter que levar agora?”, mas beleza, aí deu uma enfaixada no meu pé e me levou. Me levaram pro Pronto socorro do bairro X, aí cheguei lá tinha uma doutora que me tratou até muito bem, me limpou lá meu ferimento e fez os pontos. E nisso esses agentes sempre falavam alguma merda, alguma coisa idiota, mas não me provocando diretamente mas sempre meio que, como se as pessoas que estavam presas fossem muito inferiores mesmo, aí tipo depois de dar os pontos no meu pé, eles pegaram me colocaram lá na viatura de novo pra me levar embora e me deixaram esperando ainda lá na porta do hospital enquanto eles iam fumar um cigarro, tipo eu fiquei lá parado lá dentro do carro umas meia hora ainda sozinho, 40 minutos lá. E acho que isso foi mais assim, o que eu passe que me deixou mais grilado com eles. Mas como eu te falei também, tem alguns agentes que são gente fina, por exemplo, teve um lá que me levou recado da minha mãe no primeiro dia que eu tava preso, meu segundo dia na verdade, porque na verdade nem podia nem nada, mas , porque tem que esperar um tempo pra receber alguma coisa da família, mas aí ele foi lá me levou uma toalha que minha mãe tinha me levado e um recado dela que ela escreveu em um papelzinho e falou

pra eu escrever alguma coisa pra entregar pra ela porque ela tava muito mal, ai escrevi e levou pra ela e foi algo que eu não vi se repetir la, foi muita humanidade do cara mesmo fazer isso. eu acho que ele até conhecia meu advogado também, acho que por isso me deu uma ajudada, aí achei ele muito gente fina, como outros caras que tiveram la dentro também. Mas teve muito abuso de autoridade nessa parte também, tipo eu senti que tem muita gente que é muito foda-se pros moleques la. Eles também, é só uma hora de tela (televisão) que a gente tem, é a chance dos meninos resolverem as tretas.

Teve uma vez que, assim que a gente saiu lá da contenção, que a gente passou a primeira semana na contenção, eu os meninos do Bairro C. e depois um do Bairro L. que ficou com a gente uns 2 dias só. Aí, a gente indo pra cela, esse menino do Bairro C. tinha treta com essa galera do Bairro M. e do Bairro D. A., ele não podia ficar na cela de qualquer pessoa do Bairro M. e do Bairro D. A., porque se não, tinha uma grande chance de dar merda, e os cara foi levando a gente pra cela e me colocou numa cela de uns cara relativamente tranquilo, me colocou do M. F. e de um outro carinha lá e colocou ele em outra sala separada, só que quando eles foram levar ele pra outra sala, ele viu que era tipo, só...era duas pessoas e uma delas era do Bairro M. e um outro, um carinha que não ligava pra nada, então ele já ficou com medo, o menino. Ele era bem menor que eu, mais magrelo e ele já começou a falar "não, não, nessa cela eu não entro e tal", aí o agente meio que falou tipo assim, "Você tem que entrar, você não tem escolha", e ele ficou falando que não podia e tal e o cara não tava nem aí, tava foda-se, falou assim, "não, você tem que entrar", e colocou ele lá, mesmo sabendo que ia dar merda. Aí, poucos minutos depois eles bateram pra caramba nele lá e aí o agente teve que vir e mudar ele de cela, poucas horas depois dele ter apanhado.

Porque você podia escolher entre uma hora de televisão ou uma hora de banho de sol. Porque a gente só tinha uma hora livre. Aí nessa hora de tela era muita oportunidade pra quem tava brigado de duas celas diferentes, resolver lá, ou quem tipo, não só resolver dois decidirem resolver no soco, mas também a chance de alguém de uma outra cela, bater em alguém que ele quiser sabe, que tiver desavença. Então teve um dia que foram bater em um menino lá e eu até tava no dia e ai juntaram tipo uns 2, 3...mas como não estavam conversando muito comigo, porque tava meio afastado... tipo, subiu um em cima das costas do outro e só tem uma câmera lá, subiu um nas costas do outro e começou a tampar o negócio. Como ninguém tava conversando comigo, eu já fiquei louco, "nossa, esse cara ta querendo brigar comigo" aí eu já subi na janela assim e comecei a gritar o agente porque tinha muita

gente lá, não dava pra mim sair brigando com a galera e eu já tava com medo até de morrer né, falei "fodeu" ai comecei a gritar o agente lá, gritando, gritei umas 5,6 vezes e ninguém veio. E a sala de tela é tipo no máximo uns 5 metros... 5, 6 metros de onde ficam os agentes do provisório e com certeza tinha alguém lá porque sempre fica alguém lá na casinha deles. E eu gritei umas 5, 6 vezes lá e eles não vieram até que um menino chegou em mim e falou assim "para de gritar que não é nada com você não, é com aquele cara ali" aí começaram a bater nele lá. Um só começou a bater nesse outro menino lá, bateu, bateu e depois um agente só veio uns 2, 3 minutos depois, mesmo eu tendo gritado e mesmo eles vendo que a câmera tava sendo tampada, sabe? E aí já vieram e tipo, nem ligaram disso, que alguém tava lá, que alguém tinha batido no menino, nem ligaram muito...só jogaram todo mundo dentro da cela de novo e não se falou mais nisso. Acho que essas foram as experiências mais fodas que eu tive com os agentes.

E aí lá é tudo querendo ou não, é tudo adolescente, então você pensa que tipo assim são pessoas que tem muita energia, geralmente adolescente tem muita energia e ficam meio que jogadas num lugar. Principalmente no provisório a gente só tinha uma hora de banho de sol ou uma hora de televisão. Então a gente ficava preso 23 horas por dia. Sem fazer nada, o ambiente lá era muito isso. A gente praticamente ou a gente ficava zoando um ao outro o dia inteiro pra passar o tempo ou ficava caçando briga, os outros ficavam caçando briga, então era um ambiente muito sem o que fazer. Então, eu fiquei no provisório só, né? Eu acredito que, pelo que a gente ouvia, quem tava no...internado já mesmo, tinha mais acesso à outras coisas, né? Por exemplo, quem estava internado tinha horta pra cuidar, que eles deixavam cuidar; podia jogar futebol; tinha escola todo dia...ou era 3 vezes por semana, não lembro agora; via a psicóloga com mais frequência. Agora quem tava no provisório via a psicóloga só duas vezes, quando entrava e quando tava dando a época do julgamento e ia na escola só uma vez por semana, basicamente, porque estava lá sem saber se ia ficar preso ou não. Mas, a gente saía da cela só uma hora por dia, então acho que no provisório mesmo, eu não tive muito contato com nada que poderia me ressocializar, talvez seja até o propósito mesmo, né? Do provisório...não sei. Mas, a única coisa que fez a diferença mesmo, igual eu te falei, foi a psicóloga que me ajudou, que fez muito além do que ela precisaria, sabe? Porque na verdade mesmo, padrão, ela vê a pessoa só duas vezes no máximo no provisório e comigo ela viu umas 3 ou 4 vezes, inclusive fez uma audiência... audição, comigo e com a minha família, a minha irmã, minha mãe.

E aí com 43 dias que eu tava lá, levaram a gente pra julgamento nós dois juntos e como fazia pouco tempo que ele tava lá e ele tava com uma advogada nova, a advogada dele pediu um prazo lá pra juíza, pra analisar alguns dados do processo e tudo mais e aí pra dar maior chance pra esse outro menino, ela meio que prorrogou o prazo e como ela não queria julgar a gente separadamente, ela meio que estendeu o prazo pra mim também e como eu já tinha 43 dias eu não poderia ficar mais que dois dias preso, ela me liberou com 43 dias, no mesmo que pediram o adiamento. Então com 43 dias eu fiquei esperando em liberdade e depois de um tempo, não sei se foi uns 40 dias no máximo, aí chamaram a gente lá pra juíza fazer o julgamento da sentença e não sei, foi mais ou menos tranquilo. Chamaram a vítima, principalmente o cara que tinha levado o tiro e eu já tava bem "feels bad", bem triste porque tipo nessa época eu já tava morrendo de medo de voltar pra cadeia pra começo de conversa porque eu não queria ir de forma nenhuma, tipo muito, muito mesmo e eu já tava arrependido de ter feito isso com pessoas inocentes, que eu já tinha meio que caído na real o tanto que eu tinha sido idiota, muito babaca mesmo. Aí chamaram esse cara que tinha levado o tiro e foi a primeira vez que eu tive a oportunidade de olhar pra ele, ele olhou pra mim também só que ele olhou pra mim e não me reconheceu porque fui eu que pedi o celular pra ele e fui eu que falei o tempo inteiro tipo assim "não reage, não faz nada que a gente não quer fazer mal pra ninguém" e ele foi a pessoa que mais me olhou nos olhos e ele foi a vítima que eu mais tive contato. Então assim que ele chegou lá pra reconhecer, ele olhou pra cara do outro menor tipo uns 2 segundos e ficou olhando pra minha cara uns 10 segundos, tipo olhando no meu olho assim. Aí eu olhei pra ele e tava já muito triste, abaixei a cabeça e ele falou que não me reconhecia, que não reconhecia ninguém, que tava muito escuro e tudo mais. Mas ele sabia né eu acho, boto uma fé que sabia, provavelmente tava com medo e também nem precisava mais porque eu já tinha confessado então não faria muita diferença.

Aí a juíza nesse dia, por incrível que pareça, eu não sei porque, a advogada do outro menino pediu não lembro se foi ela ou o meu advogado, algum pediu e o outro concordou em pedir pra mandar a decisão judicial por correio. Uma decisão posterior, porque ela queria um tempo pra pensar porque a promotoria queria pena máxima que era de 9 meses de internação a 3 anos, que tipo assim 9 meses era o tempo mínimo e a promotoria queria que a gente ficasse, sofresse avaliação aos 9 meses e depois 1 ano e dois meses e tudo mais...e a gente sofresse reavaliação psicologia de 3 em 3 meses pra ver se a gente podia ser colocado em liberdade e essa é a pena máxima que tem pra menor de idade. E aí a juíza não sabia o que fazer. Na

época, não sei porquê, ela decidiu tomar mais um tempo pra dar a sentença dela e aí depois de tipo uma semana chegou a decisão que ela tinha decidido dar pena máxima, que é de 3 anos internado e sofrer avaliação psicológica com no mínimo 1 ano e dois meses então a gente ia ter que ficar no mínimo um ano e dois meses preso lá.

Minha família também, a família da minha mãe é muito foda. Primeiro dia que eu saí, cheguei lá em casa e tinha um banquete, cara, me esperando. Eu tinha mó medo né, como que eles iam reagir, minha família. Aí cheguei lá, tinha um banquete, porque eu falei que eu queria comer umas coisas, prepararam muita coisa. E só o fato de você estar com a sua família e de você poder tomar um banho quente, poder abrir a geladeira hora que quiser, sair pra rua hora que quiser, tipo, te dá muita motivação de não fazer merda nenhuma também, porque depois que você perde sua liberdade, você vê o tanto que ela é importante. Muito importante tipo, você poder pegar um carro e poder ir pra Cidade U. agora se quiser, você poder pegar sua moto e ir comer um McDonalds de madrugada, isso é muito foda.

Assim que eu tava lá, eu já tinha percebido muito, que eu não queria voltar pra lá de jeito nenhum. Muito mesmo, aí tipo eu já vi que lá não era pra mim e eu percebi o tanto de besteira que eu tava fazendo pra nada, porque eu não tinha ganhado nada e basicamente não tinha nada pra eu ganhar. Porque respeito e essas coisas já não era tanto uma coisa que eu queria daquelas pessoas, eu não precisava daquilo. Mas, enfim, eu saí com 43 dias, e assim que eu saí começou umas tretas, uns problemas lá porque alguns amigos meus, que me conheciam ainda na época, na época que eu fiquei em Cidade N até a sentença final, trocaram uma ideia comigo e tinha umas confusões que meio que...acabou que tipo assim, eu me via ainda meio que envolvido no crime sem...meio que sem querer, porque tipo os caras que eu conhecia, ainda continuavam lá comigo, direto me ligava, direto falavam comigo e ainda tinha confusões que eu não tinha porque ta envolvido sabe? e então tipo assim, eu ainda tava.

Ah, agora eu não lembro, mas era alguma coisa relacionada ao mundo do crime, algumas pessoas que eu conhecia, acho que foi uma briga entre duas pessoas que eu conhecia e que eram próximas de mim, aí outros caras que também eram do crime me ligaram, começaram a me falar sobre isso, meio que tipo que querendo que eu tomasse um partido ou resolvesse, aí eu não quis. Mas, nessa confusão específica assim eu vi que eu realmente tinha que me desvincular dessa galera que se não eu ia ficar envolvido nisso pra sempre. Não, depois eu não tive tanto contato com o crime assim, a ponto da galera ter oportunidade de me chamar pra cometer nada.

Aí...eu percebi isso quando tipo assim...eu fui jantar na casa do meu avô, e minha irmã falou...porque todo mundo não falava na possibilidade de eu ir preso, porque pra mim já tava tudo resolvido tipo "nunca mais vou ser preso, graças a deus, se deus quiser eu vou fazer tudo em liberdade agora", mas ainda tava que nem to te falando, eu já não queria mais fazer parte do crime mas acabava que indiretamente eu convivía com as mesmas pessoas e acabava envolvido com coisas que eu não queria. Aí minha irmã - porque ninguém falava dessa chance de eu ir preso de novo - falou assim: "é, mas, tem que ficar esperto porque o julgamento ainda não aconteceu", aí foi que me caiu a ficha tipo "cara, o julgamento ainda não aconteceu, eu to muito na esperança de não ir preso, mas, tudo pode dar errado, cara...tipo, eu não posso ficar andando com essas pessoas porque se eu for preso de novo ou alguma coisa assim, eu não quero nem pensar nessa possibilidade, vai acabar a minha vida", Aí quando minha irmã falou que tipo...me deu um choque tipo "cara não adianta só eu não querer voltar pra cadeia e continuar fazendo essas mesmas coisa sendo que ainda tem chance de eu voltar pra la, tenho que sair disso" aí foi isso, mais ou menos esse toque que ela me deu que eu meio que me afastei de todo mundo, e já não eram tantas pessoas assim também, mas me afastei das pessoas que tinham. E fui trabalhar, porque meu pai já tinha falecido, tinha deixado o comercio que era dele lá e ele não tinha outros filhos além de mim...e aí ainda tava no processo de inventário.

E assim que essa sentença chegou pra mim lá em casa pra mim apresentar pro [nome da internação socioeducativa], eu tinha a oportunidade de me apresentar pro [nome da internação socioeducativa], né? Ela mandou essa sentença sem a polícia ter que ir lá em casa, mandou ela pelo correio, então eu tinha que me apresentar na porta do [nome da internação socioeducativa]. Mas assim que chegou essa sentença me deu muito o desespero de ficar lá, pensei "43 dias já foi muito foda, imagina ficar lá um ano e dois meses? eu não dou conta" Aí foi quando eu resolvi ir embora, eu tava com 16 anos já, eu tava cuidando do inventário do meu pai... Não, tava com 17 já, né? Porque foi com 16 que eu fui preso. Aí foi basicamente essa sentença e eu fiquei muito, muito louco né, porque pra mim eu ia acabar... Primeiro porque os primeiros 43 dias que eu fiquei lá eu percebi que tipo lá não era pra mim. Eu não queria porque pra você meio que sobreviver lá, mesmo lá não sendo foda igual uma cadeia de maior de idade, pra você sobreviver lá você tem que ser meio que ruim,sabe? Tem que ter seus contatos lá e fazer coisa errada e brigar e enfim... Porque é mais ou menos como funcionava na escola, por incrível que pareça. Tipo, aqueles que oprimem as outras pessoas

têm mais condições de ter uma vida tranquila. Então, tipo assim, na cadeia, se você não fosse do crime, as pessoas te oprimiam muito, te extorquiam, essas coisas, desdenhavam de você, e isso atrapalhava na sua vida lá dentro. Mesmo que lá seja realmente um ambiente educativo, porque eu tive contato com pessoas boas, funcionários de lá, mas eu contava com muitos funcionários ruins também, então tipo além de eu ter medo de acabar morrendo lá dentro porque a gente ouvia toda hora o ambiente lá é muito pesado, toda hora parece que ta prestes a acontecer alguma coisa muito errada, toda hora, cada segundo.

Depois que eu tive esse choque, eu praticamente... e também por causa da minha mãe, minha mãe já tava bem... já não saia tanto e depois que minha irmã falou essas coisas eu parei de conversar com as pessoas no whatsapp, não sei se na época tinha whatsapp, mas mensagem. Parei de mandar mensagem pras pessoas, parei de ligar pras pessoas que eu conhecia e depois que eu fui pra Cidade U. também, depois que o juiz deu a sentença aí eu perdi totalmente o resto dos contatos que tivesse. Então a decisão de ir pra Cidade U. pra morar na casa uma tia, que eu nem tinha muito contato, então foi meio foda morar com essas pessoas...numa casa que não é sua, então foi bem embaçado no começo. Mas acho que essa parte de ir embora pra Cidade U. me ajudou muito por causa disso, perdi total contato e eu fiz questão de perder mesmo, fiz questão de não conversar com mais ninguém e minha vida que eu tinha antes foi meio que tipo, teve um fim, eu comecei uma outra vida.

Eu parei no segundo ano do ensino médio, por causa disso tudo. Eu até tentei recomeçar depois desses 43 dias, eu comecei a fazer o segundo de novo só que aí uns 2, 3 meses depois a juíza deu esse parecer de um ano e dois meses aí eu tive que largar de novo. Até então eu nunca tinha bombado na escola, mesmo que algumas partes eu já tinha dependência porque eu já não ia tão bem na escola depois que eu comecei a envolver com coisa errada, né? Mas, aí acabou que quando ela deu essa sentença eu larguei tudo, larguei a escola e fui embora pra outra cidade porque eu não dava conta, tava com muito medo de não sobreviver a essa experiência e aí eu fui embora pra Cidade U.. Que acabou sendo... Não vamos falar que mais pesado, mas acabou que... Porque mais pesado com certeza não foi, mas teve um peso diferente porque eu tive que parar minha vida não por um ano e dois meses como talvez seria, ou até menos, se eu tivesse chance de recorrer, mas, então eu não parei minha vida só por um ano e dois meses, eu tive que parar por 3, 4 anos. Porque eu tava com 17 e a única garantia que me deram, um outro advogado que eu tinha arrumado me deu, foi de que se eu ficasse até 21 anos, eles não poderiam me prender mais no [nome da internação

socioeducativa] e aí eu teria chances de ficar a par com a justiça de uma outra forma. De uma forma mais tranquila, tipo cesta básica ou serviço à comunidade. E até lá tentar reconstruir minha vida foi tipo demonstrar que eu não tava cometendo nenhum crime e me reinserir na sociedade. Aí acabou que por causa disso eu ao invés de parar um ano e dois meses eu tive que parar 3, 4 anos... 3 anos e meio praticamente, porque eu não podia estudar. E enquanto isso meu advogado já tinha entrado com recurso, mas direto tinha mandado de prisão pra mim. Então eu não podia estudar, não podia trabalhar de carteira assinada, e eu praticamente não podia fazer nada, então eu meio que fui trabalhar sem ser de carteira assinada, sem nenhuma proteção por assim dizer de trabalhador nem nada nem do Estado. E fui fazer um serviço meio louco, meio pesado, mas pelo menos eu tava tentando não ficar parado, e basicamente foi isso... Lá em Cidade U. teve experiências boas e ruins, mas mais foda eu ter que recuperar esse tempo perdido agora depois de tanto tempo, da meio que uma “bad”, porque eu tinha tudo pra ter uma vida tranquila, porque eu sempre fui muito bom na escola, um dos mais inteligentes e eu não precisava. Poderia ter seguido minha vida e eu estaria praticamente formado, que eu já to com 25.

É, se eu tivesse feito tudo como as coisas deveriam ser, não tivesse desperdiçado tanta inteligência... Não vou falar tanta inteligência que eu tinha, mas tipo, a capacidade que eu tinha pra lidar com essas matérias na escola, nunca tive dificuldade, passava nas matérias muito facilmente. É lógico que tipo, não querendo falar que eu era um gênio, não, mas eu tinha capacidade muito fácil de assimilar muito facilmente as provas, pra mim prova sempre foi uma coisa muito fácil de fazer porque a matéria fica na minha cabeça. Mas aí eu desperdicei isso tudo ficando lá em Cidade U. e muitas vezes eu pensei tipo "se pá era melhor eu me entregar e acabar logo com isso e pra mim começar logo de novo a estudar" porque eu não aguentava mais ficar longe da escola e não aguentava mais perder tempo. Mas eu também já tinha minha mãe, minha mãe já tinha sofrido muito com a minha prisão antes, minha mãe deu um derrame na época que eu tava lá preso, então isso também já tinha me deixado meio que com um peso extra, eu já ficava muito “bad” por causa disso, ficava pensando muito nela e até hoje penso, nas cagadas e tudo mais, mas enfim também teve outras circunstâncias da vida que levaram ela a isso. Tento não ficar me julgando tanto hoje em dia. Mas aí, em Cidade U. sempre que eu pensava tipo “às vezes é melhor eu me entregar”. Eu pensava na minha mãe porque minha mãe tinha ido morar comigo né, e ela ficava muito largada quando ela foi morar comigo. Minha irmã não tinha mais tempo pra ela, minha irmã vivia cansada. Então minha

mãe ficou muito largada e acabou que minha mãe também tinha depressão, não dava pra mim simplesmente fazer qualquer coisa, qualquer burrice... Eu tinha que tomar conta da minha mãe também. Então eu meio que fiquei com ela lá e foi isso até eu ter meus 21 anos, 22, não sei quando eu voltei pra cá, mas...

É... assim, eu acho que uma das principais coisas que foi realmente a minha família, que me deu muito apoio depois que eu sai e até quando eu estava lá. E eu vi la dentro que muita gente não tem também. Não tem apoio da família. Então acho que uma das coisas principais foi isso, tanto que também eu fui pra Cidade U. pra ficar na casa de família, até família que a gente nem convivia muito, mas que, tipo abriu as portas pra mim, porque mesmo sabendo que eu tinha feito coisa errada e tava indo pra lá por causa disso, eles nem quiseram saber, "não pode vim e tal, pode ficar aqui o tanto que você quiser", não me cobraram nada por causa disso, então tipo, isso foi muito foda pra mim, foi uma das principais coisas e eu acho que também eu tive esse tempo, principalmente quando fui pra Cidade U. eu tive um tempo pra mim raciocinar sobre tudo que tinha acontecido. Porque, foi quando eu tive um tempo pra olhar pra mim e falar "cara, porque você fez esse tanto de coisa?" e aí eu meio que fui me conhecendo melhor um pouco, e fui vendo que não era necessário fazer essas coisas. Então acho que apoio da família é importante, acho que a gente ter um tempo pra raciocinar sobre si mesmo, uma crítica mesmo, porque é meio foda porque isso acaba acontecendo só quando o preso tem acesso a algum tipo de cultura ou algum tipo de educação né.

E também a parte de depois que meu pai faleceu, acabou que criou uma certa condição financeira mais tranquila pra gente porque depois que eu fui pra Cidade U. a gente começou a alugar lá o cômodo de comércio, começou a pegar um pouquinho de dinheiro que dava pra mim sobreviver mais tranquilo. E aí eu acho que...não sei se teve muito recurso assim...querendo ou não, a parte mais foda é quando tipo, por exemplo, eu fui assaltado na rua depois disso algumas vezes...e eu já meio que me envolvi em algumas confusões com alguém tipo assim, em uma briga num bar, alguma coisa assim, que meio que dá vontade de você conhecer pessoas ruins pra você meio que ficar tranquilo. Porque na minha época que eu era mais doido, eu não seria assaltado, as pessoas não brigariam comigo. Mas, a partir do momento também que você percebe que, querendo ou não é natural, você vê que é muita bobeira ficar preocupado por causa disso. Não vale a pena, coisas ruins acontecem mesmo, brigas acontecem, tem muitas pessoas babacas no mundo e nem por isso tem que virar

bandido e andar armado. Ai eu meio que fui percebendo isso com o tempo. Acho que foi muito ensinamento mesmo do tempo.

Porque eu conheci muita gente que também tipo, largou a escola na quarta série, quinta série e os meninos fumavam pedra desde os 12 anos, 12, 13 anos, e que não tinha nada da família e nunca nem tinha ido pra escola. Como uma pessoa dessa vai ter oportunidade? é muito foda, a vida dele eu nem procuro saber como que deve ta hoje, deve ser muito difícil encontrar ele mas deve ser muito foda você não ter apoio nenhum não ter apoio da família, não ter educação e nem possibilidade de conseguir um apoio mais forte do estado, não sei, de alguma forma. Mas também teve essa psicóloga que ajudou um pouco... eu acho que se o estado pudesse ajudar mais também era legal, principalmente pra que não tem família nem nada disso, mas eu acho que a família é fundamental realmente e a possibilidade de tipo ver um futuro melhor, porque eu tive essa chance, eu tive a oportunidade, além do apoio da minha família de eu falar assim" eu vou voltar a estudar, vou fazer isso, fazer aquilo" me deu vontade de fazer as coisas. Eu acho que se a pessoa não tiver essa perspectiva de melhora, dificilmente ela vai sair do crime.

Então na verdade eu conheci basicamente dois tipos de pessoa que faziam isso, que fazem merda principalmente. Que é tipo a galera que realmente, é totalmente desprovida de qualquer apoio, que não conhece outra realidade a não ser o crime. De vez em quando, eu tava preso, eu conhecia pessoas que tipo...eu conheci um menino de 13, 14 anos que estava lá, que fumava pedra cara, roubava bicicleta pra fumar, roubava coisa pra fumar e tipo assim, é um moleque que foi abandonado pela mãe e pelo pai, a mãe fumava pedra e ele era criado pela tia e a tia também não tava nem aí pra ele muito. Então tipo, tem pessoas assim que não tem escolha nenhuma e não tem base nenhuma. E tem pessoas que também são muitas, que eram mais ou menos como eu que as vezes até pra ganhar mais dinheiro, pra ter coisas mais materiais, ou pra ter mais respeito ou pra conseguir mais mulheres. Mas, que tipo querendo ou não, eles têm uma certa escolha, mas eles também têm uns desejos que eles não podem suprir de forma fácil, que também é meio que complicado. então, acho que minha história tem muito a ver com muitas histórias por aí mesmo. Eu conheci muita gente com o mesmo poder aquisitivo da minha família, porque a gente nunca foi muito pobre pra caramba, a gente era classe média baixa, e eu conheci gente muito, muito pobre.

É a gente nunca passou fome, porque graças a minha tia que sempre teve trabalho fixo, sempre trabalhou pra ajudar a família inteira, a gente nunca passou fome. É lógico que eu não

tinha tudo que eu queria, eu não tinha os brinquedos que eu queria, quando eu era criança, depois eu não tinha uma bicicleta massa e na época eu comecei a sair pra rua, não tinha muito dinheiro pra gastar, mas nada que fosse muito pobre. E eu conheci muita gente nessa mesma situação, mas que também queriam mais, tipo assim, eles não se conformavam de tipo, ter pouca coisa, eles queriam muito, eles olhavam pra essas pessoas que tem muita coisa e andavam bem vestidas, e que andavam cheio de mulher e falavam: "cara, por que eu não posso ter aquilo? Eu não quero trabalhar 40 anos num lugar pra mim poder ter um carro bacana e poder viajar e curtir a aposentadoria no meu país. Eu quero ter isso agora." Eu conheci muita gente assim.

É meio complicado na verdade. Porque é muito fácil hoje em dia, querendo ou não, você se envolver com crime, eu acredito que é muito fácil realmente, qualquer pessoa se envolver com o crime, porque o crime, hoje em dia é muito acessível. Eu acho que...como eu poderia colocar? Hoje em dia, qualquer estudante, por exemplo, tem...conhece alguém que vende drogas, ou sabe de uma maneira de acessar as drogas. E também porque...hoje em dia existe muita coisa revoltante, né cara? Muita coisa que te deixa com vontade de fazer alguma coisa revolucionária por assim dizer, alguma coisa fora do padrão, acho que por isso. Mas a partir do momento que eu acho que eu percebi que eu não queria aquilo lá pra mim, foi meio que natural, tudo acontecendo...aí eu já não quis mais saber dessas coisas, quis trabalhar, quis oportunidade de recomeçar minha vida.

Então, na verdade, depois que você percebe que é uma coisa ruim, não faz falta, mas teve umas coisas que nem eu te falei, por exemplo quando você é assaltado ou alguma coisa assim, você sente que está mais vulnerável, saca? Você sente meio que tipo assim, quando você tem influência, quando você conversa com pessoas ruins, outras pessoas ruins não te fazem mal. O que na verdade acaba também que é meio que uma mentira, porque acaba que quanto mais pessoas ruins você conhece, mais problemas com outras pessoas ruins você arruma, mas no começo parece que faz falta isso. Acho que isso, não aconteceria, as pessoas me respeitariam mais, não teria tantos problemas de brigas assim... E aí eu acho que isso foi o que eu senti mais falta. Eu andar na rua e ser reconhecido, porque indo pra Cidade U. eu já não conhecia mais ninguém. Acho que isso foi o mais foda, não ser considerado como eu era antes, considerado entre aspas né, mas considerado pelas pessoas que faziam coisas erradas e poder sair com a pessoa que eu quisesse. Porque também, tipo...as meninas que eu conhecia pelo menos, não vou falar que todas do pedaço que eu andavam ali, mas das que eu conhecia

que gostavam de pessoas que faziam coisa errada, só ficavam com pessoas que faziam coisas erradas então tipo...e eu tava acostumado a conhecer meninas assim também, então quando eu fui pra Cidade U. e resolvi não mexer mais com isso, eu percebi que era mais complicado também ter namoradas e tal. Mas, também, isso...vendo hoje eu vejo que é meio que criancice da minha parte, meio imbecilidade, porque tipo tem muitas mulheres legais que dá pra você conhecer e são realmente gente fina e você não precisa fazer nada de errado que elas podem gostar de você naturalmente e não é tão difícil assim, você só tem que ser um cara gente boa, mas na época isso me fez falta, isso meio que me deixava meio “bad”. Então tipo, eu entendo que muita gente pode falar que faz falta te dinheiro e coisas assim que você consegue com o crime, não sei, ter carro e tudo mais, mas pra mim nunca foi uma questão de dinheiro né cara, então pra mim o que faz falta foi o respeito que de certa forma eu achava que eu tinha.

Então, como eu perdi muito contato com essa galera, o outro que era menor que foi preso comigo morreu. Não sei... tem alguns conhecidos, acho que não tenho nenhum amigo. Não converso com mais ninguém. Muita gente também morreu e foi preso, a maioria. Eu conheci um ou outra pessoa que já tinha feito coisa errada e que não fazia mais. Por exemplo, o meu professor de dança. Ele já foi meio louco aí, mas só que ele nunca foi preso nem nada, mas ele já tinha feito umas coisas meio puxadas. E ele hoje em dia é totalmente distante disso, tanto que ele ensina dança e eu aprendi dança com ele, que não é natural de um criminoso (risos).

Eu já fiz...eu já fiz algumas coisas (risos) tipo, eu comecei fazer faculdade agora né... Eu já to no 4º semestre, faço faculdade de direito. Já fui sócio de um bar, uma distribuidora. Agora, vendo frangos assados também. Acho que foi 8 meses que a gente ficou lá no bar, infelizmente não deu certo por questões administrativas mesmo com a prefeitura. Mas foi legal, foi uma experiência muito massa, poder fazer faculdade de manhã e trabalhar a noite no bar, acabou que conheci muita gente legal e eu acho que isso também me ajudou muito. Eu já tinha meio que ficado de boa, com relação a conhecer novas pessoas e a ser “reconhecido”, mas o bar me deu outra perspectiva, porque as pessoas começaram a meio que me conhecer nos lugares e me tratar bem só porque eu era uma pessoa legal e atendia todo mundo bem lá. Tratavas pessoas com respeito e tudo mais. Então isso também meio que me deu outra perspectiva de como conseguir o respeito das pessoas. Mas acho que é isso, acho que desde quando eu montei, foi basicamente isso. Estudei uns tempos também, fiz uns cursos aí.

Ah...eu pretendo muitas coisas (risos). Não sei...inicialmente eu quero me formar, espero que dê certo alguns projetos... tipo o frango lá, espero que a gente consiga ganhar um dinheiro e ficar mais tranquilo também. E, não sei...quem sabe. Se eu tivesse a oportunidade um dia eu poderia ser um político, mas um político legal, não um político corrupto.

Eu acredito que tudo que eu passei me fez ser quem eu sou hoje. Eu não consigo nem pensar em que pessoa que eu seria. Talvez eu tivesse até uma vida mais tranquila, porque como eu falei, talvez se eu não tivesse feito nada errado, talvez eu teria já terminado minha faculdade, mas eu não consigo nem imaginar que cabeça que eu teria. A experiência que eu tenho hoje, não que seja uma experiência foda, mas que pelo menos, me dá uma certa atitude diante algumas coisas da vida. Tipo, eu não me desespero mais tanto, eu realmente tenho mais calma pra fazer as coisas. E eu sei que tem muita merda que pode acontecer, então eu procuro evitar. Eu acho que isso é legal. Então eu acho que eu não faria diferente essas coisas, mesmo sendo coisas muito erradas e que eu não tenho orgulho nenhum de ter feito, mas eu não faria diferente em relação ao crime não.

¹Foram utilizadas letras para identificar cidades, escolas e bairros, preservando o sigilo das informações.

Cidade C: Cidade do interior de Minas Gerais com aproximadamente 12 mil habitantes

Cidade N: Cidade natal e na qual o participante mora hoje. Localizada no interior de Minas Gerais com aproximadamente 600 mil habitantes.

Cidade U: Cidade do interior de Minas Gerais, aproximadamente 300 mil habitantes, onde o participante morou desde o julgamento até completar 21 anos.

Bairro R: Bairro de classe média baixa, no qual o participante morava na cidade natal.

Bairro S: Bairro de classe média no qual o participante estudou por um tempo.

Bairros C, M, D, A., L e X: Bairros mais periféricos de classe média baixa. Indicadores usados para identificar gangues ou grupos de pessoas envolvidas com o crime.

Escola P. M., escola P. e escola do bairro B: Escolas públicas que o participante estudou.

Escola T. V.: Escola particular que o participante estudou.